

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Otávio Augusto Frederico

Ouve-se e escreve-se histórias: O lugar e o contexto dos errantes
do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia/SP

Campinas
2021

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Rizzilli Pires CRB 8/6920
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

365.981
F852o

Frederico, Otávio Augusto

Ouve-se e escreve-se histórias: o lugar e o contexto dos errantes do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia/SP / Otávio Augusto Frederico. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

134 f.: il.

Orientador: Manoel Lemes da Silva Neto.

Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Prisões - Brasil. 2. Prisioneiros - Hortolândia (SP). 3. História oral. I. Silva Neto, Manoel Lemes da. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 365.981

OTÁVIO AUGUSTO FREDERICO

“OUVE-SE E ESCREVE-SE HISTÓRIAS: O LUGAR E O CONTEXTO DOS ERRANTES DO COMPLEXO PENITENCIÁRIO CAMPINAS-HORTOLÂNDIA/SP”

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

Dissertação defendida e aprovada em 26 de fevereiro de 2021 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Vera Lucia dos Santos Plácido

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. James Humberto Zomighani Junior

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

“Para todos aqueles que lutam por um mundo livre, libertação da terra e
de todas as formas de vida”

AGRADECIMENTOS

Depois de tantos momentos de luta, desgastes e alegrias é chegado o momento de sorrir e refletir sobre tudo o que passou nesses dois anos.

Começo com o agradecimento aos meus pais Izaldete e Marcos (*in memoriam*). Os quais são responsáveis por eu estar aqui hoje, sem eles com certeza não seria nada. É um prazer e um orgulho gigantesco ter vindo ao mundo com a companhia de vocês.

Gostaria de reforçar a importância do meu orientador, Manoel Lemes da Silva Neto. O qual me acolheu e exerceu seu real papel de orientador, partilhando suas vivências, experiências e sempre me lembrando da importância de sermos humanos. Viva!

Agradeço aos professores que participaram do exame de qualificação e da banca de defesa Vera Lúcia Santos Placido e James Humberto Zomighani Junior.

Professora Vera, muito obrigado por me acompanhar desde o início da minha vida acadêmica, por ter colocado os meus “óculos geográfico”, os quais nunca mais tirei. Além de me ensinar que geografia é mais que corpo, ela é alma. Sempre lembrarei que “todo ponto de vista é a vista de um ponto”.

Professor James, obrigado por ser tão solícito e auxiliar na construção dessa pesquisa, suas pesquisas serviram como luz no caminho para a compreensão do encarceramento. Obrigado por me auxiliar nessa luta por uma geografia que abarque essa imensa parcela da sociedade que é invisibilizada pelo Estado.

Estendo meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas, que me apoiaram e que serviram para afirmar minhas crenças para elaboração da pesquisa.

Agradeço a minha companheira Adriana, por me aturar durante todo o processo de escrita e pesquisa. Onde durante todos os momentos de desânimo e cansaço estava ali me apoiando, motivando e auxiliando sempre.

Agradeço aos meus amigos, que mesmo durante todo esse período conturbado sempre estiveram ali curiosos para saber o andamento da pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

Não adianta
quebrarem minhas pernas,
furar meus olhos
ou falar pelas costas.
O que sustenta meu corpo
são as minhas ideias.
Braços descruzados,
tenho um cérebro com asas
e sou todo coração.
Se me proibirem de andar sobre a água,
nado sobre a terra.
Sergio Vaz – Teimosia

RESUMO

A presente pesquisa tem como ponto de partida abordar o Complexo Prisional Campinas-Hortolândia/SP, seu entorno e seus usuários a partir da história oral. Essa unidade analisada possui um volume prisional que supera em 92% a sua capacidade, fenômeno esse que se repete em praticamente todo o território nacional. Tal quadro sinaliza a precarização do sistema prisional brasileiro, bem como o drama vivenciado pelos familiares e pessoas próximas aos internos, realidade essa que é reprisada por mais de 700 mil pessoas no país, fato esse que coloca o país como portador da terceira maior população prisional do mundo. Como técnica de pesquisa, propõe-se inventariar a história oral entendida como procedimento dotado da virtude de captar aspirações, desejos, anseios e projetos dos homens lentos e dos errantes que circundam aquele espaço, visto que a metodologia é um método-fonte que retoma a prática mais fundamental da humanidade que é o ouvir, porém agora dotada de métodos e modelos estruturados. Como resultado desse processo se chegou ao entendimento é impossível analisar uma unidade prisional isolada, visto que o sistema carcerário brasileiro funciona de forma interligada e funciona como um sistema de engenharia, sendo responsável pela geração de um grande fluxo que se baseia nos fixos instalados.

Palavras-chave: Complexo Prisional; Hortolândia; Cárcere; História Oral

ABSTRACT

The present research has as its starting point to approach the Campinas-Hortolândia / SP Prison Complex, its surroundings and its users from the oral history. This unit analyzed has a prison volume that exceeds 92% of its capacity, a phenomenon that is repeated in practically the entire national territory. This situation signals the precariousness of the Brazilian prison system, as well as the drama experienced by family members and people close to the inmates, a reality that is repeated by more than 700 thousand people in the country, a fact that places the country as the carrier of the third largest prison population of the world. As a research technique, it is proposed to make an inventory of oral history understood as a procedure endowed with the virtue of capturing the aspirations, desires, desires and projects of the slow men and the wanderers that surround that space, since the methodology is a source method that resumes the the most fundamental practice of humanity, which is listening, but now endowed with structured methods and models. As a result of this process, it was impossible to analyze an isolated prison unit, since the Brazilian prison system works in an interconnected way and works as an engineering system, being responsible for the generation of a large flow that is based on the installed fixed.

Keywords: Prison Complex; Hortolândia; Prison; Oral History

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE - Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CDP - Centros de Detenção Provisória

CEP/PUC-Campinas - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CPP - Centros de Progressão Penitenciária

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

DIPE - Departamento dos Institutos Penais do Estado

POSURB-ARQ/PUC-Campinas - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RMC - Região Metropolitana de Campinas

SAP - Secretaria de Administração Penitenciária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Frente do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia	47
Figura 2: Movimentação do dia de visita	106
Figura 3: Aguardando abertura dos portões	106
Figura 4: Ambulantes	107
Figura 5: Produtos	107
Figura 6: Pousadas	108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição por gênero.....	29
Gráfico 2: Distribuição por faixa etária	29
Gráfico 3: Distribuição étnica	30
Gráfico 4: Distribuição por tipo de crime.....	30
Gráfico 5: Tipificação nacional de encarcerados	31
Gráfico 6: Distribuição por gênero no estado de São Paulo	41
Gráfico 7: Distribuição por faixa etária no estado de São Paulo	41
Gráfico 8: Distribuição étnica no estado de São Paulo.....	42
Gráfico 9: Distribuição por tipo de crime no estado de São Paulo	42
Gráfico 10: Tipificação nacional de encarcerados no estado de São Paulo	43

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Coordenadorias da Secretaria de Administração Penitenciária	37
Mapa 2: Municípios com unidades prisionais	38
Mapa 3: Municípios com unidades e rodovias	40
Mapa 4: Localização do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia.....	45
Mapa 5: Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia	46
Mapa 6: Região Metropolitana de Campinas	49
Mapa 7: Localização do CRAS Novo Ângulo	61
Mapa 8: Extrapolação das áreas em 5 quilômetros	110
Mapa 9: Extrapolação das áreas em 15 quilômetros.....	111
Mapa 10: Mosaico de buffers	114
Mapa 11: Penitenciárias federais	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Distribuição prisional no Brasil.....	27
Quadro 2: Ranking prisional.....	28
Quadro 3: Distribuição prisional no Estado de São Paulo	34
Quadro 4: O Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia.....	47

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo 1: Reflexão e a história do sistema de punição	18
1.1 O caso brasileiro	25
1.2 Momento atual	27
Capítulo 2: Geografia do sistema prisional em São Paulo	34
Capítulo 3: Reflexão e a prática sobre um caso particular do sistema prisional: Hortolândia.	44
3.1. Motivação, escolha do método e estrutura da aplicação	48
3.2 História oral como método e fonte de pesquisa	55
3.2.1. Projetos livres.....	59
3.2.2. Entrevistas	62
3.2.2.2. Transcrições.....	65
3.2.2.2.1. Entrevista 1: Ex-interno	65
3.2.2.2.2. Entrevista 2: Esposa de interno	73
3.2.2.2.3. Entrevista 3: Mãe de interno	77
3.2.2.2.4. Entrevista 4: Ex-interna	84
Capítulo 4: Por um projeto libertário – pistas e agendas para contribuir com o tema e conclusões	103
4.1 Interpretações e percepções	103
4.2 Conclusões	115
5. Referências bibliográficas	118
6. Apêndice	122
6.1 Lista de unidades prisionais do estado.....	122
6.2 Glossário de gírias e expressões carcerárias	132

Introdução

A presente pesquisa surge a partir do anseio pessoal de compreender a dinâmica desenvolvida no entorno do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia/SP. Nasce com base na percepção do imenso volume populacional carcerário e o distanciamento existente entre a temática e a sociedade.

Para isso buscou o desenvolvimento de um trabalho testemunhal que retratasse a vida daqueles que realmente vivenciam aquele espaço, para que assim fosse possível o registro dos anseios dessas pessoas. Visando alcançar esse objetivo, a pesquisa apresenta o método como um ponto de destaque, visto que seria necessário desenvolver algo que conseguisse atender tal demanda.

A história oral foi escolhida como metodologia de trabalho por se caracterizar como método-fonte e pelo seu potencial de registrar as características humanas dos sujeitos. Esse processo de coleta acontece de forma estruturada para garantir sua cientificidade.

Como principal elemento de pesquisa temos a coleta de dados primários, a partir da realização de entrevistas junto aos usuários das unidades prisionais, sejam eles ex-internos ou visitantes. Para a produção desse material foi utilizada a metodologia sistematizada por Verena Alberti (2003), a qual coloca suas experiências e técnicas para a produção de pesquisas em história oral. Inclusive sendo responsável por garantir a cientificidade do método e por esse motivo seu trabalho se tornou referência de tal prática no Brasil no país.

Com esse material em mãos se busca o relato da percepção e das vivências dos reais utilizadores e produtores da história, principalmente pelo fato de que esses não são ouvidos para registro da história oficial.

Para que se alcance o entendimento sobre toda essa realidade é fundamental a presença de uma revisão histórica sobre os sistemas de punição. Para que assim seja possível apontar as mudanças presentes nos sistemas de cumprimento de penas, sejam a partir do desenvolvimento das penas capitais ou na influência da religião dentro dessas instituições.

Essa reflexão foi fundamental para compreender como o sistema de punição evoluiu de forma muito lenta e que pouco se modernizou mesmo com mais de cinco séculos de instituições penais.

Após essa análise histórica se parte para a apresentação do cenário penal brasileiro. Começando pela sua criação, onde se desenvolve um breve

entendimento sobre a instalação das primeiras unidades no país. Ocorre também a apresentação do perfil criminal brasileiro e como acontece a distribuição espacial da população carcerária nacional.

A próxima etapa realizada se dedicou a entender a realidade penal no estado do objeto de pesquisa. Essa demanda surge como uma consequência do material coletado nas entrevistas, em que ficou claro a necessidade de ampliação da escala de análise. Não seria possível entender as características locais sem levar em consideração os aspectos estaduais, além do fato da pendularidade penal ser bastante impactante,

O principal material dessa pesquisa se desenvolve com base nos resultados decorrentes das análises das entrevistas. Esse material fez reafirmar a crença de que o entendimento da humanidade é fundamental para se enfrentar o gestorismo que o sistema carcerário possui

Como resultado dessa análise temos a junção de diversos conceitos e autores. De um lado temos a realidade vivida por essas pessoas e expressa no que Paola Jacques (2012) denomina como errantes, que nesse caso se apresenta no processo de errância entre as unidades dos internos e de seus visitantes.

Temos a realidade daqueles que vivem à margem do sistema formal de economia e transformaram o sistema carcerário em fonte de sobrevivência, no que Milton Santos (1979) coloca como circuito inferior da economia. O autor coloca na sua obra “Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional” (1998) que esses que vivem à beira do sistema hegemônico são vistos como homens lentos, crítica que se complementa com a do humanismo concreto de Ana Clara Ribeiro (2005). Fazendo com que assim tenhamos um processo de construção da realidade próxima ao que foi relatado pelos depoentes.

Dotado de todos esses materiais houve o surgimento de uma grande questão, que foi a de observar e entender o sistema penitenciário nacional como algo integrado e único. Onde os sistemas estaduais e federais estão interconectados pelo que Milton Santos (1996) apontou com a criação de um sistema de engenharia que é capaz de produzir seu próprio fluxo em decorrência de determinados fixos.

Capítulo 1: Reflexão e a história do sistema de punição

De modo a iniciarmos a discussão aqui proposta, é fundamental que se construa o entendimento sobre o que é encarceramento e como se deu o desenvolvimento dos sistemas de cumprimento de pena ao longo da história, e sua evolução até os dias de hoje.

Quando observamos ao longo de todo o processo histórico de composição da vida em sociedade a existência de sistemas de punição sempre estiveram presentes, em suas variadas formas. Uma das definições colocadas (MICHAELIS, 2020) para prisão é a de “estado de preso cumprindo a pena privativa da liberdade; cativo.” e quando observamos a definição do que é pena na obra de Abbagnano (1998) temos que a pena é “privação ou castigo previsto por uma lei positiva para quem se torne culpado de uma infração”. Assim não podemos dissociar a relação entre prisão e pena.

Ainda com base na obra de Abbagnano (1998) o conceito de pena pode variar, essa variação vai depender do objetivo que se espera obter com tal punição. Para o autor o termo pode se relacionar com as seguintes funções: (i) ordem da justiça; (ii) salvação do réu; (iii) defesa dos cidadãos.

De acordo com Aristóteles (1973) todo culpado de alguma infração legal fica sujeito à pena (sanção) prevista em lei. Aristóteles aponta a existência da pena com papel de restabelecer a ordem da justiça em sua devida proporção.

Quando alguém apanhou e outro bateu, ou então quando alguém matou e outro morreu, não há relação de igualdade entre o dano e o direito, mas o juiz procura remediar essa desigualdade com a pena que infringe, reduzindo a vantagem obtida. (*apud* ABBAGNANO, 1998, p. 749).

Essa definição de Aristóteles corrobora com a teoria da utilização da pena como elemento responsável pela restauração da ordem da justiça. Ideais que inspiram até os dias de hoje numerosas doutrinas jurídicas, bem como as instituições e leis que se fundam nessa corrente de pensamento.

Dentro do que se tem registro na história humana, o Código de Hamurábi foi a primeira coletânea de leis escritas da qual se tem conhecimento. Sua proposição ocorreu rei Hamurabi da Babilônia, por volta do ano de 1750 a.c. como princípios fundamentados na lei de talião, que é uma “forma de justiça segundo a qual o ofensor deve sofrer o mesmo mal que causou ao ofendido” (Abbagnano, 1998),

A *lex talionis* (do latim *lex talionis*: *lex* = lei e *talis* = tal, parêlo) pode ser considerada um avanço à época, porque punia apenas aquele que praticava o crime e não toda a sua família como era comum de acontecer anteriormente. Além disso, se iniciava a criação de uma relação causal entre o delito e a pena a ser aplicada.

Portanto, quando a lei se expressa universalmente (de modo geral) e surge um caso que não é abrangido pela declaração universal, é justo, uma vez que o legislador falhou e errou por excesso de simplicidade, corrigir a omissão – em outras palavras, dizer o que o próprio legislador teria dito se estivesse presente, e que teria incluído na lei se tivesse conhecimento do caso. É essa a natureza do equitativo: uma correção da lei quando ela é deficiente em razão da sua universalidade. (ARISTÓTELES, 1973, p. 336).

Agora com a presença de um Código de leis, eram previstas referidas penas para diversos delitos, fazendo distinção inclusive entre homens livres e escravos. Como descrito por Cipriani (2005) delitos criminais previam pena de compensação, furto calamitoso com chamas. Havia inclusive a aplicação de penas de afogamento ou empalação.

Na Grécia Antiga a ideia de privação de liberdade era desconhecida, mas como apontado por Dotti (1998) esse tipo de penalidade poderia ocorrer em caso de dívida, até que o devedor a quitasse ou até que o julgamento fosse realizado.

Platão (1999) já apontava ensaios sobre o uso da prisão como forma de custódia, apontando inclusive possíveis aplicações para tal uso. O autor recomendava a prisão de três funções específicas: (i) a primeira delas é situada em praça pública, com intuito de prevenir outros delitos; (ii) chamada de casa de correção ou reformatório, devendo se localizar no lugar de reunião do conselho noturno, devendo abrigar pessoas que aparentavam desequilíbrio e insensatez, função corretiva; (iii) para abrigar as “bestas ferozes”, os quais não estavam contentes em negar a existência dos deuses, deveriam ser construídas nas regiões mais agrestes possíveis e possuíam caráter punitivo.

Dos modelos apresentados por Platão na construção de um modelo de privação de liberdade duas existem até hoje: prisão-custódia e prisão-pena. Desses dois modelos, a Antiguidade só conheceu a prisão com finalidade de custódia.

Como apontado por Bittencourt (2001) os locais destinados a custódia dos indivíduos até os julgamentos eram os calabouços, ruínas de castelos e suas

torres, como também conventos abandonados. O ideal de expiação do que havia cometido uma infração sobre as normas de convivência era um feito normal.

A descrição por Carvalho Filho (2002) desses espaços revela a presença de locais insalubres, sem a presença de iluminação ou qualquer condição de higiene. Essas enxovias eram locais que promoviam o adoecimento e muitas vezes a morte, mesmo antes do julgamento. Visto que nesse momento as penas se baseavam no tormento físico.

Uma outra forma de remissão bastante comum dentre os gregos se dava através da marcação corporal. A estigmatização dos apenados era bastante útil para facilitar a identificação de toda a comunidade, indicando inclusive se era um criminoso, escravo ou traidor. Para além disso, havia a demarcação territorial de onde esse apenado poderia circular, em decorrência dessa marca.

Com o passar dos anos e o desenvolvimento das sociedades temos o surgimento do poder social, o qual tem como base do seu desenvolvimento as religiões. Período iniciado na Idade Média, sendo assim o ideal de pena começa a se desenvolver não apenas pelos homens, mas também pelos deuses.

A religião entra com um grande poder, um poder de manter a conduta humana sob controle. Visto, que ela controlava as ações de toda a sociedade.

Segundo Marques (2008) o conceito de pena possui uma forte relação com as práticas religiosas, as quais influenciam desde os homens primitivos e até mesmo as comunidades indígenas.

Nesse período o encarceramento era entendido não como caráter de pena, mas sim, como uma forma de controle físico sobre o sujeito. Punir para controlar, colocando inclusive a submissão de castigos corporais e a pena de morte.

Como apontado por Carvalho Filho (2002) a aplicação das punições durante esse período histórico eram: degolação, amputação dos braços, forca, fogueira, queimaduras a ferro em brasa, a roda e a guilhotina. Esses elementos, que além de serem formas de punição funcionavam como grandes espetáculos para a população.

Melossi e Pavarini (2006) apontam o surgimento de dois tipos de encarceramento: (i) cárcere do Estado e o (ii) cárcere eclesiástico. O primeiro funcionava como cárcere-custódia, onde o indivíduo aguarda a definição de sua punição. No segundo temos o local destinado aos clérigos que ficavam trancados

nesse passo e até, através de penitência e muita oração, se arrependem da infração realizada.

Em decorrência disso, não era necessário a implementação de construções específicas, visto que esse o cárcere era apenas um local de custódia para aqueles que seriam submetidos à punição.

O desenvolvimento desse modelo canônico levou a replicação dele para a população comum, com o intuito de que isso levasse à reparação da culpa. Assim temos o surgimento do termo “penitenciária” com finalidade de pena.

O período da idade moderna foi responsável, na Europa, pela transição na forma com a qual a sociedade se organizava. Temos a mudança de uma sociedade feudal para um modelo organizado política, econômica, e socialmente sob a lógica do Capitalismo.

Mesmo no período pré-capitalista havia uma concentração de poderes na monarquia. O que colocava todos os poderes na figura do monarca, que poderia operacionalizar o poder de acordo com seus interesses, inclusive oprimindo os súditos desprovidos de direitos

Esse controle absoluto do poder gera, inclusive, o fato de que não era necessário se justificar qualquer aspereza junto aos encarcerados, visto que fazer isso seria questionar a soberania do rei.

O cumprimento de pena como ação punitiva ainda não era utilizado, se mantinha a prática do encarceramento como a forma de garantir que o indivíduo esperasse até que sua pena fosse aplicada.

Durante o século XVIII houve dois fatos que fizeram com que o sistema de punição passasse por grandes mudanças: (i) grande aumento da pobreza na Europa e o (ii) movimento iluminista.

O aumento da pobreza fez com que houvesse um número crescente dos delitos relacionados à violação de patrimônio. Por conta disso, a aplicação de suplícios ou até mesmo da pena de morte começou a não atender os anseios da população. Esse tipo de pena com intuito de funcionar como exemplo não funcionava mais, logo, a privação de liberdade surge como forma de controle social. Como é apontado por Foucault, sobre a aplicação das pena-castigo.

Pode-se compreender o caráter de obviedade que a prisão-castigo muito cedo assumiu. Desde os primeiros anos do século XIX, ter-se-á ainda consciência de sua novidade; e, entretanto, ela surgiu tão ligada, e em profundidade, com o próprio

funcionamento da sociedade, que relegou ao esquecimento todas as outras punições que os reformadores do século XVIII haviam imaginado (FOUCAULT, 1998, p. 70)

Impulsionado pelo ideal de liberdade defendido pelo iluminismo, onde se acreditava que colaboraram na superação dos resíduos da Idade Média. Onde o conhecimento crítico corroborar para a melhoria do Estado e da sociedade.

A prisão como um instrumento da modernidade é produto do racionalismo iluminista, de um esforço racional pela humanização das penas e pela transformação dos sujeitos em indivíduos úteis ao modo de produção nascente. (ZOMIGHANI, 2009, p. 43)

A aplicação das penas criminais surge juntamente com a intenção de humanizá-las, apoiada por obras como a de Cesare Beccaria, publicada em 1764. Beccaria (1999) combatia a utilização dos castigos violentos e vexatórios, além de defender que o acusado tivesse acesso a garantias processuais. Para ele, a pena não passava de motivo sensível para reforçar e garantir a ação das leis, de tal maneira que "as penas que excedam da necessidade de conservar a saúde pública são injustas por natureza" (ABBAGNANO, 1998).

Beccaria (1999) defendia que as penas desumanas eram aplicadas sob uma falsa bandeira de legalidade e colocava a necessidade de repensar o modelo de punição.

À medida que as penas forem mais brandas, quando as prisões já não forem a horrível mansão do desespero e da fome, quando a piedade e a humanidade penetrarem nas masmorras, quando enfim os executores impiedosos dos rigores da justiça abrirem os corações a compaixão, as leis poderão contentar-se com indivíduos mais fracos para ordenar a prisão. (BECCARIA, 1999, p. 46)

Essa mudança de postura sobre o cárcere se encontra no que D'elia (2012), citando Foucault, aponta que a mudança tem caráter político, em especial a ascensão da burguesia, o espetáculo público de punição que poderia incitar a violência, passa a se dar de forma fechada e escondida "A execução pública é vista então como uma fornalha em que se acende a violência" (FOUCAULT, 1998).

O protesto contra os suplícios é encontrado em toda parte na Segunda metade do século XVIII: entre os filósofos e teóricos do direito; entre juristas, magistrados, parlamentares; e entre os legisladores das assembleias. É preciso punir de outro modo: eliminar essa confrontação física entre soberano e condenado; esse conflito frontal entre a vingança do príncipe e a cólera

contida do povo, por intermédio do supliciado e do carrasco (FOUCAULT, 1998, p. 63).

Essa mudança implica em uma adaptação da infraestrutura prisional para atender a nova demanda. D'elía (2012) nos lembra do Panóptico, desenvolvido por Jeremy Bentham e depois utilizado por Foucault como analogia para o entendimento da sociedade.

Como observado por Carvalho Filho (2002) a existência da pena de privação de liberdade está diretamente atrelada ao surgimento do novo paradigma econômico e social capitalista. Mudança essa que gerou um aumento do volume da população em situação de pobreza, intensificada com a presença de guerras.

Diante desse contexto, Melossi e Pavarini (2006) apontam que era fundamental enfrentar essa nova realidade. A Inglaterra decide enfrentar esse momento com a criação das chamadas *workhouses*, onde, segundo Karl Marx (1996), “o crescente horror dos trabalhadores ante a escravidão da Workhouse, esse cárcere da miséria” (1996 *apud* ZOMIGHANI, 2009).

A função das *workhouses* ou *houses of correction* era transformar a população camponesa em capaz de operar as linhas de produção da indústria têxtil. Servindo como ferramenta de controle social. Onde o trabalho e a disciplina serviam como método de reformar o interno ao invés do tradicional método de punição física ou de penitência. “O direito de punir deslocou-se da vingança do soberano à defesa da sociedade” (FOUCAULT, 1998)

Essa forma de correção ganhou ares de grande efetividade, visto que era responsável por promover a prevenção criminal, já que evitava a ociosidade e vadiagem dos sujeitos. Havia inclusive fundamento legal que defendia tal sanção para os vagabundos e o alívio para os pobres

Foi determinado inclusive que fossem implantadas casas de correção em todas as jurisdições da Inglaterra. Fator esse que, segundo Bitencourt (2001), fez com que as casas de correção estabelecessem uma nova relação dentro das práticas de punição, a qual colocava o apenado como mão-de-obra barata.

Com as novas formas de acumulação de capital, de relações de produção e de estatuto jurídico da propriedade, todas as práticas populares que se classificavam, seja numa forma silenciosa, cotidiana, tolerada, seja numa forma violenta, na ilegalidade dos direitos, são desviadas à força para a ilegalidade dos bens. (FOUCAULT, 1998, p. 107).

Outras localidades da Europa também se utilizaram desse tipo de casa de correção, na Holanda por exemplo havia a existência da *Rasp-huis*, que ficou conhecida dessa forma pois a principal atividade desse lugar era de raspar o pau-brasil até transformá-lo em pó. O resultado desse processo era utilizado como pigmento (Melossi e Pavarini, 2006).

Tivemos a elaboração de outros modelos, dentre eles o Sistema Filadélfia (1790) e o Sistema Auburn ou Sistema de Nova Iorque (1821), ambos modelos estadunidenses e que pregavam o isolamento do apenado. No modelo Filadélfia com a reclusão absoluta, enquanto na versão nova iorquina o isolamento era só à noite, com trabalhos e refeições coletivas, porém com imposição do silêncio absoluto.

Surge na Inglaterra (1846), um sistema progressivo, onde a primeira fase seria equivalente ao modelo da Filadélfia, a segunda ao Sistema Auburn, e a terceira algo semelhante ao que hoje entendemos como liberdade condicional, para pôr fim obter a liberdade definitiva no devido tempo.

Na Irlanda esse sistema ainda incluía uma fase em que preso trabalhava em locais abertos e lhe era permitido a socialização. Merece menção também o modelo Montesinos, que surgiu na Espanha e propunha um sistema regenerativo com o intuito de reinserir o preso na sociedade, através do trabalho remunerado que realizavam durante sua pena.

Surgindo também o modelo que Foucault (1998) usa em sua obra como uma metáfora para as sociedades ocidentais modernas, que é o modelo do panóptico. Nele a busca pela disciplina, não necessita da utilização de grades, correntes ou barras para a dominação, a visibilidade permanente é uma forma de poder própria, e segundo ele não só as prisões evoluíram conforme esse modelo, mas todas as estruturas hierárquicas como escolas, hospitais, fábricas e os quartéis.

A potencialidade da vigilância, sua possibilidade apenas, é por si suficiente para que o poder disciplinar se exerça justamente porque com ela uma sujeição real nasce de uma relação fictícia” (PIERANGELI, 2004, p. 193).

O panóptico, Zaffaroni (1991) aponta, submetia as pessoas encarceradas a determinadas práticas comportamentais ordenadas e isso levaria os indivíduos a uma mudança moral e psíquica.

A potencialidade da vigilância, sua possibilidade apenas, é por si suficiente para que o poder disciplinar se exerça justamente porque com ela uma sujeição real nasce de uma relação fictícia. (PIERANGELI, 2004, p. 193).

Nesse contexto temos a prisão e o sistema de punição, de uma forma geral, se transformando em algo próximo ao modelo que temos aplicado hoje. Onde o padrão adotado foca na construção de unidades que são organizadas com o intuito da correção do indivíduo a partir da privação de liberdade.

Baseado em método e disciplina, a punição adquiriu caráter de readaptação daquele que descumpriu a lei. Se deixou de lado a pena com o papel de humilhação física, moral e até mesmo mutilação do sujeito. Além disso, o sistema penal passou a ter função de prevenção do delito e de readaptar aquele que porventura possa cometer o crime.

Para Foucault (1998) a prisão com a aplicação de pena privativa de liberdade passou a ter um novo significado, onde a dor da punição não acontece mais no corpo e sim na alma. “Que o castigo, se assim posso exprimir, fira mais a alma do que o corpo” (FOUCAULT, 1998).

Essa nova forma de entender o sistema punitivo coloca o Estado em um papel de controle extremamente importante. Onde é mais favorável vigiar do que punir, pois, como apresentado no modelo panóptico, é mais fácil vigiar as pessoas e mantê-las conscientes desse processo é uma maneira para que não desobedeçam a ordem, as leis e nem ameacem o sistema de “normalidade”.

1.1 O caso brasileiro

Quando olhamos a realidade brasileira, Da Silva (2003) aponta documentos de 1551 que fazem referência a uma cadeia na Bahia, na época, as prisões se localizavam nas câmaras municipais, porém os presos tinham contato com a rua, podendo receber e se comunicar com os passantes. De acordo com D'élia et al (2012), até 1830, tal qual colônia portuguesa, o Brasil ainda se submetia as Ordenações Filipinas que determinavam os crimes e a suas penas correspondentes, estas não incluíam a pena de encarceramento, que se mantinha como forma de evitar a fuga até o julgamento.

Depois do banimento das penas de açoite e tortura na Constituição de 1824, o Código Penal do Império, de 1830, instituiu a pena de prisão. Dividida entre prisão simples e prisão com trabalho, o encarceramento passa a ser, então,

a principal pena aplicada, apesar de ainda existirem as penas de morte e a galés (de trabalhos forçados). Porém, não se estabeleceu um sistema penitenciário, o regulamento ficava a critério governo de cada região.

Foram instituídas comissões responsáveis por visitar as prisões e produzirem relatórios a seu respeito, e estes, já apresentavam o estado deplorável desses locais, mostrando inclusive problemas semelhantes aos atuais, como superlotação, mistura entre condenados e aqueles que aguardavam julgamento; além de indicarem o ambiente como sujo, com acúmulo de lixo, falta de água, de comida e de assistência médica; o relatório de 1841 aponta as prisões como escola de imoralidade.

Assim, em 1850 e 1852, de acordo com D'elia et al (2012), foram criadas as Casas de Correção do Rio de Janeiro e de São Paulo respectivamente. Nos dois casos foi adotada uma planta equivalente ao panóptico, enquanto foi implantado o Sistema Auburn, previamente citado, portanto, tinham também oficinas de trabalhos, pátios e celas individuais.

Esses modelos, no entanto, permaneceram nessas duas cidades enquanto no restante do Brasil prevalecem os modelos insalubres demonstrados nos relatórios. A partir de 1870 as Casas de Correções passam a ser criticadas e em 1890 o novo Código Penal aboliu as penas de açoite, morte e perpétua, estabelecendo quatro tipos de prisões: (i) a prisão celular, a maioria dos crimes previstos no Código tinha esse tipo de punição (art. 45); (ii) reclusão em “fortalezas, praças de guerra ou estabelecimentos militares” destinada para os crimes políticos contra a recém-formada República (art. 47 do Código); (iii) prisão com trabalho que era “cumprida em penitenciárias agrícolas, para esse fim destinadas, ou em presídios militares” (art. 48 do Código); (iv) prisão disciplinar “cumprida em estabelecimentos industriais especiais, onde serão recolhidos os menores até a idade de 21 anos” (art. 49), uma inovação do Código foi o limite de 30 anos para as suas penas. (D'ELIA et al, 2012, p.12).

O código também assume como modelo o Sistema Progressista Irlandês, em sua maioria sendo aplicada a pena de prisão celular. Porém a infraestrutura prisional não acompanha o código, dessa forma, não existiam estabelecimentos suficientes e se dava uma escassez de vagas, portanto, em muitos casos a condenação era convertida de acordo com a disponibilidade, em geral para prisões com trabalho ou simples com aumento do tempo, ou ainda com

transferência do preso para outros municípios, hábito que resultou na superlotação da prisão da capital.

1.2 Momento atual

Segundo o Ministério da Justiça, o sistema penitenciário brasileiro tem como objetivo a ressocialização, educação e a referente punição ao seu delito.

Para começar a discussão sobre o sistema de encarceramento é importante observar algumas coisas, o primeiro ponto a ser observado é o volume prisional brasileiro. Por aqui já começamos com um conflito de informações, pois segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), em dezembro de 2020 o país contava com 747.919 pessoas em situação de restrição de liberdade, distribuídas nos mais variados tipos de unidade (vide quadro 1). Porém, o World Prison Brief¹, apontava em dezembro de 2019 que o número de pessoas presas já ultrapassa a marca de 755.000 pessoas.

Quadro 1: Distribuição prisional no Brasil

Tipo de regime	Unidades Estaduais	Unidades Federais
Fechado	361973	574
Semiaberto	133408	0
Aberto	25137	0
Provisório	222459	99
Tratamento Ambulatorial	250	0
Medida de Segurança	4019	0
Total	747246	673
	747919	

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Ainda corroborando com essa dificuldade na credibilidade dos dados publicados sobre essa temática, temos a publicação de julho de 2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de que o país batia a marca de 812 mil pessoas em restrição de liberdade.

¹ Banco de dados on-line criado pelo Instituto de Pesquisa de Política Criminal (ICPR), Birkbeck College, Universidade de Londres. Tem o intuito de agregar as informações sobre sistemas penitenciários em todo o mundo

Logo, é importante pontuar que a divergência discrepante entre os dados é uma problemática para essa pesquisa, além do fato de que o acesso a eles não é claro. Como é apontado por Zomighani (2013) “A obscuridade histórica no trato da coisa pública brasileira torna-se outro grande problema para a pesquisa, bem como dificulta um controle democrático das instituições de Estado”. No entanto, a premissa essencial para essa pesquisa é que se trata de um sistema inflado e desestruturado.

O fato de termos um volume prisional que não é muito claro complica ainda mais a situação dos envolvidos, pois, quando não se tem claro o tamanho desse volume é impossível pensar no desenvolvimento de políticas efetivas.

Esse alto número de indivíduos retrata um cenário nacional extremamente preocupante que nos coloca como a terceira maior população prisional do mundo, ficando atrás apenas de China e Estados Unidos, como observado no quadro a seguir:

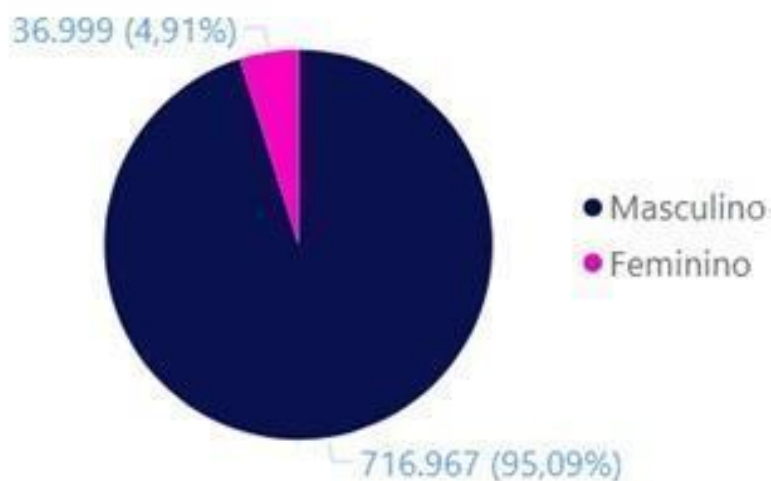
Quadro 2: Ranking prisional

Colocação	País	População Prisional Absoluta
1	Estados Unidos da América	2 094 000
2	China	1 710 000
3	Brasil	755 274
4	Federação Russa	486 031
5	Índia	478 600

Fonte: World Prison Brief

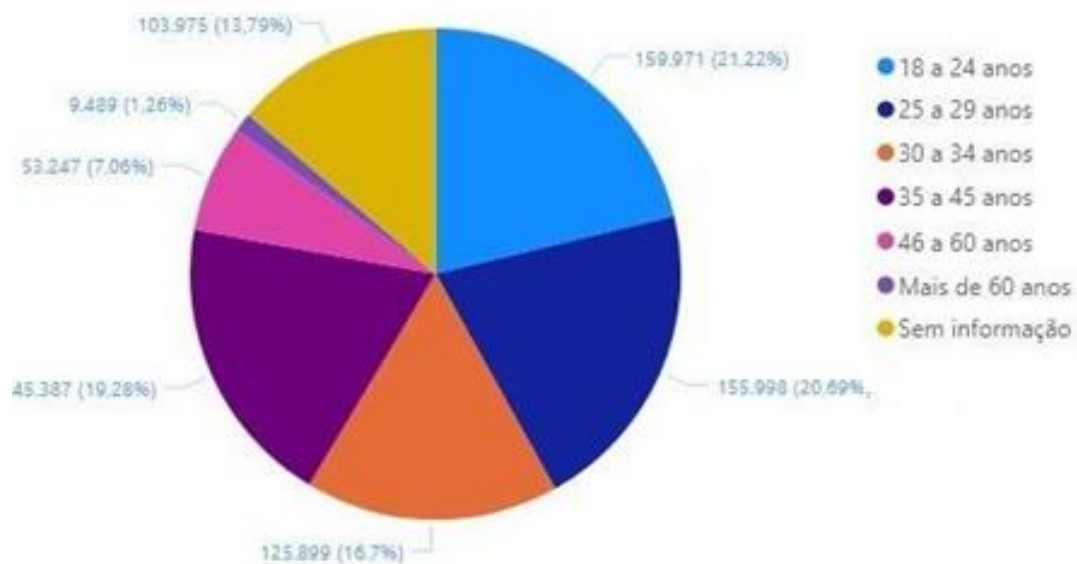
Esse grande número de pessoas encarceradas no Brasil abrange uma tipificação muito específica, em geral, homem, jovem entre 18 e 29 anos, pardo e que cumpre pena por crimes envolvendo drogas ou contra o patrimônio. Como podemos observar nos gráficos a seguir:

Gráfico 1: Distribuição por gênero



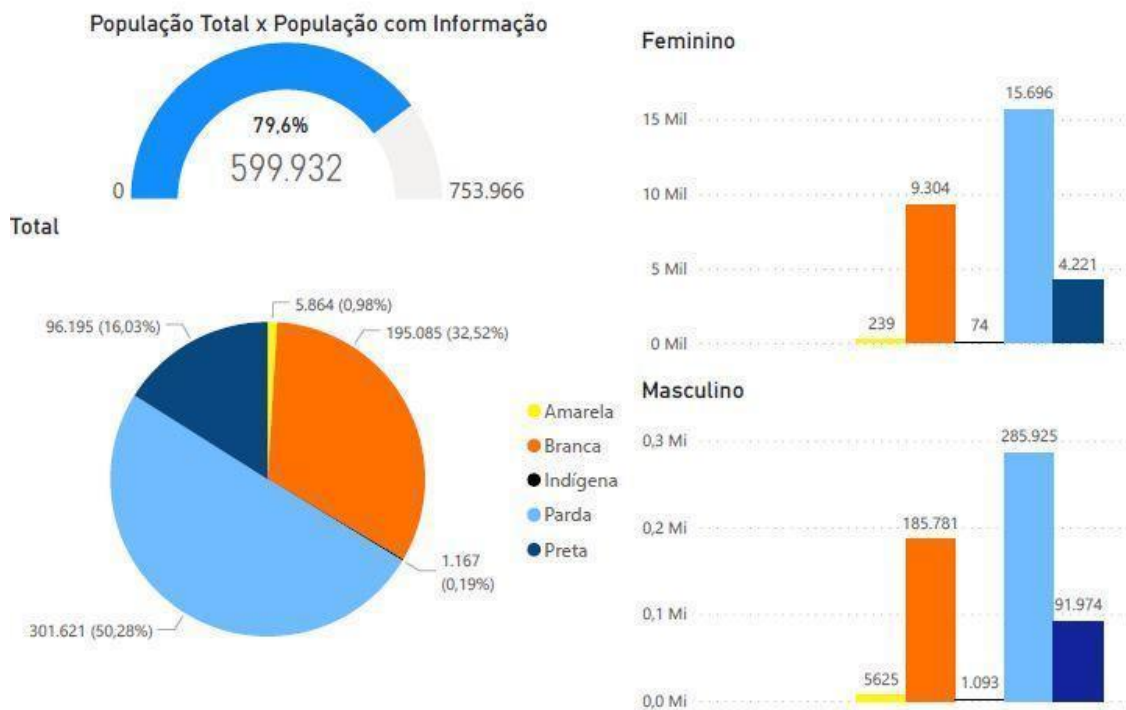
Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Gráfico 2: Distribuição por faixa etária



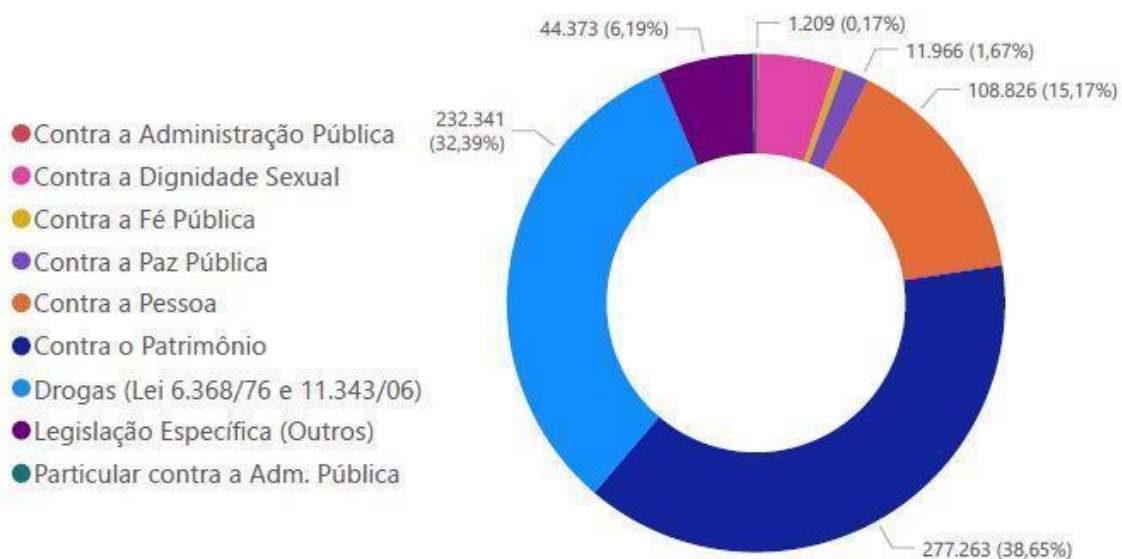
Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Gráfico 3: Distribuição étnica



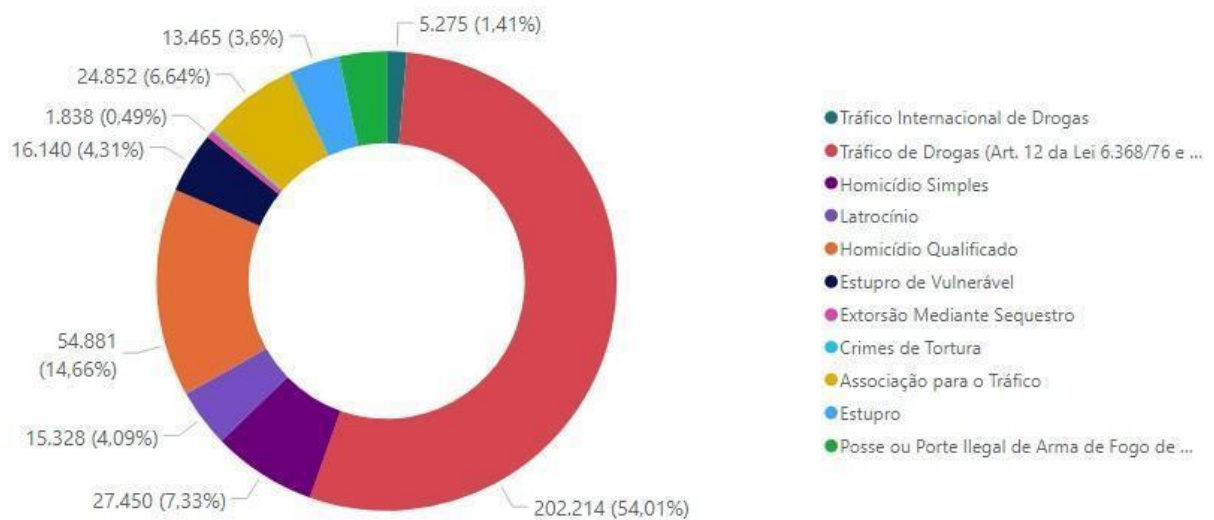
Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Gráfico 4: Distribuição por tipo de crime



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Gráfico 5: Tipificação nacional de encarcerados



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Para além do volume prisional, devemos pensar na quantidade de pessoas que acabam por ser afetadas pelo encarceramento. Se cada interno tiver ao menos dois familiares, chegaremos ao incrível número de 2 milhões de pessoas tendo sua vida impactada pelo sistema prisional.

Essa população restrita de liberdade se encontra distribuída por mais de 1000 estabelecimentos penais (sendo 178 só no estado de São Paulo), instituições que em sua maioria se encontram em situação de superlotação e concentram um déficit de mais de 200 mil vagas. Além disso, como é analisado por Barros (2012), em 2005 o déficit prisional do estado de São Paulo já era de aproximadamente 49 mil vagas e crescia mensalmente na faixa de 850 novos internos novos no sistema. No entanto, as políticas que entraram para a agenda desde então seguem apenas pensando na ação de forma momentânea, sem haver uma política mais ampla que possa fazer com que a necessidade de expansão prisional acabe.

As políticas criminais fazem referência a um programa do Estado para controle criminal materializado, desde os formuladores de agenda até os burocratas de rua. Como descrito por Santos (2002), o instrumento mais básico das políticas criminais é representado pelo Código Penal. O desrespeito às normas impostas pelo Estado acaba gerando como resultado penas criminais.

Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) o ritmo de crescimento da população prisional se mantinha estável. Em 2002 o país contava com aproximadamente 240 mil pessoas em situação de reclusão. Porém, após esse período deu-se início, no Brasil, uma explosão prisional, em apenas 12 anos houve um crescimento de mais de 60%. Pensando no período 2000 e 2016 o índice de aprisionamento chegou a 152%.

Ter esses números em mente é fundamental para pensarmos em como a sociedade age, visto que age de forma conivente com a restrição da liberdade de um volume de pessoas tão grande. Davis (2019) coloca quanto o encarceramento é naturalizado, mesmo depois da liberação da população escravizada continuamos aceitando isso como o modelo de correção, onde as penas de violência física foram trocadas pela privação de liberdade “esse novo sistema se buscava na substituição das penas capital e corporal pelo encarceramento” (DAVIS, 2019).

O Estado tem a sua presença dentro da sociedade com pouca efetividade no sentido de organização, porém a prática de encarceramento em massa “foi o programa social governamental implantado de forma mais abrangente em nosso tempo” (DAVIS, 2019).

Para determinados grupos sociais o único aparato do Estado que chega até eles é o cárcere, essas políticas agem tão fortemente que para os grupos mais pobres da sociedade a prisão é vista como se fosse um “fato inevitável da vida como vida, nascimento e morte” (DAVIS, 2019).

Devemos salientar que o encarceramento, em princípio, representa uma espécie particular de exclusão que, sob a lógica do sistema neoliberal tende a aumentar (ZOMIGHANI, 2009), sendo assim o objeto de estudo necessita de uma atenção especial.

A prisão se tornou um buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo. O encarceramento em massa gera lucros enquanto devora a riqueza social, tendendo, dessa forma, a reproduzir juntamente as condições que levam as pessoas à prisão” (DAVIS, 2019, p. 17)

E dentro do sistema capitalista neoliberal, coloca-se cada vez mais importância nas práticas punitivas, e na medida em que o Estado segue investindo apenas na repressão, a máquina prisional não para de crescer. E,

enquanto as causas do aprisionamento não forem tratadas a demanda por recursos, sejam eles para manutenção das unidades ou para construção de novas, não vai parar de crescer.

Capítulo 2: Geografia do sistema prisional em São Paulo

Colocado o panorama nacional é necessário entender a realidade estadual. Das mais de 1000 unidades prisionais do país, 178 se encontram no estado de São Paulo. Além de concentrar quase 20% das unidades carcerárias, o estado abriga quase 30% do volume de pessoas cumprindo pena. Como pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 3: Distribuição prisional no Estado de São Paulo

Tipo de Regime	População
Fechado	140292
Semiaberto	32151
Aberto	0
Provisório	45200
Tratamento Ambulatorial	0
Medida de Segurança	1266
Total	218909

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Hoje as unidades penais do estado são administradas pela Secretaria de Administração Penitenciária, porém, até 1979 os estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdade, no Estado de São Paulo, estavam subordinados ao Departamento dos Institutos Penais do Estado - DIPE, órgão pertencente à Secretaria da Justiça.

A responsabilidade sobre as unidades ficou com a Secretaria de Justiça até março de 1991. Em seguida, a administração foi transferida para a Segurança Pública, e com ela ficou até 1992.

Em 1993 com a promulgação da Lei nº 8209, de 04/01/93, e do Decreto nº 36.463, de 26/01/1993, onde o governo estadual organizou a Secretaria Da Administração Penitenciária, a primeira no Brasil, a tratar com exclusividade do referido segmento. Segundo a própria SAP:

O sistema prisional tem características próprias e exige uma adequada solução: um sistema carcerário eficiente, dentro de um Estado democrático, onde o direito de punir é consequência da política social, a serviço de toda a sociedade, mas fundado

nos princípios de humanização da pena, sem que dela se elimine o conteúdo retributivo do mal consequente do crime. (SAP)

Para a facilitar a gestão desse grande número de unidades e de pessoas a secretaria decidiu subdividir o território estadual em cinco coordenadorias regionais: (i) Coordenadoria Região Metropolitana de São Paulo; (ii) Coordenadoria do Vale do Paraíba e Litoral; (iii) Coordenadoria da Região Noroeste; (iv) Coordenadoria da Região Central; e (v) Coordenadoria da Região Oeste (vide mapa 1). O complexo analisado integra a Coordenadoria da Região Central.

As 178 unidades encontram-se distribuídas por todo território estadual, como pode ser observado no mapa 2. Assim como, listadas no anexo 7.1, nessa listagem é possível a conferência dos municípios, do tipo de unidade e suas respectivas capacidades e ocupações.

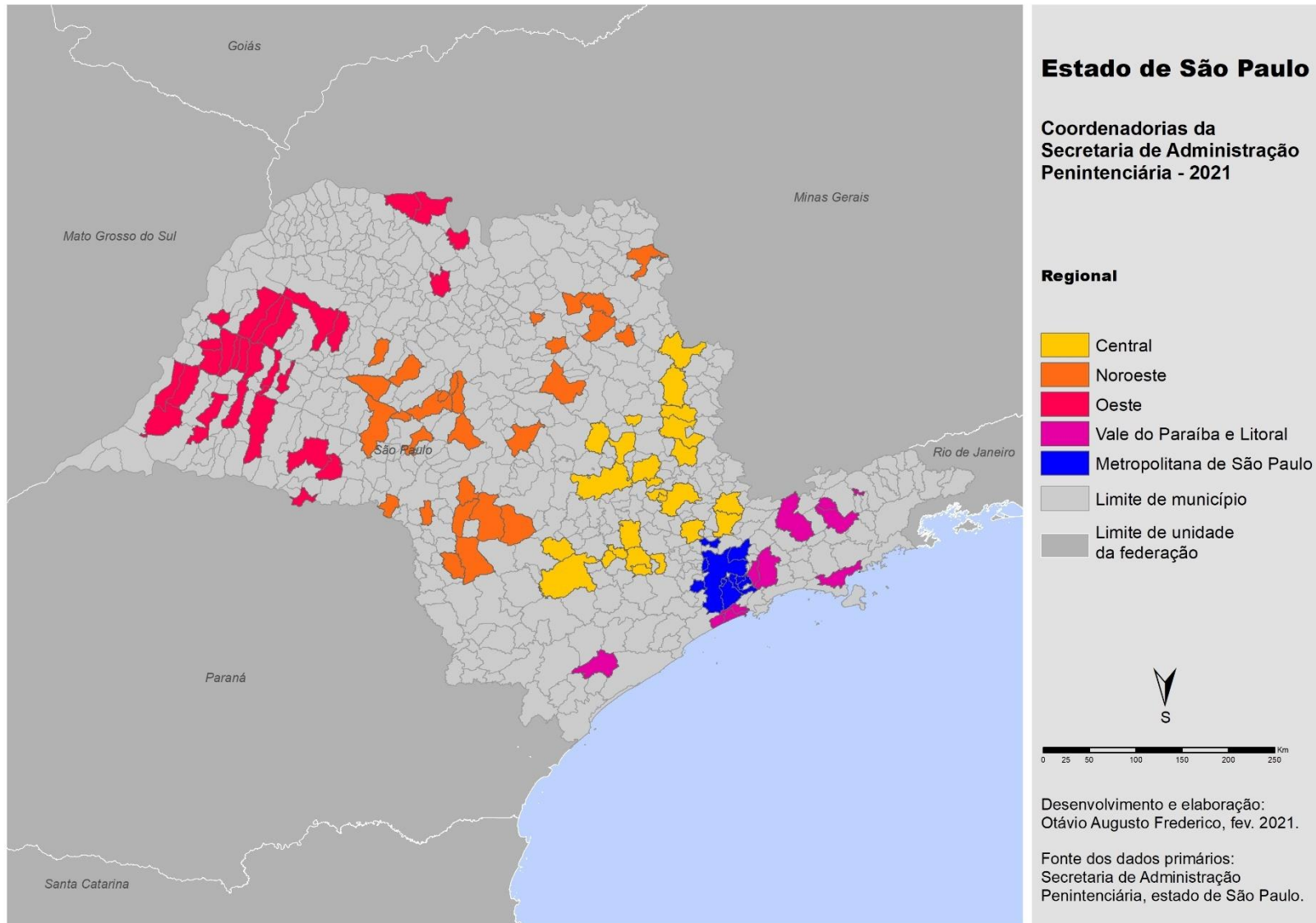
É possível observar uma concentração maior de unidades prisionais na região próxima a capital do estado, esse fato se deve por ali se localizam as unidades mais antigas. O projeto de expansão do sistema prisional paulista no interior se iniciou no período pós-redemocratização e se intensificou após 1992. O principal feito para a adoção de tal política foi a invasão pela polícia na Casa de Detenção de São Paulo, onde 111 internos foram brutalmente assassinados, fato que ficou conhecido como Massacre do Carandiru.

A construção de unidades no interior do estado trouxe diversas resistências, como apontado pelo periódico O Estado de São Paulo (2011). Os prefeitos se negam a receber novas unidades prisionais em seus municípios, com a justificativa de que isso poderia prejudicar a segurança da população. Enquanto, por outro lado, o Governo do Estado alega que na verdade essas unidades trazem vantagens às cidades, como a geração de emprego e incremento do comércio.

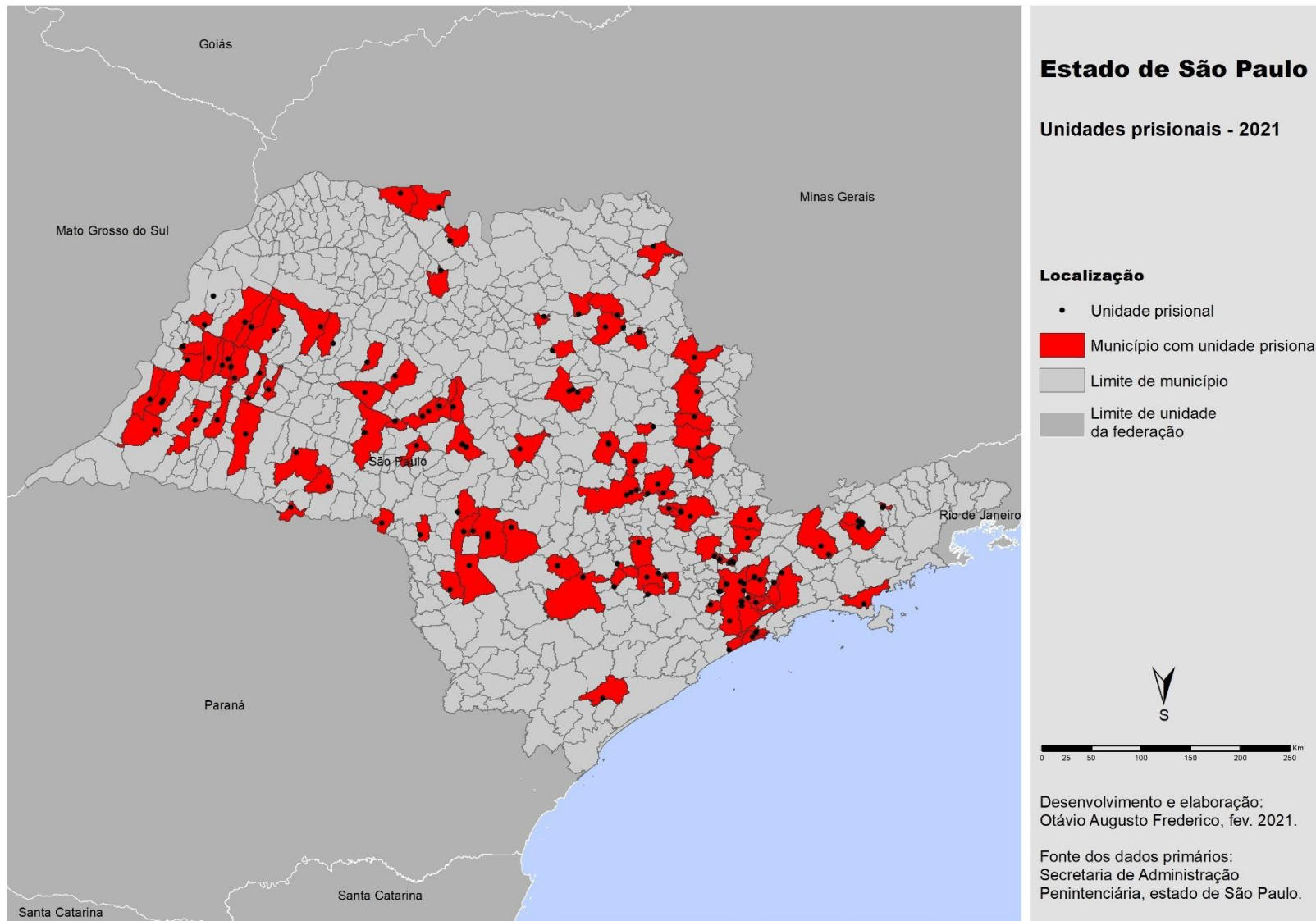
Como apontado por Marini (2011) em entrevista com o então governador Geraldo Alckmin que afirma: “De um lado, polícia na rua e a população carcerária aumenta, aí ninguém quer penitenciária. Por mais que a gente escolha um local retirado, fora da cidade, que não incomode, sempre tem restrição”. Aqui vemos a percepção do governador de que a construção de novas unidades prisionais é um elemento de propaganda de seus esforços no combate à criminalidade. Ou

como apontado por Foucault, "a detestável solução de que não se pode abrir mão" (1998).

Mapa 1: Coordenadorias da Secretaria de Administração Penitenciária



Mapa 2: Municípios com unidades prisionais



Em 2011 o Ministério da Justiça (BRASIL, 2011) editou as Diretrizes Básicas para arquitetura penal, onde coloca uma série de sugestões para a construção e expansão dos sistemas prisionais no país. São elas:

- A facilidade de acesso;
- A presteza das comunicações e a conveniência socioeconômica, ou seja, o aproveitamento dos serviços básico e de comunicações existentes (meios de transportes, rede de distribuição de água, de energia e serviço de esgoto) e das reservas disponíveis (hídricas, vegetais, minerais), bem como as peculiaridades do entorno;
- Não devem ser situados em zona central da cidade ou em bairro eminentemente residencial;
- Deverão ser localizados de modo a facilitar o acesso e a apresentação dos processados em juízo;
- As áreas metropolitanas e os centros regionais deverão ser prioritários na escolha de locais para construção de estabelecimentos penais de maior porte.

Esses fatores podem ser facilmente observados quando os relacionamos com a distribuição espacial e com a estrutura rodoviária do estado (vide mapa 3). Isso é relevante de ser analisado pela importância que o modal rodoviário exerce no país. Como é apontado por Santos e Silveira (2011), “A integração do território pelas estradas e a expansão da frota nacional de veículos permite, entre outras coisas, descrever a imposição do sistema de circulação rodoviária no Brasil.”

Podemos observar que existe todo um sistema de integração das unidades do estado, todas instaladas em cruzamentos rodoviários, tornando assim a pendularidade entre os estabelecimentos facilitada. Esse trânsito é bastante frequente, principalmente pela existência do grande número de Centros de Detenção Provisória (CDP).

O perfil da população encarcerada no estado se assemelha muito com a realidade nacional, é composta por homens, pardos que cumprem pena por crimes envolvendo drogas ou contra o patrimônio, principalmente por tráfico de drogas. Uma característica específica do estado é a composição etária, a qual se encontra bem distribuída entre 18 e 45 anos, porém o maior volume é referente a faixa de 35 a 45 anos abarcando 23,33% da população prisional do estado. Cenário esse que pode ser observado nos gráficos a seguir:

Mapa 3: Municípios com unidades e rodovias

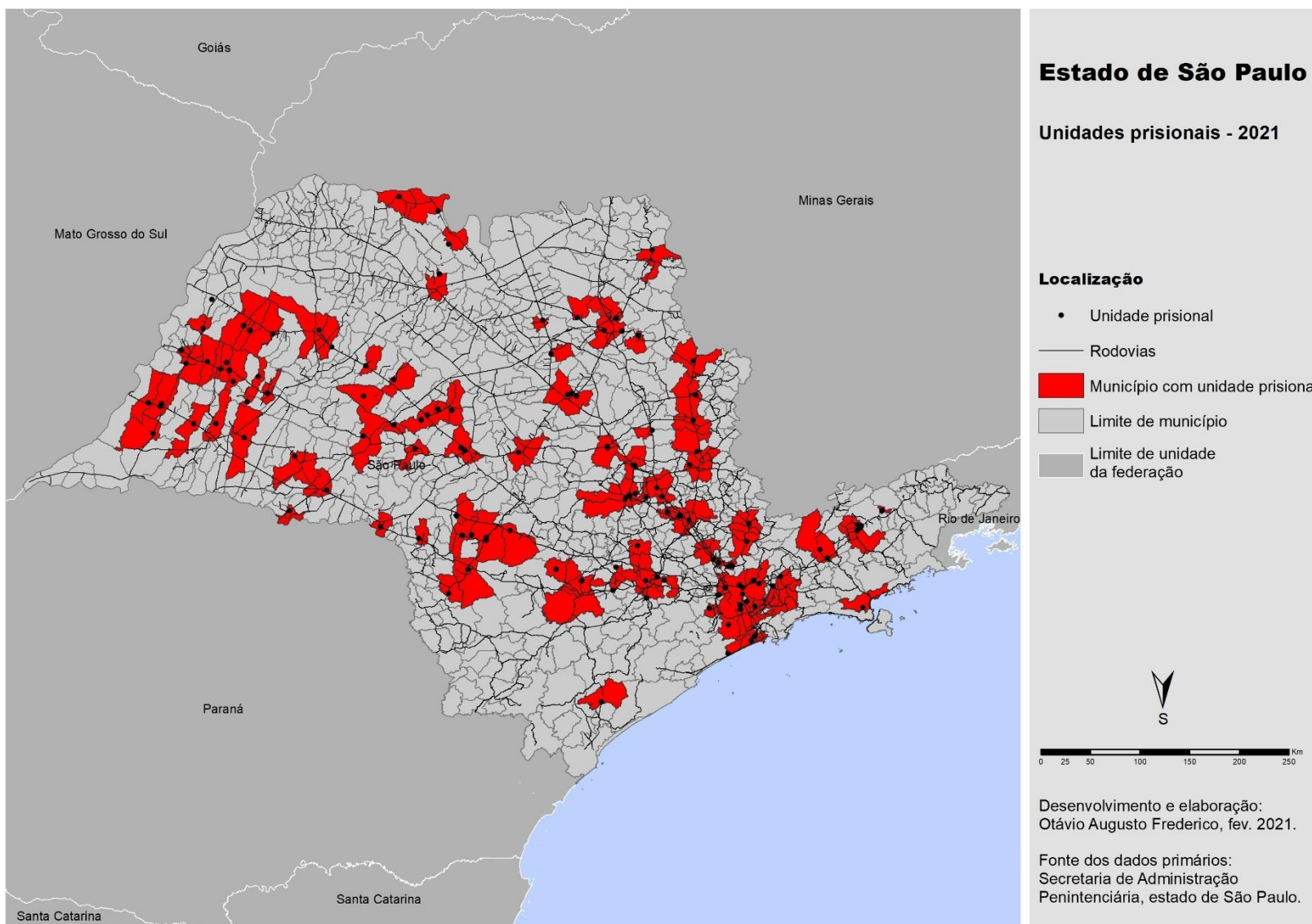
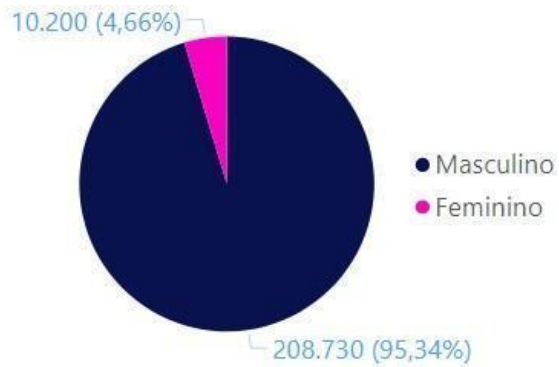
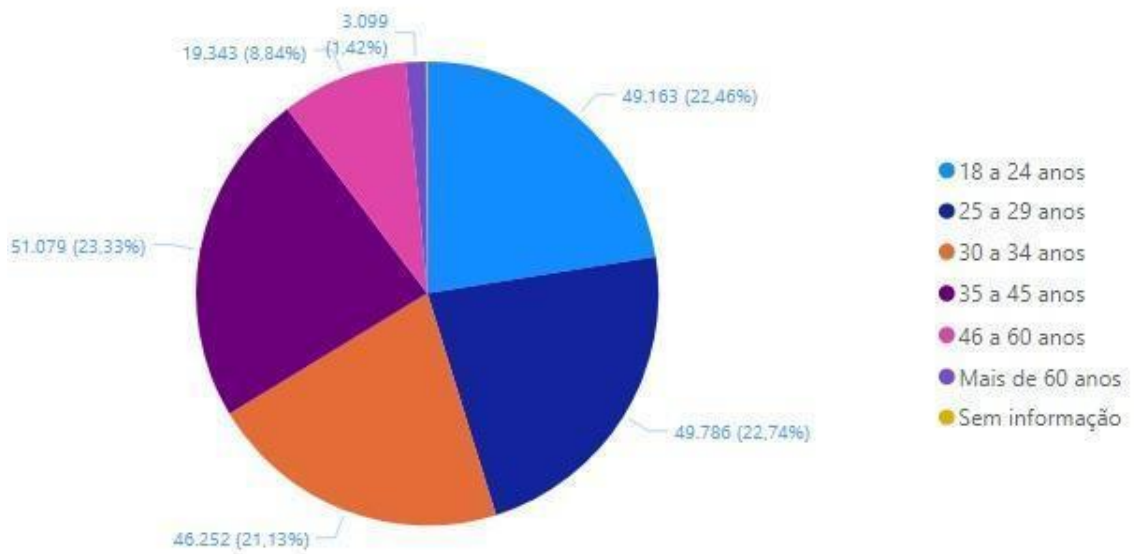


Gráfico 6: Distribuição por gênero no estado de São Paulo



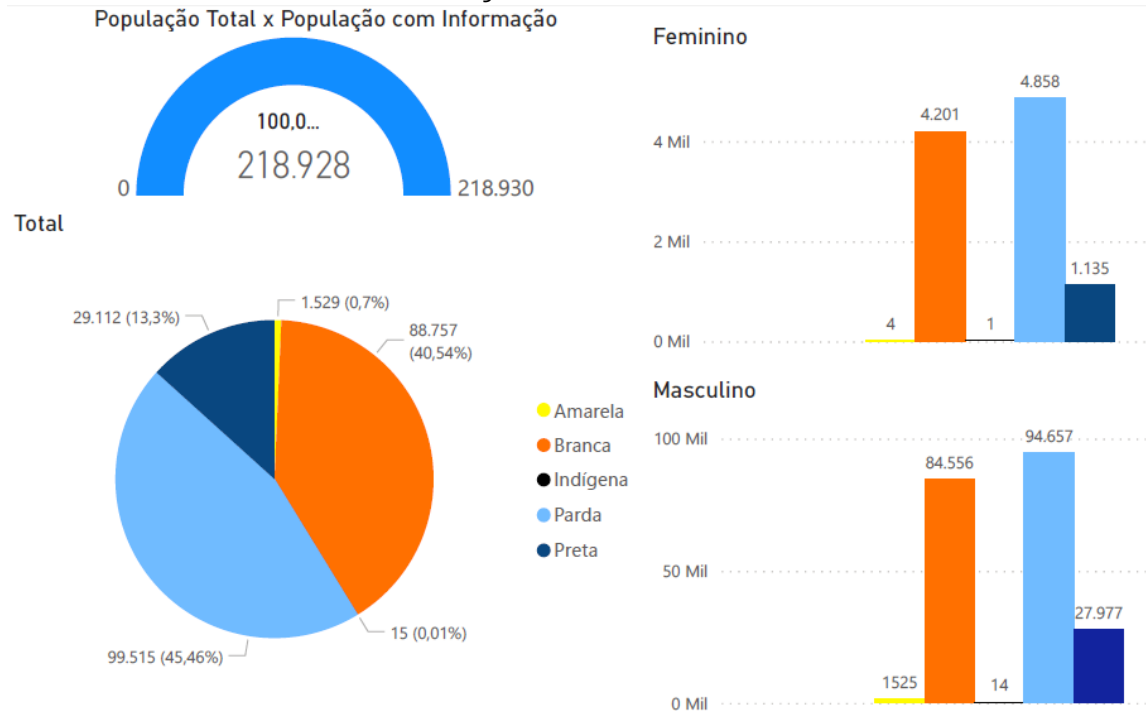
Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Gráfico 7: Distribuição por faixa etária no estado de São Paulo



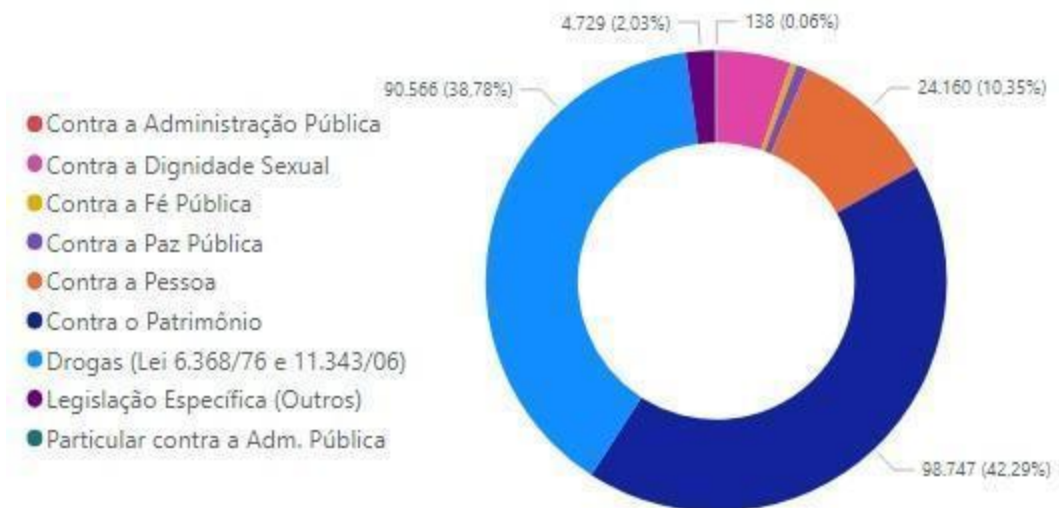
Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Gráfico 8: Distribuição étnica no estado de São Paulo



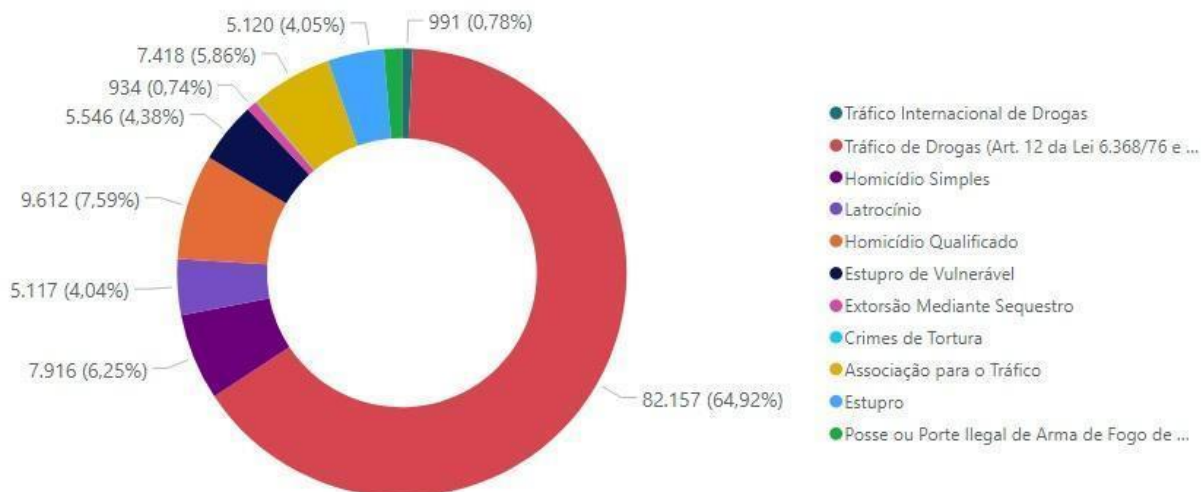
Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Gráfico 9: Distribuição por tipo de crime no estado de São Paulo



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Gráfico 10: Tipificação nacional de encarcerados no estado de São Paulo



Fonte: Departamento Penitenciário Nacional

Capítulo 3: Reflexão e a prática sobre um caso particular do sistema prisional: Hortolândia.

Como já mencionamos, o objeto de estudo dessa pesquisa é o Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia, unidade essa que possui uma característica bem atípica, pois se localiza na região limítrofe entre os dois municípios. Tendo parte localizada em Campinas e parte de suas instalações em Hortolândia, estando assim dividido em 30% e 70% respectivamente em cada município (vide mapa 4). Esse fator já surge como problemática desse espaço, pelo fato de gerar conflitos/disputas entre os poderes e as atuações de cada um dos municípios.

O objeto de estudo se trata de um complexo penitenciário pelo fato de abrigar unidades de diferentes categorias de aprisionamentos. Atualmente é composto de seis unidades: dois Centros de Detenção Provisória, dois Centros de Progressão Penitenciária e duas Penitenciárias. Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária essas unidades são caracterizadas de acordo com as seguintes especificações:

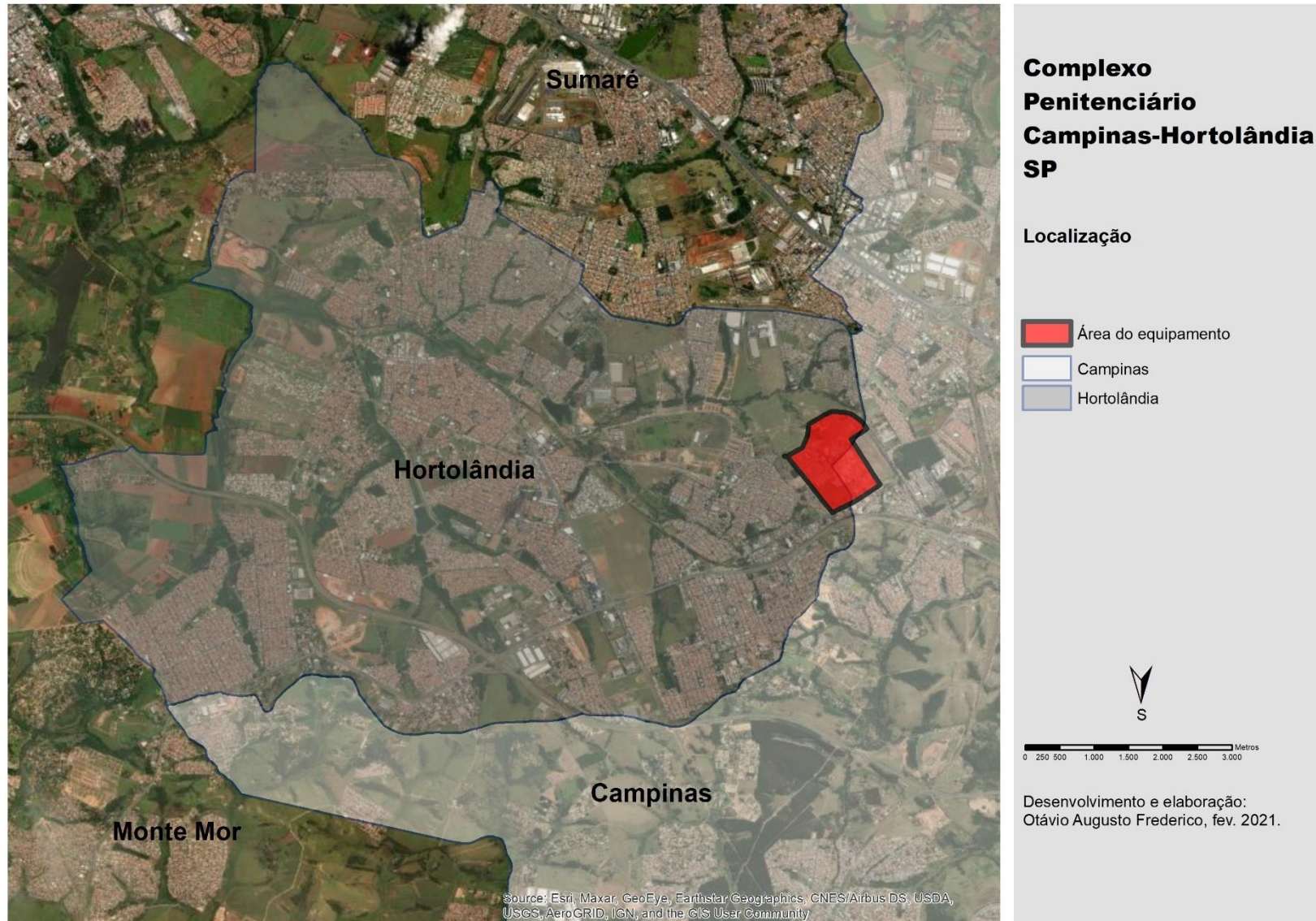
- Centro de Detenção Provisória – CDP: Destina-se, fundamentalmente, ao recebimento dos presos provisórios, sendo ainda o presídio de entrada e classificação para os demais estabelecimentos do sistema penitenciário.

- Centro de Progressão Penitenciária – CPP: é um dos estabelecimentos prisionais destinado ao regime semiaberto, sendo aquele especificamente destinado ao recebimento de sentenciados em regime semiaberto de cumprimento de pena e que já tenham efetivamente implementado os benefícios legais de trabalho externo e de saídas temporárias. Cumpre ao referido estabelecimento, com o apoio de outros segmentos da Segurança Pública, realizar a fiscalização dos sentenciados quanto ao bom e fiel cumprimento dos seus benefícios legais implementados.

- Penitenciárias: Estabelecimentos penais destinados ao recolhimento de pessoas presas com condenação à pena privativa de liberdade em regime fechado.

As unidades podem ser observadas no Mapa 5 e a entrada principal pode ser observada na Figura 1. Além disso, nessa representação se pode perceber o quanto a área ocupada pelo complexo é bastante significativa do território.

Mapa 4: Localização do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia



Mapa 5: Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia



**Complexo
Penitenciário
Campinas-Hortolândia**

Localização

 Complexo



0 50 100 200 300 400 Metros

Desenvolvimento e elaboração:
Otávio Augusto Frederico, fev. 2021.

Figura 1: Frente do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia



Fonte: Otávio Augusto Frederico

A primeira unidade foi construída no lado campineiro, o Centro de Progressão Penitenciária Professor Ataliba Nogueira foi inaugurado em 1986 com capacidade para 2058 pessoas. Os CDPs foram erguidos no começo dos anos 2000 como parte do plano de expansão para o sistema prisional no interior paulista. O processo de crescimento das unidades e a formação do complexo pode ser observado no quadro a seguir:

Quadro 4: O Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia

Tipo de unidade	Data de inauguração	Capacidade	População Atual (jun/20)	Taxa de Ocupação (%)
CPP Professor Ataliba Nogueira de Campinas	24/01/1986	2058	1646	80
Penitenciária III de Hortolândia	06/05/1988	700	1388	198
CPP de Hortolândia/Penitenciária I	24/11/1990	1125	1613	143
Penitenciária II "Odete Leite de Campos Critter" de Hortolândia	23/09/1992	855	1782	208
CDP de Campinas	15/06/2000	822	1274	155
CDP de Hortolândia	22/02/2002	844	1417	168
Total		6404	9120	142

Elaboração: Otávio Augusto Frederico Fonte: SAP

É possível observar que o processo de implementação do complexo ocorreu de forma gradual, tendo seu início no final da década de 1980, porém a unidade foi ganhar grande repercussão a partir de 2002, quando se tornou conhecida como o “Carandiru Caipira” com a recepção de grande parte dos internos que ainda habitavam a Casa de Detenção de São Paulo, o “Carandiru”.

3.1. Motivação, escolha do método e estrutura da aplicação

Partindo do pressuposto de que nenhuma ação acontece de forma apolítica e de que todos temos lado, opiniões e relações previamente estabelecidas, julgo fundamental apresentar a origem da relação com o objeto da pesquisa, inclusive porque essa relação foi fundamental para a definição da abordagem e consequentemente da metodologia.

A relação com o objeto se iniciou de forma inesperada e espontânea, mas foi responsável por trazer severas consequências na forma de se observar o mundo. Esse contato na verdade fez com que houvesse a percepção dessa questão dentro do território, afinal, o encarceramento é articulado e desenvolvido pelo Estado para acontecer de forma invisível, inclusive como discutido anteriormente até mesmo a espacialidade das unidades é idealizada por essa lógica de afastamento.

O primeiro contato com o tema ocorreu dentro de um ônibus em 2012 que fazia o trecho Campinas-Indaiatuba em um domingo à tarde. Mesmo em um dia que o transporte coletivo deveria se encontrar com baixo fluxo pelo fato de não ser dia útil e principalmente por não estar em horário de pico, ele se encontrava bastante cheio. Esta primeira observação já causou algum estranhamento.

Outro fato que levantou questionamentos foi a composição de gênero do ônibus. Apesar de estar lotado, o ônibus era composto exclusivamente por mulheres, para além disso, todas que ali estavam se conheciam e interagiam entre si.

Intrigado com todas essas características, começo a prestar atenção nos relatos e desabafos das pessoas. A primeira informação que causa curiosidade é a de que todos ali estão retornando de unidades prisionais. A maioria dos presentes ali havia realizado visita nas unidades mais próximas como de Hortolândia e Campinas (vide mapa 6), mas dentro dessa população havia visitantes de unidades mais distantes como a de São José do Rio Preto (cerca de 380 km). Ao chegar em casa surgem minhas primeiras perguntas: Qual o volume de pessoas que fazem esse

deslocamento? Como acontece esse deslocamento dentro da Região Metropolitana de Campinas?

Mapa 6: Região Metropolitana de Campinas



Ao retornar para a rotina de trabalho passo a perceber o quanto esse trânsito é normal para uma grande parte das pessoas no meu entorno. Atuava como professor em uma escola estadual de periferia e dialogando com meus alunos percebi o quanto isso era normal para eles. Para essas crianças e adolescentes a rotina de final de

semana era muito clara, arrumar as coisas e ir ver a família, sejam eles pais, irmãos ou até mesmo namorados que estavam espalhados pelas mais diversas unidades prisionais do estado.

Após algumas visitas *in loco*, temos a elaboração do trabalho de conclusão de curso de geografia na PUC-Campinas intitulado “Entre apropriações e territorialidades: Os impactos decorrentes da implantação do Complexo Prisional Campinas – Hortolândia-SP”, trabalho esse que foi apresentado em 2014.

Durante o processo de desenvolvimento da pesquisa foi possível a elaboração de um perfil territorial do entorno da unidade. Com principais apontamentos temos: (i) um circuito inferior bem estruturado; (ii) um grande volume de visitantes instalados de forma desorganizada; e (iii) um território especializado para a demanda das famílias dos internos.

Essa pesquisa surgiu como um excelente pontapé inicial, pois introduziu a temática e já apontou algumas características territoriais bastante importantes dessa localidade. Além disso, graças a ela foi possível chegar a uma série de questionamentos que em decorrência de tempo e de capacidade de discussão não puderam ser respondidas.

Com essas inquietações em mente se buscou a elaboração de uma pesquisa que fosse para além de uma dissertação, o intuito foi desenvolver um projeto pessoal, onde a busca por respostas é o principal objetivo. Busca essa que deve colaborar de forma prática aos que vivenciam o encarceramento.

Para a realização de tal objetivo, iniciamos a elaborar de que forma seria possível estruturar a pesquisa de modo a compreender melhor a dimensão territorial que existe naquele entorno e todos os aspectos subjetivos da dimensão humana que viriam junto com esses aspectos espaciais.

Baseado nesse anseio foi fundamental o contato com o que Bourdieu (2001) expressava, onde o autor coloca a ciência como um intermediador entre grupos e indivíduos, ditando o que deve ser ou não cientificamente relevante. E o que se buscava era o oposto disso, se buscava o desenvolvimento da história dos reais agentes da história, aqueles que Santos (1998) denomina como “homem lento”, como aquele que é oriundo das classes “mais baixas” da sociedade.

Para chegarmos ao final dessa pesquisa com essa dimensão do real é fundamental dar voz aos reais produtores do espaço. Santos (1998) já apontava que

“A força é dos ‘lentos’ e não dos que detêm a velocidade”. E ainda reiterando a importância desses reais agentes do território.

À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infraestruturas e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência. É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência (SANTOS, 1998, p. 38)

Definindo assim os lentos como os responsáveis por produzir o mundo real, onde nesse circuito baixo da economia os fluxos também acontecem, de forma lenta, mas ainda existem.

É fundamental frisar que sem eles o restante da organização social não se mantém. “É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência.” (SANTOS 1998).

Seja como for, a questão que se apresenta é saber para que ser “rápido” ou “lento” e, ao mesmo tempo, identificar as consequências econômicas, sociais e políticas da lentidão e da rapidez. Na realidade, é essencial reconhecer os processos reguladores e suas manifestações geográficas (SANTOS, SILVEIRA. 2011, p. 263)

Esses reais agentes são definidos como aqueles que vivem fora do regime hegemônico, mas são fundamentais para que a realidade seja compreendida como um todo, principalmente pelo fato de que esses reais agentes da história costumam ter suas realidades/registros desconsiderados na produção da ciência.

Tais agentes são os que desenvolvem uma categoria que nos estudos prévios já se colocou de grande importância nesse espaço de pesquisa, que é a presença de um circuito inferior extremamente sólido e desenvolvido.

Alguns se instalam no entorno da unidade como ambulantes, permanecendo ali apenas durante os dias de visitas, mas temos também a instalação de comércios que visam atender a demanda daqueles que frequentam aquele espaço. Essas demandas podem emergir das mais variadas pessoas, sejam elas visitantes, internos ou funcionários.

Dentro dessas pequenas barracas de ambulantes é possível adquirir alimentos para serem consumidos enquanto se aguarda na fila, mas é possível fazer a compra

dos mais diversos itens para a elaboração do jumbo². Produtos como cigarros (das mais variadas marcas, porém todas provenientes de contrabando) e alimentos já embalados de acordo com as normas da unidade. Uma prática muito comum dentro dessas barracas é a venda e até mesmo o aluguel de roupas adequadas para a visita, visto que não pode haver nenhuma peça metálica, então é normal o aluguel de sutiãs, calças e calçados.

Graças a presença desse mercado é possível chegar para a visita sem o conhecimento de nenhuma norma de visitação e conseguir resolver tudo ali na hora e no entorno.

No que diz respeito às estruturas fixas é possível encontrar casas que alugam quartos ou até mesmo que tiveram suas garagens transformadas em pousadas. Esses quartos são bastante disputados por aqueles que moram longe da unidade e em decorrência da dificuldade de transporte acabam tendo que chegar no dia anterior da visita.

A existência de práticas comerciais desse tipo é explicitada por Milton Santos (2004) como “circuito inferior”. Na obra de Santos é apresentada a existência de duas camadas na economia urbana, as quais possuem uma intensa relação de hierarquia, mas dependentes entre si.

Tal discussão é fundamental para a compreensão da realidade urbana daquele espaço. Visto que os conceitos de homem lento e dos circuitos da economia se complementam e são extremamente claros naquele espaço.

“o estudo da cidade como uma totalidade não é possível sem o exame dessa dialética entre os dois circuitos, responsável pela definição social e econômica e pelas possibilidades e formas de evolução tanto do organismo urbano como de sua área de influência” (SANTOS, 2013. p. 53)

Na definição de Milton Santos (2004) é colocado que “O tema dos dois circuitos da economia urbana aparece então como um verdadeiro novo paradigma da geografia urbana”. A partir disso, ele apresenta a existência sistematizada dos dois circuitos da seguinte forma:

² Conjunto de mantimentos que são levados para serem entregues aos internos durante os dias de visita. É composto por produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza, alimentos e vestuário. Seu conteúdo, quantidade e até mesmo os tipos de embalagem que são permitidas variam de acordo com a unidade

- Circuito superior: dotados de uso intensivo do capital, onde grande parte é proveniente do sistema de crédito, é dotado de uma pequena quantidade de mão-de-obra, porém muito especializada.

- Circuito inferior: produzido a partir de pequeno capital, o qual surge de forma pessoal, é responsável por empregar um número muito grande de pessoas, as quais não necessitam de grande qualificação.

Nas palavras do autor temos que os circuitos se desenvolvem da seguinte forma:

Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como construído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria de ordem moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão. (SANTOS, 2004, p. 40)

Dessa forma, esse comércio, seja ele desenvolvido de forma pendular ou fixa no território, é caracterizado pelo comércio no varejo, em pequenas quantidades; e pela sua estrutura de montagem simples, já que se instala apenas durante os dias de visita ou adaptado nas resistências que ali existiam.

Mesmo com essas características é importante ressaltar que esse circuito inferior é de extrema importância para a manutenção de toda a dinâmica daquele local, pelo fato de (i) facilitar a vida dos visitantes, principalmente para aqueles novatos nessa rotina, pois ali é possível encontrar todos os produtos que são fundamentais para a visita; e (ii) promove a subsistência de muitas pessoas, visto que nos outros dias da semana se trata de um bairro com quase nenhuma movimentação.

Agora com a compreensão de quem é que vivencia o espaço e de como acontece o funcionamento do sistema econômico foi possível chegar a uma nova categoria de análise, a qual Santos (1987) denomina de ‘humanismo concreto’. Categoria de análise que se diferencia do conceito do humanismo abstrato, onde o território surge como agente de interação entre todos, podendo negar ou permitir suas ações visto que se trata de algo vivo, como é analisado por Ribeiro (2005) “Numa outra face, o território surge como território usado, praticado, prenhe das experiências daqueles que conquistam a sobrevivência em ambientes hostis, antagônicos”.

Nessa análise a autora coloca que os homens lentos são aqueles portadores da “[...] verdadeira categoria da reflexão existencialista dos praticantes do espaço.” (RIBEIRO, 2001/02).

Dessa forma, o território se coloca como ferramenta para analisar essas categorias, o qual é vivo e fundamental para a interpretação do passado, do presente e para as prospecções futuras.

Esses conceitos foram fundamentais para se pensar o funcionamento dessa pesquisa, visto que após toda essa análise foi possível entender que mesmo dentro do ambiente acadêmico existe o clamor do registro da voz daqueles que nunca foram ouvidos pela história oficial.

Logo, se entendeu como fundamental pensar de que forma os aspectos subjetivos da dimensão humana podem ser registrados: Como pode o pesquisador realizar uma pesquisa de percepção subjetiva? Qual a melhor forma de resolver essas subjetividades e garantir o registro da história real? Como realizar o registro dessa população marginalizada sem fazer parte desse grupo? E como realizar tudo isso mantendo o rigor científico?

Após essas perguntas, diversos momentos de reflexão e de diversas reuniões de orientação chegou-se à percepção de que a melhor forma de responder essas questões seria se apropriar de uma metodologia que tivesse sensibilidade suficiente para incorporar todos esses anseios. Chegamos assim na definição de que ao invés de compreender ou tentar traduzir a realidade daquele espaço deveríamos fazer o registro integral das experiências ocorridas no entorno da unidade prisional. Assim a história oral se firma como escolha metodológica para a realização da pesquisa.

A definição desse método garante com que seja possível não apenas trazer a compreensão a partir da observação, mas trazer a percepção através das vivências. Assim é garantido que a voz desses homens lentos seja reproduzida de forma realmente concreta, onde elas sejam registradas em sua completude

Como visto anteriormente, a metodologia coloca o pesquisador como um agente responsável por organizar a coleta, agrupar os dados e tabular. Colocando assim os participantes como protagonistas da pesquisa.

Com esse entendimento e visando trazer a voz da população para a pesquisa, o projeto se tornou “Ouve-se e escreve-se histórias: O lugar e o contexto dos errantes

do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia/SP”, onde o papel fundamental é de observação e interação com as pessoas.

3.2 História oral como método e fonte de pesquisa

Com o objetivo de compreender as consequências advindas da implantação do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia realizaremos articulações teóricas entre urbanismo, geografia, sociologia e antropologia que se mediam pela história oral. Sendo apropriada como método-fonte para elaboração de registros através de entrevistas e como fonte de análise dessas consequências, como descrito por Alberti (2013), isso apresenta uma quebra ao paradigma positivista da ciência e traz de volta a ciência ao plano dos homens comuns.

Já houve diversas classificações para a expressão da história oral, como Penna (2005) aponta, a história oral já foi categorizada como método, técnica e teoria. E a sua utilização e surgimento está diretamente atrelada na retomada de práticas sensíveis à percepção da realidade humana, práticas essas que são realizadas desde a ancestralidade, visto que a comunicação oral foi a primeira forma de registro existente. Assim, o seu surgimento se fortalece com essa presença de estrutura, a qual garante a existência de rigor científico.

Dentro da produção acadêmica se chegou ao consenso de que a tratativa mais adequada seria a de metodologia, principalmente pela forma com que estabeleceu. E a principal conformação dessas práticas se deu através das obras de Verena Alberti (2013), onde a autora coloca que a “História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea” (ALBERTI. 2013).

A metodologia se constitui como forma de suprir os limitantes encontrados na lógica positivista da ciência, a qual se estabelece com grande força durante todo o século XIX e XX. O positivismo se funda nas ideias de Auguste Comte (1888), onde “só o conhecimento das leis dos fenômenos, cujo resultado constante é de fazer com que possamos prevê-los, evidentemente pode nos levar, na vida ativa, a modificá-los em nosso benefício”.

Dessa forma a ciência é colocada como aquela que deve se voltar exclusivamente para os conhecimentos práticos, esse modelo científico se dá como o único verdadeiro. Onde sua produção se baseia nas leis e não nos fatos, onde existe a quase sacralização do documento escrito como fonte de pesquisa.

Na contramão desse caminho criado pelo positivismo surge a história oral. Ela se consolida como método a partir de meados dos anos 1950, com o intuito de utilizar as subjetividades para o seu desenvolvimento. Trazer essa forma de análise é fundamental para que se tenha a percepção de elementos mais humanos.

A principal ferramenta responsável para esse avanço foi o uso do gravador portátil, “O recurso do gravador portátil, a partir dos anos de 1950, permite “congelar” o depoimento, possibilitando sua consulta e avaliação em qualquer tempo e transformando-a em fonte para múltiplas pesquisas” (ALBERTI, 2013).

Graças a isso ela passa realmente a ser entendida como metodologia, pois agora é possível garantir a veracidade do que foi dito. A partir desse momento as “as entrevistas passaram a ter estatuto de documento”. E essa possibilidade faz com que as diferentes coletas consigam ser comparadas com maior efetividade.

Esse avanço é de extrema importância para a consolidação como método-fonte-técnica, onde a autora define de forma clara o uso de fontes orais com a garantia de cientificidade.

Método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participam de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participam ou os testemunham” (ALBERTI, 2013 p. 24)

No início dos anos 1990 temos o surgimento do “movimento da história oral”, onde a metodologia se firma no Brasil, principalmente com o surgimento e sistematização do CPDOC³ no Rio de Janeiro.

Por conta de todos esses pontos a metodologia ganhou um grande cenário dentro das ciências humanas, principalmente dentro da história. Porém, suas perspectivas oferecem grandes possibilidades para as pesquisas nas ciências sociais aplicadas. A utilização de entrevistas pode trazer amplas compreensões sobre as dimensões histórica-sociológica-antropológica-geográfica-urbanística do objeto em estudo.

³ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

Dentro dessa realidade de pesquisa surge a possibilidade de atuar com as entrevistas como categoria de análise para a produção científica que leva em consideração o desenvolver e as trajetórias daqueles que são excluídos, de dar voz aos que Gillis (1994) denomina de *history makers*. Assim a metodologia se firma como aquela que permite trazer a voz aos que são excluídos da história oficial.

As lutas pelos direitos civis, travadas pelas minorias de negros, mulheres, imigrantes etc., seriam agora as principais responsáveis pela afirmação da história oral, que procurava dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo. A história oral se afirmava, assim, como instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social — uma história oral militante. (FERREIRA, 2004, p. 9)

Como afirmado por Thompson (1978 *apud* Ferreira, 2004. p. 10) “a história oral tem por função devolver a história do povo e promover a democratização da história em si mesma”. Onde ela se coloca como contra-história, atuando de forma oposta aos métodos consagrados, onde temos a produção de uma história militante e politicamente engajada. Consequentemente, com essa categoria de análise temos facilmente a percepção, a dimensão e a reverberação do território desses atores.

Assim a história oral surge como método-fonte e técnica fundamental para o registro dessas vivências, isso a partir das discussões de Verena Alberti, “A história oral é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade.” (ALBERTI, 2010). Para isso se propõe a realização de entrevistas e questionários a fim de se ter o registro das experiências, anseios e a realidade dos visitantes da unidade prisional.

Realidade essa que deve se expressar através das subjetividades das vivências dos visitantes que circundam a referida unidade prisional. Dentro dessa coleta alguns conceitos serão facilmente percebidos, como a noção de território que se expressa nesse espaço.

A metodologia se funda contra o registro histórico tido como “oficial”, pois ele é pensado do ponto de vista do dominador e nunca do dominado. Se utilizar da história oral é trazer a voz da população e aproximar a academia do discurso popular. É garantir a presença de um olhar abrangente e poderoso que abra caminho para uma compreensão ímpar desse fenômeno da vida.

Halbwachs (2004) aponta algumas limitações para a sua aplicação. O autor fomenta o seguinte exemplo: “um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros”. Assim, ao evocar suas memórias podem emergir conceitos que surgiram a partir da coletividade e não de suas próprias experiências.

Gondar e Dodebei (2005), coloca que nossas lembranças se desenvolvem além de uma construção individual, a lembrança se trata de uma montagem do que a sociedade produziu e de como isso nos atingiu. As lembranças são uma interpretação do que experienciamos, tendo inclusive impactos em coisas que aconteceram até mesmo antes de nascermos.

Quando existe a necessidade de estimular as memórias para uma entrevista é importante considerar possíveis limitações na forma com que o tema será abordado. A entrevista, mesmo que inconsciente, tenta construir um discurso com o objetivo de transmitir determinada mensagem, mensagem a qual é carregada de crenças pessoais, e, portanto, é parcial.

É necessário ter a interpretação do que foi dito durante o relato como algo que não surgiu de forma espontânea, foi produzido em um contexto não natural. Além do que o entrevistado sabe que esse material está sendo registrado e será utilizado posteriormente, isso pode gerar escolhas no diálogo que limitam bastante a exposição de determinados assuntos.

Durante toda entrevista é fundamental pensarmos de que forma esse passado que será relatado impacta o presente? Esse indivíduo possui autonomia para relatar toda a verdade sobre o tema? Até que ponto a construção de mundo é realmente fiel ao real?

Assmann (2007) coloca que nossa memória não é somente uma ferramenta de registro e que esse processo de registrar é sempre uma nova criação. Portanto, é capaz de fazer novas interpretações ou novas percepções.

A memória não se organiza de forma padrão, cada indivíduo a utiliza de forma diferente. Essa forma de organização torna difícil a utilização desses registros para elaboração de generalizações. Como apontado por Ricoeur (2010 *apud* Souza & Grippa 2010) as memórias individuais são apenas combinações aleatórias de memórias coletivas.

Com todas essas limitantes que a utilização da história oral apresenta é importante que durante a produção de pesquisas se mantenha critérios de coleta muito claros e criteriosos. Com a intenção de que os erros e possíveis problemas sejam diminuídos.

3.2.1. Projetos livres

O “Projeto Livres” se trata de um programa desenvolvido pela equipe do CRAS⁴ Novo Ângulo de Hortolândia/SP. Além de contar com o apoio da equipe de assistência social e psicológica da unidade existe e desde maio de 2020 possui convênio junto ao Observatório da PUC-Campinas, onde os professores extensionistas desenvolvem suas pesquisas de forma a complementar o programa.

A partir de setembro de 2020 essa pesquisa passou a se desenvolver juntamente com o Projeto Livres, todos os encontros presenciais contaram com a participação do pesquisador. Dessa forma o contato, mesmo com todo o processo de distanciamento e medidas sanitárias necessárias, passou a acontecer. Além de garantir que todo o processo de coleta das entrevistas assegura a manutenção da saúde psicológica dos participantes, visto que todos os encontros contaram com a presença constante de uma assistente social e uma psicóloga.

O objetivo dessa pesquisa se articulou de forma bastante interessante com o programa, mesmo que se ambos se encontrassem em diferentes etapas de desenvolvimento, a junção de interesses foi produtiva.

O Projeto Livres surge a partir de uma demanda interna da unidade do CRAS Novo Ângulo. A equipe percebeu que o volume de atendimentos para pessoas que estavam relacionados ao sistema prisional é bastante expressivo, fosse ele requerido por familiares de internos ou ex-internos.

A presença desse tipo de demanda se deve principalmente pelo quesito localização, a unidade do Novo Ângulo se encontra a menos de três quilômetros do Complexo Prisional Campinas-Hortolândia (vide mapa 7).

Com o atendimento frequente a esse público, foi percebido que a demanda e as características dos problemas sociais encontrados ali possuíam grandes similaridades. Logo, era necessário desenvolver uma tratativa diferenciada na unidade, para que se conseguisse oferecer um serviço com maior eficácia.

⁴ Centro de Referência de Assistência Social

O programa surge com o objetivo de lidar com o preconceito que atinge os familiares de internos do sistema prisional, sejam eles na unidade de Hortolândia ou não. Se percebeu que mesmo a presença do tema encarceramento ser extremamente corriqueiro no cotidiano do bairro, o preconceito era ainda maior, sendo assim, se pensou no desenvolvimento desse projeto para além da compreensão desse cenário no desenvolvimento de práticas de prevenção e combate a tais problemas.

Toda essa percepção dos problemas surge principalmente pela ação da coordenadora da unidade Eliane Silva, a qual descreve a situação da seguinte forma: “Existem muitas famílias com membros reclusos; e algumas famílias se desestruturaram em função da reclusão. Esta desestruturação vai desde a parte financeira, pois, às vezes a pessoa reclusa era o provedor da casa, pode ser também uma desestruturação física, espacial, pois algumas famílias mudam de um município para o outro, às vezes até de estado e tem que ser levado em conta a parte psicológica da família, pois, a ausência da pessoa pode se transformar em um trauma muito grande principalmente para as crianças”.

Com base em tudo isso que foi expressado pela equipe houve a criação das seguintes estratégias de atuação do projeto: (i) rodas de conversa, para que se possa haver o desenvolvimento e fortalecimento no âmbito familiar e do grupo para a minimização das consequências dos preconceitos sofridos por essas pessoas na comunidade; (ii) oficinas com as crianças, com atividades lúdicas como contação de histórias e elaboração de desenhos elas possam expressar sua visão e sentimentos sobre a situação vivida; (iii) atendimentos individuais, visando a expressão das individualidades dos sujeitos. Assim, essa pesquisa entra na atuação do último item do projeto, dado que pudemos realizar e registrar as entrevistas durante os atendimentos individuais.

Mapa 7: Localização do CRAS Novo Ângulo




Source: Esri, Maxar, GeoEye, Earthstar Geographics, CNES/Airbus DS, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, and the GIS User Community

CRAS Novo Ângulo

Localização

 CRAS Novo Ângulo

 Complexo Penitenciário
Campinas-Hortolândia



0 50 100 200 300 400 500 600 700 Metros

Desenvolvimento e elaboração:
Otávio Augusto Frederico, fev. 2021.

3.2.2. Entrevistas

3.2.2.1. Introdução

A principal função dessa pesquisa é compreender as dinâmicas que se desenvolvem no território em estudo, e essa análise deve acontecer a partir da ótica daqueles que realmente vivenciam e produzem o espaço.

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu. (Alberti, 1990, p.5; grifado no original)

Como já foi descrito anteriormente e reafirmado no trecho acima de Alberti, dar voz a esses sujeitos é parte primordial para entender o mundo real.

Antes de partir para os relatos é fundamental que haja um entendimento prévio sobre o material coligido. Para garantir que os relatos dos entrevistados fossem registrados de forma integral e que expressassem de forma verdadeira, o processo de coleta das entrevistas se deu com auxílio de um gravador digital, mesmo as que ocorreram por telefone contaram com a sua gravação na íntegra.

Todo o processo de coleta da entrevista é extremamente importante, porém o pós-entrevista necessita de muitos cuidados e atenção. Tal etapa é chamada de “processamento da entrevista”, consiste em toda a passagem do depoimento oral para a forma escrita. Isso se faz fundamental para que se possa desenvolver a produção de um acervo de qualidade e garantir que esse material possa ser utilizado e divulgado dentro da comunidade científica.

Todo o processo de coleta e de tratamento foi desenvolvido seguindo a metodologia utilizada pelo CPDOC⁵ e compilado na obra de Alberti (2013).

A primeira parte do processamento é a transcrição ou degravação, é o que vai construir a base para os trabalhos posteriores, que serão a conferência e depois a análise do material.

Para a realização da transcrição é fundamental que o pesquisador ouça o material na íntegra para que consiga perceber, ou lembrar, o ritmo da

⁵ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

conversa. Nessa etapa se percebe a existência de vícios de linguagem, gírias e se pode diferenciar o que são encerramentos das falas de pequenas pausas.

A transcrição ocorreu de forma literal do que foi dito, como o objetivo era a compreensão do real se deixou a norma culta de lado, as falas estão reproduzidas fielmente à forma com que os participantes falaram, incluindo erros gramaticais, de concordância verbal e o uso de gírias. Tal feito é fundamental para que se mantenha a autenticidade, se houvesse a realização de quaisquer ajustes estaríamos retirando a voz dos depoentes.

Dos dados coletados nas gravações apenas se ocultou a introdução das conversas, onde era apresentado novamente os objetivos/procedimentos da pesquisa. Também foi ocultado trecho onde nomes ou informações pessoais dos participantes eram citados. Esses trechos foram ocultados para garantir a confidencialidade dos participantes, atendendo as diretrizes que foram apresentadas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (CEP/PUC-Campinas) e registrado na Plataforma Brasil com o seguinte Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 24711819.8.0000.5481, onde foi aprovado com o número de parecer 3.776.979 no dia 17 de dezembro de 2019.

Organizado e orientado pelas técnicas de registro da história oral, prática que é definida pela realização do que Alberti (2013) denomina de entrevistas temáticas, processos esse que envolvem a coleta de depoimentos dos agentes sociais sobre um tema continente: o Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia e como são as trajetórias vivenciadas em processos de ação política de acesso aos equipamentos públicos e de apropriação do espaço do entorno daquela unidade.

Com base nas leituras de Alberti (2013) foi entendido que a realização de entrevistas de história de vida e de método biográfico se enquadram na produção dos objetivos esperados.

O trabalho de Alberti igualmente fornece o emprego dos meios de registro, transcrição em linguagem escrita e processamento documental. O intuito dessas ações é o de documentar e interpretar as vivências experienciadas pela população flutuante que frequenta o entorno da referida unidade prisional.

A viabilização dessa etapa do trabalho se daria com a montagem de uma instalação em frente ao complexo prisional, local que durante os dias de visita é

alvo de grande concentração de pessoas e de comerciantes. Essa instalação teria os seguintes dizeres “Ouve-se e escreve-se histórias”, convidando os visitantes a se sentarem junto ao espaço e contarem suas histórias relacionadas com sua frequência e suas experiências junto a aquele espaço.

Com esse material coletado se esperava inventariar os desejos, anseios, frustrações dos que ali circundam. Em suma, se esperava a elaboração da realidade dos homens lentos que ali vivem.

Como dito anteriormente, o projeto teve que ser submetido ao CEP/PUC-Campinas e seu desenvolvimento só pôde ser iniciado após sua aprovação. Dessa forma foi definido que as atividades de campo e entrevistas seriam realizadas juntamente com o início do primeiro semestre de 2020, portanto teríamos a realização de oito dias de visitas, durante os meses de março e abril.

No entanto, a realidade imposta pela pandemia do COVID-19 fez com que, no início de março, qualquer atividade que promovesse aglomerações fosse proibida, o que inclui a visita às unidades carcerárias.

As unidades prisionais estaduais se fecharam a partir da segunda quinzena de março como tentativa de evitar com que o vírus se alastrasse de dentro das instituições penais. Isso fez com que todo desenvolvimento tivesse que ser revisto, pois, sem visitas seria impossível promover a coleta *in loco*.

As visitas foram apenas retomadas em novembro de 2020 e mesmo assim com uma série de restrições, tanto nas regras de visitação como no volume de pessoas que podem entrar em cada dia.

Ainda assim, era de extrema importância manter o registro dessas pessoas que visitam os internos, mesmo durante um momento como esse. Durante esse período foi iniciado a busca de possibilidades para o desenvolvimento da coleta e a melhor resposta foi a utilização das redes sociais.

Essa possibilidade surgiu pelo fato deste ser um meio de grande importância para os familiares, é incontável a quantidade de grupos de *WhatsApp* e *Facebook* que existem. Criado e administrado pelos próprios familiares, possui papel de criar uma rede de apoio, onde dúvidas e informações são disponibilizadas ali.

Assim, foi elaborado um convite para a participação da pesquisa e publicado em grupos de Facebook das unidades do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia. Nesse convite salientamos os objetivos da pesquisa e

convidamos aqueles que se sentissem interessados em participar a entrar em contato.

Tivemos vários contatos e assim os que concordaram com a realização da entrevista tiveram seus relatos registrados. As entrevistas decorrentes desse contato virtual tiveram sua realização através de telefone.

Pelo fato de ser *online* e o receio de alguns que entraram em contato de exporem suas histórias para um desconhecido, o número de pessoas que concordaram em realizar foi abaixo do esperado. Porém, em agosto tivemos uma nova possibilidade de aplicação, a partir desta data passamos a integrar o Projeto Livres, o que fez com que tivéssemos a possibilidade da coleta presencial e dessa vez com a presença de toda uma equipe multidisciplinar de apoio ao entrevistado.

O período de coleta das entrevistas se deu entre maio e setembro de 2020. Os dados referentes a data de coleta, o meio em que ocorreu e o vínculo entre o entrevistado e o tema da pesquisa se encontram presentes no cabeçalho de cada uma das transcrições. Independente da forma de coleta, todos os participantes receberam o TCLE.⁶

Após a escrita e a revisão se julgou necessário a elaboração de um glossário, visto que os entrevistados fazem o uso de expressões cotidianas dentro do ambiente carcerário, o que pode dificultar o entendimento de determinados trechos. Todas essas expressões estão ligadas aos seus significados nas notas de rodapé e se encontram listadas no apêndice 6.1.

3.2.2.2. Transcrições

3.2.2.2.1. Entrevista 1: Ex-interno

Entrevista realizada em 03/05/20 via telefone.

Pesquisador: Antes de começar nossa conversa gostaria de frisar que nenhuma informação sua será divulgada nesta pesquisa, nenhum nome nem nada que possa levar a sua identificação.

Entrevistado 1: Mas quem me garante isso? Vou te falar uma coisa, eu gostaria muito de falar com você, mas, eu tenho família aqui fora e o esquema lá dentro

⁶ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

é muito forte. Por isso eu preciso de algum respaldo, pra minha segurança, sabe?

Pesquisador: Vou te mandar o termo de compromisso (TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), onde constam todos os meus dados e explica de forma bem clara como serão utilizadas as suas informações. Assim que a gente terminar já te envio o documento. E caso queira entrar em contato a qualquer momento para cancelar a sua participação é só me mandar uma mensagem.

Entrevistado 1: Aí sim, tudo bem. Tô falando isso pra garantir a minha segurança, pelo menos de alguma forma né.

Pesquisador: Deixando claro também, a qualquer momento ou se tiver alguma pergunta que não queria responder é só falar. O intuito é você falar do jeito e como se sentir melhor.

Entrevistado 1: Tranquilo, muito obrigado viu.

Pesquisador: Qual a sua idade?

Entrevistado 1: Tenho 48.

Pesquisador: Qual a sua escolaridade?

Entrevistado 1: Tenho ensino superior.

Pesquisador: Qual a cidade que você mora atualmente?

Entrevistado 1: São Paulo

Pesquisador: Quanto tempo você ficou ali em Hortolândia?

Entrevistado 1: Foram 8 meses.

Pesquisador: Durante esse tempo, esses 8 meses que você ficou ali preso. Você teve alguma experiência em outras unidades?

Entrevistado 1: Nada, foi a minha primeira cadeia. Foi um crime baixo, um crime leve.

Pesquisador: E durante esse tempo que você passou, ainda mais sendo sua primeira cadeia. Como foi essa experiência pra você?

Entrevistado 1: Nossa meu, vou ter que falar com você aqui mais de três horas para falar sobre isso com você meu. Não é uma coisa tão simples, é bem profundo o negócio. Entendeu? Como foi? Em que sentido você quer saber?

Pesquisador: Quando você chegou lá, qual foi o primeiro choque que você teve?

Entrevistado 1: Meu, o choque começa bem antes, começa na delegacia quando você fica ali esperando um lugar, uma vaga para ingressar no sistema prisional.

Pesquisador: Como foi isso pra você? Você ficou muito tempo nessa espera, nessa espera dentro da delegacia.

Entrevistado 1: Foram ali quatro dias.

Pesquisador: E esse lance de sair da delegacia e ir, essa entrada realmente. De perceber que você estava passando o portão da cadeia e perceber...

Entrevistado 1: A gente não vê que está entrando, o carro do “bonde⁷” é fechado né. Você só vai ver que, quando você já está dentro de Hortolândia. Quando você já está lá dentro e já está caminhando pra cela.

Pesquisador: Como foi essa saída do caminhão?

Entrevistado 1: Pô cara, foi bizarro pra mim [risos]. Foi, de você ficar ali impressionado, até a sua ficha cair. Foi bem difícil essa chegada.

Pesquisador: A cela que você chegou, como era? Estava muito cheia?

Entrevistado 1: A gente fica ali na “inclusão⁸” primeiro né, a gente fica ali de um dia pro outro na inclusão, é ali que eles pegam os seus dados, é onde você corta o cabelo, é onde eles te falam algumas regras da casa, da cadeia. É ali onde eles te explicam tudo, primeiro você fica preso no que eles chamam de “pote⁹”, do que eles chamam de pote na linguagem carcerária, e ficaram ali quatro pessoas comigo no pote e dessas quatro pessoas, eu dei muita sorte.

Um deles era um cara que já tava há um tempo no sistema prisional, o outro era um evangélico, o outro era um negro, que eu não tive muito contato, que era uma pessoa que tinha AIDS, na verdade eu tive contato, mas ele desceu e depois que fechou a cadeia dele ele retornou ao fechado, né. Esses dias eu tive bastante companheirismo, os caras me explicaram muito, na verdade eles foram pessoas maravilhosas pra mim.

⁷ Transferência de uma unidade prisional para outra, também pode servir para expressar fuga.

⁸ Local de recepção dos internos e onde são confiscados e guardados os pertences que não são permitidos dentro da unidade e se encontravam em posse do interno

⁹ Área onde os recém chegados na unidade ficam durante alguns dias, servindo como espaço para que os novos internos sejam apresentados às regras e normas, além de receberem os cuidados iniciais da unidade antes de serem distribuídos para suas celas definitivas. Essas celas são individuais e são as mesmas utilizadas para aplicação do castigo

O lance de falar “sim”, se te perguntarem é “sim”, esse termo de “senhor” é só usado para agente, pra polícia e pras pessoas de mais idade tinha que chamar, a gente mais velha foi passando as coisas que eu ia encontrar lá embaixo.

Depois você desce para o sistema aberto né. Não sei se você tem ideia da estrutura de como funciona. Você tem alguma ideia?

Pesquisador: Não tenho, como isso funciona?

Entrevistado 1: É o sistema semiaberto, que na prática você trabalharia na rua e voltaria ali pra dormir. O que é uma grande mentira. Na verdade, é um sistema semi fechado na verdade, e não semiaberto né.

Você fica ali na inclusão, ali nesse “pote” de um dia pro outro. Se você chegar na sexta-feira você só vai descer pro seu semiaberto, que é ali no pátio, na cela que você realmente vai tirar a sua pena, você só vai sair na segunda, na segunda que você vai poder ir pra sua cela. Você vai ficar ali no pote, no fechado, sem ter contato com ninguém, só com os companheiros que estão com você na cela. E você fica ali sábado e domingo e segunda, como eu fui na terça ou quarta, não me lembro direito, eu só fiquei ali um dia. Então eu fiquei ali de quarta pra quinta, vamos dizer assim... Foi de segunda pra terça, foi isso aí.

Você fica ali na inclusão de segunda pra terça, aí quando você sai da inclusão você vai cortar o cabelo e te explicam tudo. Aí o cara define em qual “raio¹⁰” que você vai, são três raios: o raio 1, raio 2 e raio 3. Eu no caso fiquei no raio 2;

O diretor de disciplina conversa com a gente, não lembro o nome dele. Ele fala é assim, assim, assim... ai você vai pro seu raio com uma manta, com eu vim da rua, como as pessoas vem do sistema fechado pro semiaberto, ela já vão com o chamado “picuar” que é bolsa deles, é onde tem cueca, bermuda, as coisas de higiene. Eu mesmo, como eu vim da delegacia, eu vim sem nada, então quando você chega lá você recebe um cobertor, uma calça cáqui, uma camiseta branca, um sabonete, um prestobarba, uma escova de dentes e uma pasta. Mas tudo aquele básico mesmo, tudo bem precário.

¹⁰ Forma de divisão de uma unidade prisional. Utilizado para dividir a distribuição dos internos e a realização das visitas, onde os raios pares e ímpares se alternam entre quem recebe visita no sábado ou no domingo

Quando você desce pro seu raio, no meu caso foi o raio 2, você entra lá, abre a porta, fecha a porta de uma “gaiola”¹¹ Se você está num pátio, digamos assim, é uma quadra. Em torno dessa quadra são as celas, são dois andares de celas né. Uma quadra aberta, você vê o sol, bom é aberto né, é um campo... de concreto né.

Você chega lá, você tem a cela, você tem o número da sua cela, que no caso da minha era 200 e alguma coisa. Você vai até a sua cela, o pessoal já está lá e tudo mais, a porta já está aberta né, porque essa porta só fecha às 6 horas da noite, a porta de cada cela individual o guarda vem fechando, toda um sinal e você entra pra cela e o pessoal vê fechando.

Cheguei lá fui super bem recebido meu, fui recebido, cheguei com muita educação, eu... cheguei bem na manha mesmo. E aí foi acontecendo cara, fui aprendendo ali toda a estrutura lá da cadeia, como me portar, como “tirar os meus dias¹²” vamos dizer assim.

Pesquisador: Antes disso, você alguma vez já tinha entrado em algum presídio?

Entrevistado 1: Nunca meu, nunca mesmo cara. Eu não sou do crime, eu sou analista de sistema, eu tenho bastante imóveis, bens. Foi uma coisa mesmo besta, eu fui parar lá por uma briga de bar, entendeu? Então eu acabei sendo, acabei deixando isso pra lá, o meu processo, e aí quando mudou o governo BOOM. Aí foi o resumo né.

Pesquisador: Dentro desse tempo que você passou ali, houve algum problema de convivência ou algo do tipo?

Entrevistado 1: Com algum interno ou com algum guarda?

Pesquisador: Com ambos, houve algum problema com algum deles?

Entrevistado 1: Com guarda o único problema que eu tive foi no final da minha pena, que quando tem contagem, ela acontece toda manhã. São 05:20 da manhã, entre 05:20 e 06:20 da manhã tem a contagem, então tem o sinal e eu não ouvi. Tava dormindo e o cara me ameaçou me levar pro fechado, mas eu conversei com ele e ele me deu mais uma chance. Tava no finalzinho da minha pena, faltava menos de duas semanas pra acabar, pra eu ir embora, pra minha

¹¹ Cela

¹² Cumprir a pena

pena não pra eu adquirir o meu regime aberto, o meu “R.A.¹³”. Foi só esse problema mesmo.

Agora como interno cara, eu já vou te falar, mas é até difícil de ficar falando isso. Quem manda na cadeia é o “Comando¹⁴” né , você sabe disso né? Então você não tem problema com interno, todo mundo te respeita, ninguém te rouba, ninguém mexe com as suas coisas, ninguém mexe com a sua visita.

Porque tem uma disciplina interna lá que é imposta pelo comando que se você fizer algo que fuja do que eles, do que está escrito lá, do que eles definem, você apanha né. Você apanha, tem um pessoal lá que faz esse serviço lá dentro, então você tira os seus dias da melhor forma, você não tem ninguém mexendo nas suas coisas, ninguém te molesta, é totalmente diferente da realidade que a gente pensa daqui de fora.

Quando a gente pensa *“tá na cadeia, é um cara ruim, que vai que aglomera, que briga”* mas não tem nada disso. A única coisa que quando eu entrei na cadeia, foi a primeira coisa que me perguntaram lá dentro, foi dentro da minha cela foi se eu estava precisando de alguma coisa. Logo de cara já me deram uma bermuda, me deram uma camiseta *“Pô essa escova de dente aí não presta, toma aí uma escova de dente nova”* é os internos cuidando de nós mesmos né.

Pesquisador: Durante esse tempo que passou preso, você recebia visitas?

Entrevistado 1: Recebi da minha namorada, ela ia todos os finais de semana. Todos os que eu fiquei lá ela ia.

Pesquisador: Como você se sentiu ao receber essa visita?

Entrevistado 1: Era uma luz pra mim, era sem dúvidas a minha luz né. Não tem situação nenhuma ali, era bem de boa, a situação ruim era que eu tava ali preso e você tem que aceitar o que está ali acontecendo e o tempo passa. O tempo passa, você tenta tirar ele da melhor forma, as oportunidades que surgem você tem que abraçar elas, eu tive a oportunidade de trabalhar né. Não sei se você sabe como funcionam as coisas, mas você trabalha externamente, você sai do

¹³ Regime Aberto, modalidade de pena no qual o sentenciado pode trabalhar durante o dia e retornar à noite para a unidade

¹⁴ Faz referência à facção criminosa que controla informalmente a unidade prisional, variando de acordo com a localização da unidade. Esse poder interno paralelo acontece com participação de diversas facções, porém no estado de São Paulo o poder se encontra concentrado entre PCC (Primeiro Comando da Capital) e o CV (Comando Vermelho)

presídio. Quando você tem 1/6 da pena, mas esse 1/6 da pena você já tem direito a liberdade, então quando eu tirei 1/6 da pena eu peguei minha liberdade, eu tenho advogado bom né.

Quando a minha visita ia lá era maravilhoso né, porque você pode ali ver o seu ente querido, uma pessoa do seu convívio, do seu meio, que te leva as informações do mundo, de como está a sua vida, os seus negócios, a família, te leva alimentos, te leva os “careta¹⁵”. Eu nem fumava, mas comecei a fumar lá dentro, porque não tem o que fazer o dia inteiro, aí ela tinha que levar cigarro em quantidade.

Durante a visita era bom porque ela levava uma peça de higiene que tivesse precisando, leva um sabão ou alguma coisa do tipo né. Então era tudo muito limpo, a gente mesmo que limpa as celas né, é a única forma de alegria que a gente tinha ali. Como eu trabalhei lá, eu trabalhava das 07:00 às 17:00 , trabalhava aí dez horas por dia, era uma fábrica de filtro de ar-condicionado e a noite eu fazia um “cursinho PET¹⁶”, fazia tudo isso porque era redução de pena, tudo que aparecia na frente e tinha a oportunidade eu abraçava.

O meu trabalho dentro da cadeia, o meu no caso, como não tinha 1/6 da pena eu tinha que trabalhar dentro da cadeia mesmo, era uma empresa terceirizada que tinha lá uma fábrica lá dentro da estrutura da cadeia. Então eu trabalhava sem sair da cadeia.

Cara o resumo da ópera é que o meu semiaberto eu entrei no começo da minha pena, não vi como era a frente da cadeia, fiquei oito meses lá e só fui ver a frente da cadeia quando eu saí.

Pesquisador: Quando você saiu? Já faz tempo isso?

Entrevistado 1: Sai agora, sai 10 de março.

Pesquisador: Você saiu bem no começo desse problema todo que viraram as cadeias por conta da pandemia

Entrevistado 1: Eu saí e fiquei cinco dias aqui fora e aí começou todo esse problema. Porque foi começar era dia 15, então nem pude aproveitar a rua do jeito que gostaria, pelo menos ainda não.

¹⁵ Cigarro comum, de tabaco

¹⁶ Programa de Educação para o Trabalho, programa do governo do estado de São Paulo, que visa contribuir para a inclusão social das pessoas em privação de liberdade, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades que ampliem as possibilidades de inserção no mundo do trabalho

Pesquisador: Antes de você sair, como vocês estavam vendo e qual era a noção que tinham sobre a doença?

Entrevistado 1: A gente tem televisão lá né, a gente compra uma televisão. Tem uma época do mês que você tem direito a comprar uma televisão ou um rádio, mas só pode um por cela. Aí a gente tinha uma televisão nossa.

Como eu tava ali bem no começo a gente não tinha medo disso, a gente falava alguma coisa e tirava um barato disso tudo “*se chegar aqui todo mundo vai morrer*” mas a gente nem chegou a se preocupar com isso não

Pesquisador: Para encerrar, você gostaria de falar ou de ressaltar algo que foi importante ou marcante nessa sua experiência?

Entrevistado 1: Cara isso é muito grande, teria que pegar uma tarde pra gente tomar cerveja e eu te contar tudo. Tem todo um esquema de postura, tem o “barraqueiro¹⁷”, tem o “olheiro¹⁸”, tem a comida toda dividida nas “cascudas¹⁹”. Tem muita coisa legal, eu cresci muito como ser humano, muito mesmo. Ter que desenvolver tolerância, você dividir uma bolacha entre 16 pessoas, sabe? Às vezes você não tem o que comer, é toda uma superação.

Nesse sentido eu posso dizer que a cadeia me ajudou, o último dia que eu fiquei lá foi mágico. Eles têm uma igreja e eu fui lá, aí eu tive contato com pessoas boas, quando eu fui embora, quando você recebe a liberdade você sai correndo e gritando. Eu vi pessoas que eu nem esperava vindo ali me abraçar, pessoas chorando, então assim, tem momentos que daria pra escrever um livro.

Coisas que eu nunca esperava na minha vida, mas foi legal, ter toda essa tolerância, companheiro, esperança, entendeu? Você tem essa luta por superação todo dia, o maior inimigo que você tem lá dentro é a sua própria mente, a sua mente fica ali pensando no passado, no futuro. Mas é um erro nosso, ali você tem que viver o presente, sem ficar se correndo, o passado é passado, não tem o que fazer e o futuro a gente nem sabe se vai acontecer mesmo.

¹⁷ Interno responsável por manter a cela organizada, sendo assim é quem cobra todos os moradores dessa unidade para que mantenham a ordem

¹⁸ Vigia, exercem um papel importante dentro das atividades da cela e ficam atentos às atividades da equipe de vigilância

¹⁹ Vasilha utilizada para as refeições

O presente é o verdadeiro, o passado é ilusório, o futuro é ilusório não existe, a gente ali tem que focar no presente, no trabalhar, no entender o que está acontecendo e aquele negócio, foi uma experiência boa, mas eu espero nunca mais passar por isso. Acredito que nunca mais vou passar por isso porque eu não sou do crime, como estou no R.A. ainda tenho medo de sair dirigindo, de beber uma cerveja, de ter alguma discussão com um policial, vai que algum policial vem querer crescer por eu ser fichado, porque nessa classe tem muito preconceito, então a gente fica assim com muito receio de sair na rua e de um dia ter que passar por isso.

3.2.2.2.2. Entrevista 2: Esposa de interno

Entrevista realizada em 03/05/20 via telefone.

Pesquisador: Qual a sua idade?

Entrevistado 2: Eu tenho 35 anos.

Pesquisador: Qual a sua escolaridade?

Entrevistado 2: Tenho ensino superior completo, sou economista e socióloga.

Pesquisador: Qual a cidade que você reside atualmente?

Entrevistado 2: Moro em São Paulo

Pesquisador: Qual a sua relação com a unidade de Hortolândia?

Entrevistado 2: A minha relação era de visitante, eu visitava o meu marido lá.

Pesquisador: Quanto tempo você ficou fazendo visitas nessa unidade?

Entrevistado 2: Na verdade eu demorei pra conseguir ir visitar meu marido, tem todo aquele processo de adaptação e toda a parte de documentação né. Então visitando ele mesmo eu fiquei durante sete meses.

Pesquisador: Quando você ia nas visitas, qual como você se sentia? Qual era a sensação de estar ali?

Entrevistado 2: No começo foi muito estranho, na primeira visita que eu fiz eu me tremia toda. Mas bom, lá a revista é “scanner²⁰”, aí você tem que levar um monte de coisa, até você se adaptar vai um tempo viu. No começo eu passava, varava a noite fazendo, mas era só alegria, porque eu sabia que ia ver a pessoa,

²⁰ Processo de revista que substituiu a antiga revista corporal, na qual as pessoas precisavam se despir diante de servidores penitenciários. Opera nos mesmos moldes de equipamentos presentes em aeroportos e postos de controle alfandegário.

ia ver se ela estava bem, levava as coisas, ficava muito preocupada porque lá o pessoal não come. Você leva dois potes de comida aí vinham vinte pessoas pedir, tinha muita gente que ali passava necessidade, que não tem visita nenhuma, então tinha sempre que levar coisa extra.

Eu acordava aqui super cedo pra sair de ônibus, meu eu saia daqui 04?00 da manhã, aí eu ia antes para pegar a senha pra não ter que ficar na fila, então eu ia duas vezes pra lá, uma na sexta de manhã pra pegar a senha e voltava sábado de madrugada pra não ficar fila muito tempo. Eu fazia isso porque tinha uma condição melhor que as meninas, então eu podia ir buscar a senha e voltar pra visita.

Pesquisador: Enquanto você estava no processo de visita, você se sentia segura ali naquele espaço?

Entrevistado 2: Então né... Tem uns problemas assim né, na verdade das meninas de querer brigar lá fora, mas tem a regra lá de dentro entendeu? Então se tiver algum problema aí você passa para a “guia²¹”, é ela que passa as regras, se alguém implicou com alguma coisa, ela que fala “*tem que ser assim, assim e assado*”, então você é meio que protegido ali naquele espaço.

Ali não pode mexer, nem as meninas lá fora podem mexer com a visita da outra, mas tem essa guia que cuida de tudo, ela que organiza a fila, ela tira as dúvidas, ela que coordena os grupos de *zap*, ela passa o que pode ou não pode levar de comida, o que tá podendo ou não. Até sugestão de receita ela passa, porque tudo pra entrar ali é restrito, é muito restrito as coisas, não pode levar várias coisas, não pode bolo com cobertura, não pode várias coisas.

Pesquisador: Foi difícil se adaptar a essa sua nova rotina?

Entrevistado 2: Nossa no começo foi bastante estranho todo esse processo, mas com o passar do tempo a gente vai se acostumando e vira normal. Já ia lá todo final de semana fazer as coisas pra poder levar no dia da visita, ia fazer as compras do “jumbo²²”, já ia no mercado com o cardápio na cabeça.

²¹ Pessoa responsável por organizar a fila durante os dias de visita, possui papel fundamental e de grande respeito pelos familiares. Não se trata de um cargo oficial, se trata de uma pessoa que é indicada por membros da facção criminosa que comanda a unidade. Isso ocorre para garantir a ordem e que o atendimento aos familiares seja de qualidade

²² Conjunto de mantimentos que são levados para serem entregues aos internos durante os dias de visita. É composto por produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza, alimentos e vestuário. Seu conteúdo, quantidade e até mesmo os tipo de embalagem que são permitidas variam de acordo com a unidade

O ônibus era super seguro, porque eu pegava um fretado lá na Barra Funda e ele deixa a gente lá, você pagava ida e volta, tinham outras que iam de outros meios né. Tem aquelas pousadas ali lado, que também era super tranquilo de usar, o atendimento era super tranquilo, quando a isso tudo pelo menos era bem tranquilo, não tinha problema não. O ônibus era muito bom, fretado de alta qualidade, saem muitos ônibus de lá, tem fretado pra todo canto que fosse preciso ir visitar, ninguém mexe nas suas coisas.

Uma vez só que tive um problema, foi com uma moça da van, aí eu discuti com ela, mas foi por causa de fofoca aí eu fui embora com outro transporte e nunca mais usei a van dela. Mas tudo se resolveu na conversa, aí só avisei a guia e depois disso eu fiquei só usando o fretado mesmo.

Nesse processo todo de visita eu ajudei bastante gente, tinha umas meninas que às vezes não tinham condição, às vezes tinha coisa de comprar um negócio pra ajudar, de carregar alguma bolsa. Ali naquele espaço todo mundo se ajuda, pelo menos tentava sempre se ajudar, sempre tem muita ajuda ali na frente.

Tem toda uma comunidade ali, às vezes as meninas falavam “Pô você tá ali na fila com um monte de chocolate, a outra que tá ali do lado não tem nem uma bala e com criança, não pode né?” Aí eu sempre dava as coisas que levava. Às vezes elas tavam lá mas não tinha condição de levar nada, mas pelo menos tinha ido visitar né, aí a gente dava pelo menos um pouco de comida pra eles, ou a gente combinava de comer ali junto. Então tinha essa comunidade sim, mas das suas amigas né, ali você forma a sua panelinha e ajuda sempre as mesmas pessoas. Teve até a mulher de um companheiro de cela dele que era muito boazinha, ela sempre me esperava pra ir no ônibus junto comigo, a gente se acompanhava no que podia.

Pesquisador: Antes disso você já tinha alguma vez entrado em um presídio?

Entrevistado 2: Jamais na minha vida [risos] nunca nem pensei que ia entrar nesse lugar. Até pra fazer a minha “carteirinha²³”, eu nem sabia que precisava de documentação e tudo mais.

²³ Credencial de visitas ou carteirinha de visitas é o documento de registro/identidade na unidade, identificação utilizada para que seja possível a realização da visita e a entrega de produtos aos internos. Esse documento é emitido pelas próprias unidades prisionais de forma gratuita

Sobre o tratamento lá era muito estranho, os guardas revistam todas suas coisas, mas a partir do momento que eu ia toda semana e eu era educada com eles, eles me tratavam até com respeito. Tipo, podia entrar com 5 sucos, eu entrava com 8, sabe essas coisinhas, tipo “frios” podia entrar com meio quilo eu entrava com um quilo, porque essas coisas sempre acabam lá.

Na cela dele que tinham muitos, tinham quatro ou dois que recebiam visita só, eram dezesseis, às vezes dezoito na cela. Eles tinham que dormir no chão, dormir no frio, lençol você tem que levar, tem que levar tudo, tudo mesmo. O sabão em pó, as coisas de limpar, tem muito bicho lá e não pode levar, às vezes eles ficam no sol o dia inteiro (pra quando você trabalha lá né) e você não pode levar um protetor solar é tudo muito restritivo. Remédio é a gente que leva, porque conseguir qualquer coisa lá na enfermaria é um caos, então os que podem a gente levava tipo Dipirona e essas coisas simples é tudo a gente que levava.

Pesquisador: Durante as visitas você sentiu falta de algum atendimento direcionado a vocês visitantes?

Entrevistado 2: Eu acho que na fila, eu acho que é uma desorganização porque você tem que ficar um tempo muito grande nela. A “pausa”²⁴ eu acho um absurdo, tipo você chegou na fila, às vezes o ônibus atrasa, um dia uma menina chegou na fila 11:00 ai deu alguma coisa na entrada, trava a fila toda e atrasa quem tá pra trás. Aí só pode entrar de novo 13:00 ou 14:00 e você ali no sol né, aí as coisas estragam e isso é muito ruim. Tem gente que vai sem senha e aí tem que ficar mó tempão na fila, fica duas ou três horas é muito ruim. Isso é péssimo.

Até a demora deles ali pra fazer o atendimento pra gente entrar, pra você ter noção, antes você podia levar roupa todo final de semana (roupa eu digo roupa de cama que tava na “lista”²⁵) Aí mudaram pra só no uma vez e ainda tinha que ser no último final de semana do mês, aí ia tudo lotado e às vezes a pessoa não tem condição de ir nesse dia e aí detento vai ficar sem roupa? Como ficam as coisas? Isso é muito difícil.

²⁴ Período de intervalo durante os dias de visita, separando o horário de visita entre manhã e tarde

²⁵ Lista de produtos que podem entrar em cada uma das unidades, esse conteúdo varia de acordo com a unidade e/ou época do ano

No mais, era tudo muito organizado, lá dentro era tudo sempre muito limpo. Quando você chega lá dentro todos abaixam a cabeça, todos te respeitam, todos os presos lá e ninguém olha pra você, eles respeitam muito as visitas lá dentro. Na entrada tem uma Universal bem na frente, então eles te recebem com uma oração, não é muito, mas eles também davam comida, colocavam um lanche pras mulheres e pras crianças.

Pesquisador: Agora pensando sobre todo esse processo e tudo que viveu, você acha que isso te trouxe algo de novo? Passas por essa experiência te mudou de alguma forma?

Entrevistado 2: Lá a gente aprende muita coisa, aprende a ficar quieta também, porque não estava nem no meu meio social né. Lá era aquela coisa, fazer o certo pra evitar qualquer dor de cabeça possível e nunca cair lá viu, porque é tudo muito difícil e triste ver uma pessoa que você gosta ali naquelas condições. Principalmente na “P2²⁶” ficar vendo senhoras de idade carregando, aí a moça implica com você por conta de uma camiseta, senhora às vezes não tem calça legging justa aí fazer ela voltar toda aqueles dois quilômetros para vir trocar roupa. São umas coisas assim que não fazem muito sentido, viu.

3.2.2.2.3. Entrevista 3: Mãe de interno

Entrevista realizada em 04/05/20 via telefone.

Pesquisador: Qual a sua idade?

Entrevistado 3: Eu tenho 49 anos.

Pesquisador: E qual a sua escolaridade? Até que ano a senhora estudou?

Entrevistado 3: Eu não estudei muito não, fiz só até a quinta série.

Pesquisador: Qual cidade que a senhora mora no momento?

Entrevistado 3: Sou de Votorantim, moro aqui já faz um bom tempo.

Pesquisador: Há quanto a senhora visita a cadeia de Hortolândia?

Entrevistado 3: Infelizmente eu nunca fiz visita pra lá né, eu tô de “trânsito²⁷” lá né. As únicas experiências de visita que eu tenho lá é por telefone né. Difícilmente você é bem tratado, entendeu?

²⁶ Penitenciária II "Odete Leite de Campos Critter" - Hortolândia/SP

²⁷ Designa as transferências de unidades de um interno. Essas mudanças ocorrem antes que o interno chegue a unidade definitiva que vai cumprir sua pena

A gente é sempre muito maltratado lá, ninguém tem o mínimo de educação com a gente, quem atende a gente não tá nem aí, tô falando isso por telefone né. A gente não tem o mínimo que devia ter, não tem uma assistente social, não tem alguém que possa ajudar a gente, que passe o mínimo de informações ou qualquer coisa desse tipo, entendeu?

Pelo o que eu já passei aqui eu só sei fazer uma coisa agora, é pedir pra Deus que as coisas voltem logo e que essas coisas de pandemia acabe logo, pro meu filho poder chegar no destino final dele, e se Deus quiser isso vai ser logo.

Pesquisador: O seu filho estava onde antes de sair de trânsito?

Entrevistado 3: Ele tava em Mairinque

Pesquisador: Vocês já sabem para onde ele vai ser transferido?

Entrevistado 3: Até agora não, por causa da “tranca²⁸”. É até isso que eu to estranhando viu, porque era pra ele “voltar pra trás²⁹” e não ele só tá indo pra frente. Ele foi enquadrado na “W1³⁰”, não sei se você já ouviu falar dela.

Pesquisador: Não conheço viu.

Entrevistado 3: Fica lá em Mairinque mesmo é a W1. Ele foi pra lá por um “castigo³¹”, ele ficou lá 45 dias, até agora não saiu qual foi a “falta³²” dele. Invés deles trazerem ele de volta pro processo poder correr, você entendeu? E não ele tá indo pra frente e vai ir pra Casa Branca³³, é um absurdo isso. Como eu vou conseguir ir visitar ele?

Pesquisador: Há quanto tempo seu filho está preso?

Entrevistado 3: Já vão fazer três anos agora em julho (2020)

Pesquisador: Nesses três anos ele ficou em Mairinque?

Entrevistado 3: Nada, ele era aqui do CDP de Sorocaba e depois que foi pra Mairinque, ele nunca foi, nunca, nunca, nunca mesmo tinha ido pra outro lugar, você entendeu?

²⁸ Área de castigo do interno, cela de isolamento

²⁹ Regressão de regime

³⁰ Penitenciária 1 "Zwinglio Ferreira" - Presidente Venceslau/SP

³¹ Área de punição por descumprir determinada regra. Sendo que no período que fica nessa área o interno fica afastado de visitas, cartas e qualquer outro benefício. Conhecido também como cela de castigo

³² Desrespeito de alguma regra interna da unidade

³³ Penitenciária "Joaquim de Sylos Cintra" de Casa Branca/SP

É o que eu comentei com você ontem quando me coloquei pra participar da pesquisa, meu filho ele foi, na verdade usaram ele pra uma falta e você sabe como são as coisas lá dentro né? As coisas sempre vai estourar na mão do mais fraco né, que no caso foi eu mesmo. Você tá entendendo como são as coisas lá?

Naquele presídio eu presenciei cada coisa e tudo do lado da minha neta, você entendeu? Uma criança de cinco anos passou por tudo isso que a gente passou ali comigo. Um diretor do presídio, nem quero falar o nome dele pra evitar qualquer outra coisa né, fazer tudo isso é um absurdo.

Pesquisador: Qual problema foi esse que aconteceu por lá?

Entrevistado 3: Que eu tive por lá? Foram várias coisas viu. Eu sem saber de nada liguei na sexta-feira pra saber se eu podia ir na visita que ia ser no domingo, eu liguei acho que era umas, quase 17:00, porque o mínimo que eles atendem é até as 17:00. Aí falaram que eu podia ir na visita.

No domingo eu fui né, eu já tinha visitado ele num sábado e tudo normal, ele tava bem, a gente conversou o dia todo, tudo normal. Ele não me falou nada de nenhum problema que tava tendo ali, você entendeu? Não tinha problema nenhum, pelo menos a gente não sabia de nada. Do nada, aí começou um monte de coisa na vida dele.

Simplesmente uma lá, que era a “guia” da fila, pediu pra mim ir antes e já conversar com a minha advogada pra ver como que elaborava uma carta de pedido de socorro pros presos, como que fala? Porque assim, tavam cortando água deles, a comida tava racionando, você entendeu? Tavam ali passando por várias coisas. Eu tenho essa carta que saiu pra fora e que não foi eu que fiz, eu jamais que ia me arriscar com uma coisa dessas, você me entendeu? E tudo isso com uma criança do lado, nunca que faria isso. Durante todas as minhas visitas eu ia com a minha neta, você entendeu?

Aí saiu essa carta no sábado que eu fui, no domingo da próxima semana de visita, meu filho já tava no castigo, você entendeu? Falaram que ele, chamaram ele pro atendimento médico às 14:00, sendo que médico já fazia mais de mês que não ia pra lá. Como eu acho que foi armado, tudo pra ele lá foi armado, sabe por que acho isso? Porque depois disso, eu não vou te passar os detalhes pra não sobrar nada pra mim.

Ai eu fui na visita no domingo, quando chegou a minha vez, ai o cara segurou a minha carteirinha e começou a fazer um monte de perguntas pra mim. Ai falou que a minha carteirinha tava vencida, como de fato não tava vencida, ia vencer dia 12 de março e isso foi em 01 de fevereiro.

Aí quando eu saí, tinham até tirado a minha sacola da fila, aí o diretor já veio, ele saiu lá de dentro e veio com tudo. Ele chegou no portão, eu falei com ele: *Moço o que aconteceu?* Ai nossa, ele acabou comigo, ele colocou a minha vida e a vida da minha neta em risco, você me entendeu? Ele chegou ali gritando que o meu filho era do PCC, que ele sabia que tudo que eu levava o meu filho vendia, nossa ele acabou comigo, acabou mesmo sabe?

Resumindo, ele me colocou em risco, colocou eu e a minha neta em risco ali. Eu não conheço quem tá ali na fila, eu não sei quem que vem trazer a família ali na fila, você entendeu? A advogada, a moça que é a advogada do meu filho, falou que eu não podia nem fazer nada pra não prejudicar a vida do meu filho lá dentro, você entendeu? Nisso ele ficou 10 dias no castigo do presídio, aí ele foi pra "Wenceslau"³⁴, onde ele já foi pra tranca sem sol nem nada. Desde então eu to sem conseguir ver o meu filho.

Em Hortolândia eu mandei um "Sedex"³⁵ e o Sedex voltou. Aí quando foi esses dias chegou um monte de carta dele, um monte é umas quatro ou cinco, que ele tava falando que eu tinha abandonado ele e que não sei o que mais. Pra você ter uma noção a minha advogada disse que foi lá e não achou ele, depois chega carta dele aqui que ele tá lá e de que tá sem nada, você entendeu a história?

Então quer dizer que as minhas cartas, que o meu Sedex que to mandando tudo pra ele, não tão chegando até ele. Tudo o que eu mando eu não sei pra onde tá indo, mas pro meu filho eu sei que não chega.

Porque olha como são as coisas lá: a advogada fala que não pode entrar lá dentro, então a gente não sabe o que tá acontecendo lá, não sei nada do meu filho.

³⁴ Penitenciária "Zwinglio Ferreira" de Presidente Venceslau/SP

³⁵ Serviço de entrega dos Correios, onde os familiares se utilizam desse meio para que os internos recebam objetos dentro da unidade antes dos dias de visita ou até mesmo por famílias que não conseguem visitar. Esse tipo de entrega pode ser feito indo diretamente na unidade dos Correios ou por sites como <https://www.jumbocdp.com.br>

Pesquisador: Esse problema com diretor, na verdade, problemas assim com funcionários da unidade. Foi a primeira vez que aconteceu algo desse tipo?

Entrevistado 3: Comigo bem antes disso já tinha acontecido uma vez viu, foi bem logo que eu comecei, quando ele ainda nem era o diretor ele era um simples agente de lá que abria e fechava o portão pra gente. Teve um dia que eu tava entrando e ele mandou eu ir ver como estava o raio pra ele, você entendeu? Ai eu não aceitei.

Quando eu saí eu falei pra ele que tava tudo normal, então quer dizer que ele queria eu como uma informante dele lá no raio, então como eu não aceitei ele teve que arrumar outra.

Ai nesse dia eu vim embora, nesse sábado eu vim embora, quando acabou a visita, eu tenho até hoje as mensagens da pessoa que me falaram que foi ela quem arrumou tudo isso, na verdade ela e o marido dela. Você entendeu? Quem tomava conta do raio era o marido dessa pessoa, e foi ela que falou que o meu filho, que já tinha tirado... Nem a advogada, nem ninguém sabia disso, só ela sabia que o meu filho já não tava mais no raio.

Aí arrumaram uma dívida pra mim pagar, você entendeu? Em momento nenhum a advogada falou pra mim que ele tinha, na verdade ela sempre me falou que ele não tinha dívida nenhuma lá dentro. Ela foi na segunda lá sozinha e não deixaram ela entrar, eu falei pra ela que a gente vai lá dentro de qualquer jeito. Fomo na terça, quando nós chegamo lá e ela entrou, ele já tava indo pra “oitiva³⁶” já. E ela é advogada dele, como pode isso? Ela tinha que ter sido avisada, tinha que ter sido citada pra ouvir ele junto com o não sei quem lá da “SAP³⁷”.

Pesquisador: Essa advogada está com ele desde o início do processo?

Entrevistado 3: Não, ele tá com ele desde dezembro. Eu troquei de advogada pra rever o processo dele, porque o caso dele é todo estranho, você entendeu? No caso dele não tem prova, então é tudo muito complicado de saber o porquê ele ainda tá ali “em cana³⁸”.

³⁶ É o procedimento onde são ouvidas as testemunhas ou as partes envolvidas um processo judicial

³⁷ Secretaria da Administração Penitenciária

³⁸ Cumprir pena

Teve umas duas vezes, dentro desse meio de tempo todo, que eu consegui o número do processo pra ela, mas aí ele entrou na “falta grave³⁹”. Depois que que consegui o número do processo ela entrou com o pedido de aproximação familiar porque eu tenho problema, eu tenho uma criança dele que eu cuido, na verdade a criança é minha agora, o juiz já até passou a guarda dela pra mim, você entendeu? Toda vez que eu pergunto é a mesma coisa, você entendeu? Ninguém nunca sabe de nada certo.

Eu falei com ela dia, acho que foi dia 16 e hoje toda vez que eu tento falar ela tá ocupada, então eu tô pensando em falar com ela pra ver se ela já conseguiu o número do protocolo, do processo pra mim. Porque é muito duro pra uma mãe viver numa situação dessa, você me entende?

Pra mim já, toda vez eu entro em pânico de ligar em Hortolândia, porque os agente é tudo muito grosso. Toda vez é a mesma coisa: ‘*Se a senhora colocou vai chegar aqui*’, mas como isso? Eu tenho como provar que tudo que eu coloco não chega, tudo que eu mando volta, carta volta, Sedex volta. Tenho as cartas dele falando que eu, dele desesperado falando que eu abandonei ele lá, como tão chegando? É muito triste ficar nisso aqui viu.

Pesquisador: Tirando o fechamento das unidades para visitantes, a senhora não tem nenhuma informação ou tem alguma chance de ir visitar ele?

Entrevistado 3: Não tenho nada, eu nem sei direito onde ele tá. Eu só sei que ele tá na P5⁴⁰, raio 2, cela 2 e mais nada. Tenho essas informações só que nada chega lá, então tem algo de errado nisso tudo.

Pesquisador: Fora toda essa situação que a senhora está passando, já houveram outros? Nas outras unidades que ele passou, as coisas também foram assim complicadas?

Entrevistado 3: Nunca, pra você ter uma ideia o agente que segurou a minha carteirinha perguntou pra mim se eu tinha problema com policia ai eu respondi pra ele que não. O único problema que eu tive com polícia foi por lei Maria da Penha com meu ex-marido, mas aí eu que fui vítima.

³⁹ É caracterizado como falta grave: fuga, desacato, posse de celular, posse de substância entorpecente, etc. Provoca a regressão de regime, a perda dos dias remidos, podendo ainda ensejar a interrupção da contagem do prazo para novos benefícios

⁴⁰ Centro de Detenção Provisória de Hortolândia/SP

Pesquisador: Quando a senhora puder ir lá, a senhora vai se sentir segura em voltar para esse espaço? Pensando em todos esses problemas e situações a senhora já passou.

Entrevistado 3: Ai lógico que não né, jamais vou me sentir segura num espaço com esse. Principalmente sendo uma visita que eu não posso ir sozinha, eu tenho que levar a minha neta junto, que é a filha dele.

Pesquisador: Nas visitas que a senhora já realizou. Para entrar em toda visita existem todos aqueles protocolos de revista. Como a senhora se sentia quando ia nas visitas?

Entrevistado 3: É muito constrangedor aquilo que eles fazem com a gente, principalmente na parte da alimentação. É assim, se não pode você te jogar tudo fora, é do jeito de agora como eu me sinto, eu não consegui nem a lista do que pode ou não entrar no jumbo, então se o que eu to mandando pode entrar lá? Eu nem sei responder isso pra você, num tem nada claro pra gente.

Imagina assim, a gente tem todo um gasto, tem o trabalho de fazer as coisas e nem vai saber se está chegando ali pra pessoa. Então principalmente nesse lance da revista da comida é muito difícil, deveria ser claro o que pode ou não em cada lugar.

Pesquisador: A parte de revista pessoal a senhora achava complicado?

Entrevistado 3: Lá eu não sei por que eu nunca visitei, agora em Mairinque tinha o scanner, mas se tem o scanner porque você tinha que tirar uma blusa de frio? Qual o sentido de ter a máquina e ainda ser tão difícil a entrada? Porque ter a máquina e num adiantar era melhor voltar pro que era antes, tira a roupa e pronto. Com o scanner devia evitar esse tipo de constrangimento né, se tem ele não tem o porquê você ter que tirar uma blusa, a scanner não é pra mostrar as coisas? Então né, como fica assim ainda?

Pesquisador: Pra gente encerrar a nossa conversa, gostaria de saber se a senhora teria mais alguma coisa pra falar sobre suas experiências ou como a senhora se sente quando chega perto de um presídio.

Entrevistado 3: Olha nem sei quando a gente vai poder voltar a ir né, com essa pandemia a gente fica com muito medo de tudo que pode acontecer. Meu filho lá preso, com todo esse problema e sem notícias aqui fora é bem difícil pra família. A gente fica aqui e não tem uma assistente social pra ajudar, pra ela pelo menos falar pra gente *“Viu, a senhora pode fazer, ou ajuda se a senhora fizer*

assim, assim ou assado. A senhora manda um álcool gel, uma luva, uma máscara, você entendeu? Mas a gente não tem nada pra fazer, principalmente uma mãe, a gente se preocupa, se preocupa até demais com o filho da gente.

Pesquisador: Durante esse momento vocês não receberam nenhuma orientação? Vocês receberam alguma informação de como estão as coisas lá dentro?

Entrevistado 3: Não recebemos nada, nada de nada viu. Pra você ter uma ideia de como são as coisas, eu liguei lá na semana passada e o agente não desligou na minha cara porque eu falei “Deus te abençoe” e eu desliguei. Todo mundo lá trata a gente igual lixo.

Pesquisador: Bom, as perguntas que eu tinha pra senhora eram essas aqui. Gostaria de agradecer pela participação e assim que a gente desligar vou te enviar o termo de uso dessa entrevista para garantir que não será utilizada nenhuma informação pessoal da senhora.

Entrevistado 3: Antes de desligar eu gostaria de falar uma coisa pra você, é que a tranca é triste, viu. Tudo que eles puderem te fazer pra te deixar lá dentro eles vão fazer viu, lá é onde o filho chora e a mãe não vê. Hortolândia é o lugar pra você dar o passo de voltar pra trás.

3.2.2.2.4. Entrevista 4: Ex-interna

Entrevista realizada em 01/09/20 no CRAS Novo Ângulo – Hortolândia.

A entrevista aconteceu com apoio e companhia da equipe do CRAS Novo Ângulo.

Assistente social: Bom dia, a ideia aqui é você falar das experiências que a reclusão te trouxe. Tudo na vida da gente mesmo as experiências ruins, elas trazem uma coisa boa, eu vou falar da minha experiência. Eu fiquei órfã muito cedo, então eu sou hoje uma assistente social, uma coordenadora de CRAS que conheceu muito a pobreza.

Então, eu fiquei órfão de mãe com 10 anos. Eu fiquei órfã de pai com 16, então quando a gente fala assim que tal pessoa, ou tal jovem, ou tal tá tá com fome ou eu gosto de falar para as meninas que eu tenho lombriga porque eu não posso ver bolacha de chocolate que eu peço seja no ônibus, seja para criança que tá ali perto de mim com a bolacha “Tia quer? Quero!” porque são coisas que

eu não tive no passado. Então, todas as experiências que a gente tem ao longo da vida nos molda no que a gente é hoje, tá. Então eu queria que você falasse um pouquinho, da sua vida antes, dos seus pensamentos, porque assim com 15 anos você foi reclusa. Com quantos anos você foi reclusa?

Entrevistado 4: Com 19

Assistente social: Com 19 anos você tinha um plano, depois de novas experiências na vida, nossas metas, nossos objetivos tendem a mudar. Fala um pouco de como era antes, o seu pensamento agora, seus objetivos de preferência que seus objetivos agora envolva criança, né, muito importante nesse momento. Mas um fala um pouco pra mim, pra gente, de você. Quem é a Karina? Fala um pouco pra gente

Entrevistado 4: Eu fui criada pelos meus avós né. Então assim eu perdi o meu avô eu tinha 10 anos e a minha avó perdi de 14 pra 15 e até então o tempo que minha avó era viva eu iniciei num trabalho de menor aprendiz, tava com um pensamento assim super de futuro, estudar fazer faculdade de direito era meu sonho, assim eu era uma adolescente calma e tranquila e quando ela faleceu é como se tivesse “abrido” um buraco, eu fiquei totalmente perdida. Ai que eu comecei a ser criada pelo meu pai, o meu pai é dependente químico, ele é alcoólatra e assim não foi uma vivência muito, uma experiência boa pra mim.

Eu fiquei perdida porque eu tinha um acesso muito fácil pra vida do crime, porque ele era envolvido também, então assim ele não se atentou que a filha dele menor tava conhecendo, não que seja culpa dele a culpa foi minha, eu escolhi esse caminho, eu quis trilhar ele, eu quis conhecer. Mas ficou muito fácil pra mim, uma adolescente que tava com a cabeça totalmente confusa, que não tem papel de pai, de mãe. Porque eu fui conhecer a minha mãe também depois que minha avó faleceu e assim eu e uma irmã, que foi que me deu o braço quando eu fui presa, quando eu fiquei reclusa.

Ela também não era próxima de mim então para mim foi muito difícil, foi quando eu comecei a conhecer, primeiro me envolvi com uma pessoa que mexia com coisa errada, a gente ficou casado, assim morando junto cerca de um ano e ele foi me apresentando ele assaltava

Assistente social: Você ainda era menor nessa época, né?

Entrevistado 4: Eu era menor, tinha 15 anos e pra eu sair de casa e tive que casar né, amigar, juntar os panos, porque eu não aceitava o meu pai levando

peessoas que usavam droga para dentro de casa. Eu não aceitava ver ele chegando bêbado, então pra mim aquilo foi muito difícil aí eu me envolvi com esse rapaz e ele apresentou de verdade o que que era essa vida, eu novinha tinha roupa cara, sapato caro, fui deixando rolar, fui deixando me leva, achando que aquilo ia me dar algum futuro.

Conhecia a vida, ele foi preso, logo depois de quase 1 ano que a gente tava junto eu cheguei a mandar as coisas pra ele, eu escrevia carta, só que eu não fiquei muito tempo, eu era muito novinha e não podia e não conseguia ir visitar ele, então foi se tornando difícil. Aí foi onde que decidi que era isso que eu queria pra minha vida, o dinheiro começou a chegar, eu comecei assim, eu fui morar sozinha logo que ele foi preso eu aluguei uma casa pra mim, comecei a mobiliar e tinha tudo o que eu queria.

Tudo que uma adolescente, porque a minha avó me dava um padrão de vida muito alto, mesmo não podendo. Ela achava que ia preencher o espaço que meu pai e minha mãe não tinham na minha vida com bem material, ela também era muito amorosa tanto é que eu ia dormir agarrada com ela, até o dia que ele morreu foi assim. Mas ela me mimava demais, coisa de vó, ai queria preencher aquele vazio então eu comecei a ter o padrão de volta de vida que a minha vó me dava.

Então eu fui me deixando levar, eu abandonei o serviço, até então, desde antes mesmo dela falecer eu sempre trabalhei com carteira assinada. Eu saí desse menor aprendiz eu entrei no outro call center, mas também como auxiliar administrativo e assim abandonei o serviço. Eu troquei as amizades, fui para as amizades que também estavam com o mesmo objetivo que eu.

Me afastei da minha família, eu já não era muito próxima então me afastei mais ainda deles e aí com 18 para 19 eu me vi assim realmente envolvida mesmo, que aquela era minha vida.

Eu não tinha uma outra vida social, minha vida era o mundo do crime, eu só andava com pessoas do crime, eu vivi pro crime, eu não tinha uma vida social de uma amiga me chamar “Vamos dar uma volta no shopping?” não, porque eu vivia envolvida nisso.

Aí até que eu me vi presa, eu fiquei presa durante um ano e meu objetivo era poder sair e voltar a fazer a mesma coisa. Porque a vida lá dentro é muito dura muita gente já me falou para mim “você dormem e comem de graça, não

tem que pagar nada”, mas não é assim que funciona lá dentro, a penitenciária é uma realidade muito dura, que a pessoa só começa a entender quando ela passa

Assim a minha irmã que foi uma surpresa muito grande, que a gente não era próxima ela começou a me visitar, acho que com 3 pra 4 meses que eu tava reclusa, e aí eu vi o que ela tava passando, que ela tava mais presa do que eu. Então eu comecei a enxergar que aquilo não era justo com ela, porque ela abria mão de tudo, ela trabalhava de segunda a sábado e no domingo ela ia me visitar. Ela tinha acabado de conhecer um rapaz, tava quase indo morar junto e ela tava presa junto comigo, ela tava deixando de viver a vida dela para vida minha. Meu pai não foi, a minha mãe foi me ver só uma ou duas vezes, então assim ela pegou todo papel de pai, mãe, irmã, de apoio, de amiga todo para ela.

Aí com um ano mais ou menos eu vi que começou a ficar muito pesado para ela o fardo, foi quando eu recebi a minha sentença. E aí tipo acho que ela caiu em si, ela vai ficar um tempo, ela não vai sair agora e as coisas foi se tornando pior. Eu vi minha irmã ali ficando doente, vi ela começando entrar numa depressão, quando ela ia ela só chorava, ela via a realidade ela falava “Eu não vou deixar minha irmã aqui, eu preciso fazer alguma coisa”.

A gente numa classe boa não tinha como pagar um advogado para eu sair mais rápido, até porque ele meu caso não tinha muito o que fazer porque eu fui réu confesso, então não tinha um benefício que coubesse para mim e aí eu comecei a cair em si que não, eu preciso mudar ou eu vou tirar para coisa boa ou pra coisa ruim. Eu via muita gente indo e voltando, saindo indo embora, ficando um mês na rua e voltando presa, então assim, eu pensei não é isso que eu quero pra mim, foi onde eu comecei assim a buscar oportunidade dentro do presídio.

Eu parei no terceiro ano do ensino médio, na metade, aí apareceu aquele programa, eu fiz o Encceja para terminar conseguir passar e vinha o Enem, na penitenciária onde eu tava o Enem só servia para conhecimento mesmo. Prestei o Enem e consegui uma nota muito boa nos dois Enem que eu fiz e assim eu vi que ali eu poderia tirar uma coisa boa.

Aí tinha alguns cursos que às vezes, assim também que a PUC, a Unicamp levava e eu sempre me interessava em participar porque eu falei: “Tá na hora de eu começar a te alguma coisa de bom que isso” até que com dois

anos e meio eu descobri que tinha uma outra unidade em Rio Claro, que é um centro de ressocialização.

Era muito difícil de ir para lá ver todo mundo e eu não conseguia passar tudo, eu falei não vou tentar né fiz três entrevista, mas não passei, na quarta eu fiz por fazer aí consegui eu fiquei um ano lá.

Lá a gente tem muita oportunidade porque é um centro de ressocialização, então eu trabalhava, recebia o meu salário, recebia um salário-mínimo e até então antes de virar semi-aberta eu trabalhava dentro da unidade, eu trabalhava na parte administrativa.

Depois eu virei semiaberto, depois de 4 meses mais ou menos que tava lá eu fui trabalhar na rua, trabalhando em uma empresa normal tinha preconceito porque eu era a única pessoa reclusa, então teve muito preconceito de pessoas que frequentavam empresa de alguns empregados mas eu tentava filtrar só aquilo que era necessário, aquilo que ia me agregar alguma coisa, o que não me agregava eu deixava de lado.

Lá nessa unidade não é muito fácil porque tem muita regra, mas se você souber lidar com ela é boa para você né. Mas, assim tem hora para tomar banho, tem cinco minutos de banho, um banho por dia então eram coisas assim que realmente eram duras mas era aqui para pessoa entender “não você vai ter que sair daqui uma pessoa melhor, aqui é para você aprender mesmo” E aí quando eu vi que assim eu tava próxima de ganhar a liberdade eu descobri que eu já tava grávida e lá não podia ficar grávida, então eu contratei um advogado com o salário que ganhava e falei para ele você precisa tirar eu daqui de algum jeito ou de outro porque uma hora barriga vai aparecer aí que eu vou fazer?

Ai eu me vi perdida sem contato, porque foi a época do COVID, que eu sai em junho, então eu peguei uma boa parte da pandemia lá e assim foi muito dura a gente não recebia carta, a gente não conseguia falar com a família. Eu não tinha contato nenhum, a gente tava completamente isolado e assim eu comecei sentir os primeiros sintomas da gravidez e eu falei como que isso pode acontecer porque eu engravidei na “saidinha⁴¹” né.

⁴¹ A saída temporária no estado de São Paulo acontece nas seguintes datas: natal, ano Novo, páscoa, dia das mães, dia dos pais e finados. Os internos que têm direito a esse benefício são os que já cumprem pena em regime semi-aberto, que até a data da saída tenha cumprido um sexto da pena total se for primário, ou um quarto se for reincidente

Eu tive saidinha em dezembro, a saidinha temporária e aí eu tive relação tudo foi com um rapaz, a gente já tinha um relacionamento meio doido assim, a gente se conheceu há oito anos mas não tinha um relacionamento firme não era uma coisa assim de a gente namorava, então eu me vi assim perdida completamente, porque ao mesmo tempo que eu queria sair para poder contar para poder curtir a minha gravidez, eu também não queria porque eu tinha medo, eu ficava pensando o que ele vai pensar, o que a família dele vai pensar, o que que é minha família vai pensar e aí até que chegou o dia que eu ganhei a liberdade.

Foi assim ao mesmo tempo é um misto de alegria de medo de eu não consegui acreditar na verdade a minha ficha foi cair três dias depois que eu tava na rua, de que realmente acabou aquele sofrimento todo, apesar de que a liberdade ela não é no momento você sai para rua, porque aí tem um tempo que você assina a carteirinha você continua sendo mal visto pela sociedade, você continua com limitações.

Então assim, eu saí fiquei totalmente, a primeira saber se minha irmã porque já tava com uma barriguinha né, e aí eu fui atrás do pai da criança lógico e para mim foi muito difícil porque eu vim numa família que assim “engravidou tem que casar” não tem uma mãe solteira, então eu me via cobrando muito isso de mim. Eu pensava “E se ele não quiser nada comigo?”, porque eu gostava dele tinha um sentimento, mas não a ponto de ter uma família né, e agora que eu vou fazer se ele não quiser?

Eu sentia vergonha dele então eu demorei muito tempo para contar até para pessoas da minha família, meu pai foi saber três dias depois e eu morava na mesma casa que ele, eu cheguei já troquei de roupa, coloquei uma roupa bem larga porque tinha vergonha, pessoas assim da minha família foi saber depois de um mês que eu tava na rua que eu tava grávida, porque eu sentia muita vergonha.

Até eu e o pai sentamos e conversamos, a família dele recebeu super bem até melhor que a minha própria família, isso foi uma surpresa muito grande, uma ajuda muito grande até mesmo a questão de eu ter acabado de sair de um presídio. Nunca sofri nenhum preconceito deles, nunca assim ninguém pegou para falar “nossa, mas porquê?” Nunca questionaram, é como se assim, o que passou, passou, não me importa se a minha família já não lidou tão bem.

A minha família sentou conversou, pra eu não fazer mais isso aí fica aquela dúvida “será que mudou? não mudou? será que a mesma ou, não é?” Mas a família dele eu costumo falar que passou a ser mais a minha família do que a minha família mesmo de sangue, porque eles me acolheram super bem, a avó dele, a mãe dele. Elas sempre fazem o que podem para me ajudar, que nem a vó dele que fez, que me ajudou nessa questão de tá podendo aqui dividir com você isso.

Porque eu acho que isso é muito importante para quem esteve no lugar daquele dividir o que passou, poder falar, poder dizer que não, não é fácil, mas também não é impossível, que a gente pode sair sim uma pessoa melhor de lá e sim dois lados sofrem, quem visita sofre e quem tá lá dentro.

Porque quem visita tá preso junto e sofre preconceito aqui fora, a gente sofre preconceito lá dentro, porque tem da parte de diretor da unidade tem da parte de agente, é muita opressão e humilhação por parte deles. Eles acham assim que eles são superiores e que a gente não é digno de nada, principalmente mulher.

Eu acho que assim, tem gente que fala que homem sofre mais, mas não, a mulher sofre muito mais porque a mulher na sociedade é o que? a dona de casa que tem que trabalhar e cuidar dos filhos, é isso, a mulher que erra e vai parar num lugar daquele quando eles não jogam a culpa no marido, “aí tá presa por causa do marido” e no meu caso foi diferente, não eu escolhi. Aí o preconceito é maior ainda porque eles não entendem, como se a mulher fosse assim diferente do homem, como se fossem dois seres que se não tem nada a ver um com o outro e não é bem assim.

Então assim a experiência é dura pros dois lados realmente, quem visita, quem tá lá e é uma experiência muito, muito, dolorosa, mas também é muito importante de ser dita. Acho que as pessoas têm que saber o que acontece realmente lá dentro, tem pessoas boas que ajudam tem oportunidade e assim eu costumo dizer que lá é dois caminhos “ou você muda ou você piora” só que a tendência para você mudar era bem mais forte, é que tem pessoas que infelizmente é como a assistente social citou, a família julga muito, a família cobra muito, ai a pessoa acaba se cobrando e a cobrança exagerada eu acho que ela não é bom para gente.

Eu saí com essa cobrança exagerada e quem me ajudou muito foi o meu atual companheiro, ele me ajudava e falava “*Para de se cobrar*” porque eu me cobrava porque queria arrumar um serviço, aí tava grávida, em época de pandemia, então como arrumar um serviço assim? Então me cobrava por causa disso e me cobrava do por que eu fui fazer isso e ele foi um dos principais que me disse “Não, acorda acabou, o que passou, passou. Agora uma nova vida”. Agora minha vida é assim, é família esse meu objetivo. Eu quero ainda fazer minha faculdade de direito, que é o meu sonho. Eu falo para ele que eu posso fazer daqui 10 20 anos mas que eu vou fazer, eu vou fazer eu vou.

Eu costumo falar também que a gente tem um sonho grande, eu não sonho pequeno porque a minha mente ela abriu muito nesse tempo que eu fiquei reclusa, porque o que você tem que fazer de sobra na penitenciária é pensar. Então a minha vida é essa, hoje em dia é isso que eu quero construir a minha família, criar minha filha e mostrar para ela que ela tem outros caminhos melhores a seguir, que esse caminho não vale a pena e cuidar da minha família. E minha família no caso é minha filha, é meu companheiro, é a família que meu companheiro que agora é minha família e pensar que sempre tem alguma coisa melhor esperando para a gente. Porque na verdade bem isso mesmo

Assistente social: Deixa eu te fazer uma pergunta Karina, você falou assim “minha irmã me acompanhava e ficou presa junto comigo”. O que você acha que mais era difícil para ela? Ela tem que ir no presídio de manhã, arrancar a roupa, aquela situação vexatória ou você acha que é ficar pensando em você presa. O que que você acha na sua cabeça que era mais difícil para ela?

Entrevistado 4: Olha na minha cabeça o mais difícil para ela, é o que ela me contou na verdade né, era ela estar dentro de casa por exemplo: comendo um macarrão e pensando “Será que a minha irmã está comendo?”

Assistente social: Porque eu tô te perguntando isso, porque assim a gente tem contato com muita gente e a irmã Maria, lá da minha igreja, o filho dela ficou recluso e o que mais angustiava ela, uma senhora de 65 anos, era passar pela questão da revista. E assim então isso era o trauma dela, quando ela pensava que ela ia pra penitenciária e ela ia ter que passar pela revista aquilo, ela chegou a um ponto que ela falou filho eu não consigo mais vir.

Então você acha que a maior dificuldade que sua irmã ia lá e passava era ver o seu tratamento e sair de lá angustiada, com medo de te faltar alguma coisa?

Entrevistado 4: No começo foi a questão da revista, que ela dividia muito as coisas comigo, a gente sempre foi muito parceira, eu colocava pra ela o que me angustiava e ela colocava o que angustiava ela.

No começo pra ela a questão da revista foi muito difícil porque é uma humilhação muito grande, mas depois de um ano que eu fiquei reclusa a revista passou a ser por scanner, então ela não tinha mais a necessidade de se despir e acho que essa é a parte mais humilhante, você ter que se despir na frente de uma pessoa desconhecida e passar todo aquele procedimento.

Então depois passou a ser isso, o tratamento, até mesmo num dia de frio, num dia de calor, porque lá quanto tá frio é frio, quando tá calor é muito calor. Então depois da revista, passou a ser o tratamento o maior problema, mas, acho que a revista é o maior problema pra qualquer um.

Pesquisador: Quando você presa qual foi a primeira unidade que você foi?

Entrevistado 4: Fui pra de Campinas, no São Bernardo

Pesquisador: Você tem quantos anos agora?

Entrevistado 4: Eu tenho 23

Pesquisador: Você comentou que saiu bem agora nesse momento de pandemia, como foi esse momento para vocês? Foi explicado como iam ficar as visitas ou simplesmente se fechou tudo?

Entrevistado 4: Eu já estava lá em Rio Claro, na verdade a gente viu pela televisão sobre a pandemia, eu lembro que a saída temporária tinha mudado as datas, o João Dória antecipou todas as saídas temporárias, antecipou elas no dia 17 de março.

A gente sempre tem palestra antes da saída, um dia antes da saída, e na palestra chegou a diretora e falou “A saída temporária de vocês foi cancelada por conta do COVID”, só que a gente não sabia a dimensão porque o ,meu companheiro, no final de semana que tinha passado tinha tido visita normal, as famílias falavam “nossa doença tá matando, tá feio” só que a gente não tinha dimensão do que era. Aí ela chegou e falou que foi cancelada, isso foi se não me engano numa segunda-feira e aí no sábado ela reuniu todo mundo e falou que a visita foi cancelada, foi assim não foi explicado a dimensão do problema, não foi assim colocado uma solução.

Assim eu tenho contato com algumas pessoas de lá de dentro ainda hoje por carta e elas falam que tá até hoje assim, então desde março sem visitas, as

cartas estão escassas lá. E até fora pandemia, lá em bem difícil de chegar carta e assim não tem explicação.

Assistente social: Isso lá no São Bernardo?

Entrevistado 4: Não, isso lá em Rio Claro que é um pouco melhor. De São Bernardo eu recebi algumas cartas das meninas e elas falavam que lá também tava bem feio, por conta de Campinas estar no auge da doença, então assim, tava bem desesperador. Lá em Rio Claro por ser uma unidade pequena a gente sofreu muito porque são 120 presas na verdade só e é tudo aberto não tem grade, só tem porta dentro dos alojamentos e assim, as agentes não chegavam perto da gente por medo da gente tem alguma coisa, porque começou aquele negócio que não sabia de onde que as pessoas estavam pegando, às vezes não tinha tido contato com ninguém e pegava.

Então todas elas não chegavam perto da gente como se a gente tivesse, como se a gente fosse sujo, é essa verdade, na verdade a chance de elas passarem era maior que a gente passar para elas. Então começou assim, a gente sofreu muito por ser uma unidade pequena, é um espaço pequeno, na verdade assim, muito, muito pequeno. Como se fosse uma casa mesmo com 8 quartos e é no formato de um “U” assim, então é super pequeno.

O refeitório todo mundo comia junto no mesmo prato, então assim foi se tornando uma coisa que a gente foi vendo e ficando desesperado. Porque a televisão desespera mais ainda, a gente assistia televisão via aquilo e a gente ficava desesperado pensando “E a nossa família? Como será que tá?”

Algumas famílias, de algumas cidades conseguiam mandar cartas. A minha família que era de Campinas o correio tava todo fechado, então não tinha notícia nenhuma, até que um dia, eu tenho a minha família inteira praticamente é tudo grupo de risco, eu mandei uma cartinha para diretora implorando para que ela ligasse para minha família porque eu tava completamente desesperada. Aí eu fui dentro da sala dela para atendimento e ela ligou, mas assim, ela na minha frente falando com a minha irmã e eu aqui então eu não sei o que ela falou.

Assistente social: Assim, eu quero perguntar uma coisa para você, mas muito cuidado com meu coração que ele é fraco. Mas, e o serviço social lá dentro, a assistente social? Existia uma assistente social? Como era esse trabalho? Com que era esse contato lá dentro?

Entrevistado 4: Não tem nada, na unidade que eu tava de Rio Claro tinha bastante voluntário, porque lá é uma unidade que eles fazem muito trabalho voluntário, eles fazem toquinha para criança com câncer, fazem peruca para criança com câncer, é uma ONG que chama me chama Mais Vidas, que é lá de Rio Claro mesmo, então assim elas disponibilizavam psicólogas e terapeutas voluntárias, não pessoas que tinha, que estar lá do serviço e agora em Campinas tinham dois psicólogos porém, psicólogos que eles falam de integração, que é quando a pessoa chega na cadeia eles preenchem um monte de papel faz um monte de pergunta que você não sabe nem o que tá fazendo e coloca lá no sua pasta e nunca mais te chama, é isso. Agora em Rio Claro tinha, mas era voluntário, agora assistente social nunca foi disponibilizado. É que na verdade eu acho que a assistente social passa muita coisa assim, o que é um direito nosso e na verdade tudo que o presídio quer esconder é o direito da pessoa reclusa. Tanto da pessoa de fora que ta visitando como da pessoa de dentro,

Assistente social: Então , se a pessoa tá lá dentro e ela fala que eu quero conversar com assistente social, não rola?

Entrevistado 4: Não tem, a oportunidade é zero. Até mesmo com psicólogo, assim, se tiver é porque tem lá o voluntário, se não tiver vai ficar sem conversar e pronto.

Assistente social: Isso do voluntário é lá em Rio Claro né? No São Bernardo nem isso?

Entrevistado 4: Isso mesmo só lá em Rio Claro, no São Bernardo nem pensar

Assistente social: É gente temos uma longa caminhada aí no nosso trabalho. E quando assim quando as famílias vão lá, é porque assim, pelo que você me fala, o domingo é o dia mais esperado, é um dia você vai ter aquele contato com as famílias.

Quando as famílias vão lá, como é essa questão da expectativa? Como que essa relação, porque assim igual natal né, tá todo mundo junto e faz aquela bagunça né aquelas famílias que depois o pau quebra né. Mas, vamos deixar isso pra lá. Mas aí chega tarde do dia 25, um dia já começa a ir embora, outro já começa ir embora e começa aquele aperto.

Como é a chegada e como é a saída? A gente sabe que a chegada é feliz e a saída é triste, mas no seu olhar como que você via assim a sua irmã? Quando ela chegava, ficava mais feliz ou mais angustiada?

Entrevistado 4: Não, quando ela chegava ficava super feliz de me ver bem. A mesma rotina que eu tinha lá dentro ela tinha aqui fora. Eu acordava mais cedo, por volta das 6:30, ela também acordava, na verdade ela acordava um pouquinho mais cedo ainda porque ela ia de ônibus né. Então assim, ela já acordava pensando “Será que minha irmã já acordou?” e geralmente de domingo na penitenciária feminina é o dia da beleza da mulher.

Todas as mulheres se arrumam, porque a gente quer passar para família que a gente tá bem, mesmo ele sabendo que não é essa realidade. Mas assim, é mascarar um pouco o problema, eu acho que é essa a palavra certa, que é esconder um pouco. Assim a hora que começava, abre às 8:00 pra começar a entrar a visita, a hora que começava entrar visitas é uma expectativa muito grande porque tem algumas pessoas que ficam lá em frente a gaiola, que é onde entra a visita, esperando. Principalmente as que são de família longe, porque eu conheci gente lá que a família era de Minas, que a família vinha de São Paulo, tinha uma que a família vinha de Manaus, então assim a expectativa era muito grande. Eu como morava próximo da gaiola, assim minha irmã morava mais ou menos perto eu sempre esperava pela frente da minha cela mesmo.

Nossa a hora que ela chegava era uma alegria muito grande, aí a gente senta. A penitenciária em si que é onde tem maior número de pessoas é uma coisa muito unida, assim todo mundo conhece a visita de todo mundo, principalmente a cela onde eu morei, a gente era pessoas se tornou uma família. Então a minha irmã chegava cumprimentava todo mundo, às vezes levava alguma coisa ou outra que alguma outra pessoa tá precisando, quando dava também para ela porque né, porque a condição para ela não era fácil. Assim, quando começava a dar a hora dela ir embora, porque são três sinal, é o primeiro, o segundo e o terceiro.

Quando dava o segundo já começava a bater aquela angústia, que só que mais no começo depois que passou um tempo, eu acho que é assim o ser humano ele foi feito para não se acostumar, para ser adaptada. Ele é tipo Camaleão, ele se adapta em qualquer, a gente foi se adaptando, tipo assim vai embora, mas daqui 15 dias você retorna, daqui um mês e tudo vai ficar bem, um dia isso vai acabar.

Então eu acho que por mais que não fosse isso que a gente tivesse sentindo dentro do coração, eu tentava passar isso para ela e ela tentava passar

isso para mim. Até que chegou um ponto que realmente é assim, depois eu acho que de um ano e meio que eu tava presa eu me adaptei.

Porque a cadeia deixa a gente um pouco fria mesmo, em relação ao sentimento, a gente tem tempo para pensar mas a gente pensa assim, o que eu vou fazer quando sair daqui? a gente deixa de pensar o que eu vou fazer enquanto eu estiver aqui. Porque na verdade não tem muito o que fazer, então depois de um tempo eu passei assim, não se tornou indiferente, mas não vou ter que aprender a lidar com isso, é um sentimento que eu vou ter que aprender a lidar e eu acho que foi muito importante para nossa relação também, porque se eu não tivesse passado por esse momento talvez eu não tivesse aprendido a valorizar a questão da família e nem ela tá.

Assistente social: Agora que você com esse seu olhar analisar, tanto o projeto do "CRAS", quanto esse projeto de pesquisa. O pesquisador falou sobre a questão da visita, o que você acha, se fosse você hoje e você fosse fazer a admissão dele. Ele então tá vindo aqui te pedindo uma vaga para trabalhar nesse projeto, o que que você falaria para ele? Olha o teu projeto não rola, não é isso ou olha esse seu projeto ele é legal, mas tem que prestar atenção nisso e nisso.

Você acha que ele é necessário, você acha assim ele é necessário, mas ele precisa de uma adaptação nisso ou naquilo. Você acha assim que não, que tem que ser para uma outra situação. Faça assim você uma análise, porque o que acontece nos projetos que a gente pensa, mas a realidade e as experiências são de vocês e a sua família. Então a gente precisa dessa análise, desse feedback seu, porque é o seu olhar que vai nos nortear. Então eu queria que você falasse, mas sinceramente, o que você acha desses projetos?

Entrevistado 4: Eu acho que a família tem que ter o mesmo cuidado que a pessoa que tá reclusa, porque eu como falei anteriormente eles ficam presos junto com a gente e muita das vezes, na verdade acho que a maioria, a família é esquecida, é a que sofre mais preconceito durante um período. Quando a pessoa sai, a pessoa sofre também, mas e o tempo que ela ficou lá dentro? A família sofre o tempo que ela fica lá dentro, e o tempo que ela sai, então é o tempo inteiro.

Eu acho que é muito importante mesmo, ter esse olhar de cuidado, de querer melhorar as condições, até porque é sol, é chuva, é discriminação por parte de a gente, é humilhação por parte de a gente. Porque eles acham assim,

membro da sua família errou você também errou e pronto é tudo a mesma coisa. E aí eles acham que, por mais que nem um nem outro mereça um tratamento diferenciado porque errou, porque todo mundo erra. Mas a família sofre muito, não mais, porque eu acho que é um sofrimento igual. Porque os dois acabam se tornando recluso então eu acho super importante esse projeto

Assistente social: Em uma das falas do projeto, a gente colocou o seguinte: Que a família cumpre pena junto e isso você acha que é uma realidade?

Entrevistado 4: Sim, é uma realidade

Assistente social: E das que você acompanhou, você viu muitas reclusas que não receberam nenhuma visita? Como que era, o que a família justificava? Ou não tinha justificativa nenhuma? Você tem algum exemplo?

Entrevistado 4: Geralmente quem não recebe visita são as pessoas assim, que já retornaram muitas vezes. A família acaba desistindo, porque como você falou, como eu falei, a pessoa fica presa. Aí eu acho que acaba se esgotando, vai uma vez, volta, vai uma vez, volta. Então assim, realmente a gente tem que ajudar, mas a pessoa precisa ajudar também, eu penso em você dessa forma. Eu tive uma convivência com uma colega minha que até hoje, na verdade a gente é bastante amiga, e assim ela foi e voltou quatro vezes. Na primeira e na segunda mãe dela ia, levava os filhos, na terceira a mãe dela se cansou, se esgotou. Porque ela acabou deixando de viver a vida dela para ver a vida da filha, e isso não era justo.

Então geralmente são pessoas que vai e voltam várias vezes, ou são pessoas de longe, ou são pessoas que são usuários, dependente química, que assim já tem um histórico de abandono da rua e chega e cai no sistema. Eu nunca vi pessoas, que cai a primeira vez e a família sempre vai ou pessoas muito pobres, de família assim que não tem condição mesmo.

Eu já vi isso muito acontecer, até mesmo as vezes pessoas que tem a família muito pobre mesmo, mas assim vai. Mas aqui é muito difícil porque se tá numa unidade muito longe da residência tem o gasto com a locomoção, que não tem como tirar. Então geralmente são nesses casos, mas a maioria é porque ele voltou muitas vezes ou é dependente de química.

Assistente social: Olha só, vocês são uma família realmente atípica né, que acolheu, que viu toda essa situação. Mas se a senhora me permite a pergunta, se a senhora quiser que pula também a gente pula. Mas o que fez a senhora ter

essa visão? Ora, a mãe do meu neto, tá vindo aí de uma reclusão. Como que isso encaixou na cabeça da senhora? A gente sabe que é aquele primeiro choque né.

Sogra do Entrevistado 4: Na verdade pra mim foi assim, foi uma coisa muito rápida, eu e o meu filho sempre foi muito parceirão, ele sempre me contou tudo, até hoje com 23 anos ele me conta tudo que acontece. Então eu já conhecia a Karina, porque ela já tinha ido ficar lá em casa nos namoro deles, mas tranquilo. Aí nesse final de ano que ela voltou, fazia muito tempo que eu não tinha visto ela né, quando ela voltou eles ficaram junto, ela passou o final de semana em casa com a gente tá. E aí quando ela foi embora que ele me contou que ela tava presa, eu não sabia, mas eu falei assim: “Mentira, você jura filho?” “Não mãe, ela tá, mas daqui seis meses ela sai”. Beleza, aí passou um tempo, quando a criatura mais linda do mundo volta e diz que tá grávida, e já tava com a barriga desse tamanho.

Aí eu já sabia, porque pelas contas ela realmente tinha ido pra lá e ela sempre foi de falar muito a verdade, a real, de conversar. A gente conversa, sempre conversou de uma forma direta sobre tudo isso, sobre que ela tava lá e que ia sair. Depois que ele me contou, ela conversou comigo, só que até então nada de gravidez aí ela foi e eu desejei boa sorte, que você saia logo de lá e siga sua vida e tal.

Eu pra mim, eu pensei o seguinte, uma porque ele já tinha me contado um pouco da história dela, da família dela, pouca coisa mas me contou. Quando ela saiu grávida meu primeiro pensamento foi “Eu preciso saber se ela vai querer ficar perto da gente, mesmo que não quiser a gente vai querer estar perto dela. Mas eu vou acolher ela do jeito que eu puder”. Aí ela me contou em relação ao pai, eu conversei muito com o meu filho: você não tem que ter um relacionamento com ela porque ela tá grávida, você sabia que vocês não namoravam.

Ele mesmo chegou para mim e falou, eu quero sim, eu quero ter um relacionamento com ela, eu quero tentar. Eu falei que a porta tá aberta para vocês três, então a gente onde tem quatro cabem mais dois, não tem problema. Aí a gente tá cuidando dela, eu fico muito assim de olho porque eu sei que eu não tenho muito o que fazer né, a minha preocupação maior é ela resolver a questão, terminar as questões dela né e aí seguir a vida e ele dar força.

Eu tive uma criação assim, eu jamais iria abandonar ela, discriminar ela, por causa disso. O que eu fiz foi pegar meu filho pela orelha e falar agora você cuida. Agora vamos cuidar dela, para neném sim, mas dela também. Se for para pegar ela para cuidar, a gente vai cuidar das duas, e tamo ai né.

Discriminação por parte da nossa família não, jamais, e se tiver eu vou para cima. Porque eu também não vou deixar, agora o que a gente quer é amar, acolher e cuidar, os dois anos dando certo, amém, graças à Deus e vamos lá. Pra mim foi tudo tranquilo porque eu conheci muitos amigos que foram presos, eu fui visitar um amigo na cadeia. Eu sei o que é isso, eu passei por essa situação, foi por amor né, até a minha mãe sabe disso.

O meu ex-marido foi preso por causa da pensão de outro filho e eu tive que ir levar meus filhos lá, porque os meus filhos sofreram muito, foram três meses que eu sofri porque eu vi ele sofrendo. Porque ele foi preso por causa de outra criança, de outro relacionamento, então eu sei mais ou menos o que é isso, por conhecer até gente da nossa comunidade que viveu isso, muitas mães, muitas amigas foram presas e hoje tem uma vida diferente e alguns que hoje já morreram. Enfim, a gente já viveu muito dessa história, então eu jamais deixaria ela, nunca, ainda mais carregando uma neta minha.

Eu tive muita estrutura, por causa da minha mãe, essa estrutura familiar da minha mãe, do meu pai, da minha vó, meu vô. Pra mim foi tranquilo, tudo o que eu aprendi, tudo o que eu sou é o que a minha mãe me mostrou e me ensinou até hoje. A gente sempre foi assim, a única coisa que eu não aceitaria é se fosse trazer algum perigo pros meus filhos, pra minha família. Mas, eu só vi nela uma pessoa que precisava ser entendida, ser acolhida, ela sempre foi super sincera, verdadeira de falar mesmo. Ela nunca ficou de conversinha, de esconder nada, então acho que não tem o porquê.

Pra mim foi super tranquilo, eu não conheço ainda toda a família dela, mas estamos ainda no processo de se conhecer, mas a única coisa que eu não quero é ver ela sofrendo, porque eu sei que ela já passou esse sofrimento lá. Se a família acolher beleza, ótimo, melhor ainda, se não, eu sei que nós lá em casa vamos acolher ou melhor já acolhemos, eu já falei até que não quero que vá embora.

Porque como ela mora só com o pai e nesse período né, o pai trabalha direto, aí eu falei pra ela ficar lá em casa, porque lá sempre tem mais gente, tem mais gente pra poder ajudar. E tamo aí cuidando dela.

Eu achei super legal esse projeto de vocês, eu tenho uma amiga, ela trabalha numa casa de repouso, ela é cuidadora agora, ela também foi presa, que ela e o marido dela faziam as coisas deles lá né. Ela saiu da cadeia e decidiu mudar, ela conseguiu um emprego e ele continua na mesma vida, ele continua na mesma vida só que ela abandonou a vida dessas coisas aí e trabalha normalmente.

Só que ela sofre né, porque ela vê ele fazendo e não quer ficar por perto, mas eles continuaram casados. É uma loucura né.

Assistente social: A senhora, avó e vendo toda essa situação e encontrando toda essa liderança dentro da comunidade, como que a senhora vê essa questão da visita, essa questão da pessoa indo, vai no desespero não tem transporte direito, faz vaquinha. Em cidades que a gente foi, o pessoal juntou o dinheiro para pagar o ônibus para ir lá. Como que tá funcionando isso? Nesse seu olhar de comunidade.

Líder comunitário: É uma realidade cruel né, eu vejo que as mães, na comunidade eu conheço várias né, que passam por muitas dificuldades pra passar a semana aí chega o final de semana tem que ir lá, com a sacola que tem que levar, porque ela não pode levar só o filho, tem que levar para compartilhar, o filho tem que ter para compartilhar com o próximo, um cigarro, um doce.

Muitas vezes elas passam dificuldade para poder levar pros filhos né, é uma realidade muito cruel. Além disso, tem a revista que realmente, eu não posso nem falar muita coisa, porque a revolta que eu fiquei. Eu não fui como visitante, eu fui como gestora, na época como levar cursos pra dentro do presídio, aquelas grades batendo nas minhas costas, nossa aquilo é um horror, me deixou tensa. Pra mim entrar lá mesmo como gestora já foi absurdo fazer essa revista, e eu fiquei tão envergonhada, fiquei tão constrangida, mas, tive que fazer. Eu fiquei imaginando como essas mulheres sofrem, é agacha aqui, agacha ali, tira isso, o scanner ainda é a melhor realidade. E é mais as mulheres que compartilham isso, os pais não são muito ligados, mas as mulheres não abandonam os seus filhos não.

Assistente social: O trato que as agentes têm com o pessoal que vai visitar, como que é isso?

Líder comunitário: Muito seca, elas não são muito de diálogo, elas são tudo grossa. Todo mundo que tá ali é parente de bandido, então é bandido pra elas, você é tratada como bandido. Mesmo eu indo como servidora pública, indo levar os cursos lá, na época eu fui como gestora do “PAT⁴²”, fui levar os cursos pra lá, exclusivos pro presídio. Fui junto com professores e todo mundo igual na revista, foi muito cruel, eu não gostei não, a gente tá trazendo o bem, trazendo o Estado lá pra dentro. Só que o advogado não passa por isso, o que a gente vê é que isso não é justo.

Eu vejo que as mães da comunidade sofrem muito, reclamam muito mas não deixam de ir. Pega dinheiro emprestado, faz a comidinha, faz as coisas, deixa a vida de lado mas não deixa de ir.

Pesquisador: Durante a sua fala, você retratou duas realidades completamente diferentes, uma na de Campinas e outra na de Rio Claro. Se você pudesse montar um presídio, o que você colocaria lá dentro? O que você sentiu falta durante seu tempo de pena? Ou qual elemento você tiraria? O que você mudaria nessa sua experiência de estar presa?

Entrevistado 4: Na verdade eu colocaria o sistema de um centro de ressocialização dentro das penitenciárias. A oportunidade de trabalho, porque na verdade o objetivo maior segundo as leis do Brasil, é colocar uma pessoa em reclusão e ressocializar ela, então como você vai ressocializar trancando ela dentro de uma cela, não oferecendo oportunidade de estudo? Eu colocaria o sistema de um centro de ressocialização dentro das penitenciárias e permitiria mais o acesso à família, porque o acesso à família é muito limitado, uma pessoa não se ressocializa sozinha, é muito difícil.

Então assim, algumas coisas que faltam no presídio, no centro de ressocialização eu colocaria assim, é como eu posso dizer, as pessoas mas com mais humanidade. Porque assim, a gente tem mais oportunidade, mas é mais destrutado do que dentro de uma penitenciária, porque na penitenciária a gente não tem muito contato com agente, com diretor. Já no centro de ressocialização o contato é praticamente direto e assim é muita discriminação, porque

⁴² Posto de Amparo ao Trabalhador

geralmente são agente de centro de ressocialização que tá há muito tempo no cargo e como elas se acham superior de verdade e tratam e humilham a gente como se a gente fosse um nada.

Mesmo estando ali para ressocializar, é gritaria o tempo todo, é grito na hora de tomar banho, é grito na hora de dormir. Por exemplo: no sábado a gente é obrigado a dormir às 10 horas da noite, se ela ouvir um “piu” ela já começa a gritar com a gente que não pode. Então assim, dentro de um centro de ressocialização eu colocaria mais humanidade, mas assim no cuidar e dentro da penitenciária mais o sistema de oportunidades mesmo, é o que falta muito.

Capítulo 4: Por um projeto libertário – pistas e agendas para contribuir com o tema e conclusões

Dotados de entendimento sobre as origens dos sistemas de punição no mundo e das características do funcionamento dele no Brasil e no estado, se partiu para o desenvolvimento das atividades de campo.

Como explicado anteriormente a quantidade de entrevistas realizadas não foi o que se esperava inicialmente e nem ao menos foi possível alcançar o ponto de saturação, como é apontado por Marre (1991) "Não basta um número de indivíduos, é preciso que este número expresse de maneira diversa, mas inter-relacionada, trajetória socioeconômica do grupo social pesquisado".

Dessa forma a saturação é o indicativo de esgotamento da amostra, ou seja, a amostra já forneceu todas as informações relevantes para a pesquisa "a partir de um certo número de entrevistas coletadas, as posteriores não acrescentam mais nada ao que as outras expressaram" (MARRE, 1991)

Mediante o contexto que passamos em 2020 a realização da coleta foi prejudicada, mas não foi impossibilitada, mesmo com um número inferior ao esperado foi possível o desenvolvimento de entrevistas bastante significativas, os entrevistados fizeram falas bastante longas e detalhadas.

E como Alberti aponta a importância de manter o pensamento hermenêutico durante todo o processo de pesquisa e isso,

consiste em valorizar o movimento e colocar-se no lugar do outro para compreendê-lo e em acreditar que as coisas, o passado, os sonhos, os textos, por exemplo, têm sentido latente, ou profundo a que se chega pela interpretação. (ALBERTI, 2007, p. 2)

O desenvolvimento da parceria com o Projeto Livres trouxe um resultado significativo, a entrevista que foi realizada com a equipe propiciou diversas percepções, além de trazer a realidade de alguém que havia acabado de sair do sistema prisional. Contar com o apoio de toda a equipe do CRAS Novo Ângulo e sua infraestrutura nos deu resultados inesperados.

4.1 Interpretações e percepções

A primeira entrevista realizada teve a participação de um ex-interno e de início já fez com que diversos pontos emergissem. Logo de cara, tivemos a criação de todo o panorama do objeto de pesquisa.

Foi possível fazer a montagem do cenário que o interno vivencia, onde ele relatou o processo de chegada pela primeira vez em uma unidade. Todo esse sentimento de estranhamento por estar em um lugar tão estereotipado.

Apresentou todo o processo de construção de poder que existe dentro da unidade, inclusive da importância que as facções exercem dentro daquele ambiente. As facções estabelecem um poder de organização e gestão, independente do que é proposto pelo estado. Essa estrutura de poder é reconhecida por todos ali dentro e inclusive possui grande relevância para a garantia de direitos e estrutura para os internos e seus familiares.

Como afirmado pelos outros entrevistados as organizações possuem grande importância inclusive do lado de fora das unidades, as filas são organizadas por pessoas indicadas pelas facções. Isso serve para melhorar a experiência dos visitantes e garantir que as suas famílias não sofram abusos.

Ao observar o grande volume prisional um problema é iminente. Como o Estado vai conseguir atender esse grande número de pessoas? Ainda mais quando com o crescimento da demanda prisional, o qual possui um ritmo impossível de ser acompanhado.

A relação espacial também foi expressa pelos entrevistados, eles colocaram a dinâmica das transferências entre as unidades como algo bastante corriqueiro. Essas mudanças fazem com que a dinâmica territorial para as visitas seja muito intensa.

Já observamos anteriormente a espacialização das unidades do estado (vide mapa 3) e essa dinâmica fez surgir um questionamento: Existe alguma correlação entre as unidades?

Tal dinâmica faz com que os internos e seus visitantes passem a ser errantes pelo território. Errantes aqui usaremos a definição do dicionário que coloca: “1. Que erra, que anda ao acaso; errabundo, erradio, vagabundo. 2. Que não tem residência fixa; nômade” (MICHAELIS, 2021). Os internos se enquadram pelo fato de não terem residência fixa, podendo ser transferidos a qualquer momento e seus familiares terão que enfrentar tal mudança.

Além disso, a definição de errantes surge no que Jacques (2012) aponta como aqueles que realmente vivenciam o território.

Para o errante, são sobretudo as vivências e ações que contam, as apropriações com seus desvios e atalhos, e estas não

precisam necessariamente ser vistas, mas sim experimentadas, com todos os outros sentidos corporais. A cidade é lida pelo corpo e o corpo escreve o que poderíamos chamar de uma “corpografia”. A corpografia seria a memória urbana no corpo, o registro de sua experiência da cidade” (JACQUES, 2006, p. 119).

A errância como conceito de vivência é composta por três propriedades: de perder-se, da lentidão e da corporeidade. Sendo assim, eles buscam “uma certa orientação (principalmente através do excesso de informação), rapidez (ou aceleração) e, sobretudo, uma redução da experiência e presença física (através das novas tecnologias de comunicação e transporte)” (JACQUES, 2006).

Essas concepções da errância em seu sentido literal e do que Jacques apresenta se complementam com o que Santos (1998) e Ribeiro (2005) discutem. Eles colocam esses agentes como os reais produtores e viventes do território.

Ainda complementando as discussões apontadas pelos autores acima, é apontado por eles que os enquadrados nessa categoria não possuem voz junto ao Estado e por isso são ainda mais negligenciados.

Outro ponto apontado pelos entrevistados é a importância que os ambulantes e comerciantes possuem no entorno das unidades. Tanto pela praticidade que isso traz para os visitantes como também por facilitar o acesso a itens que são adequados para entrarem durante as visitas.

O circuito inferior sólido e especializado assegura que os dias de visita sejam mais cômodos, garantindo alimentos para se aguardar na fila ou até mesmo a adequação das vestimentas.

Todas as características dos dias de visita podem ser analisadas nas figuras a seguir:

Figura 2: Movimentação do dia de visita



Fonte: Otávio Augusto Frederico

Figura 3: Aguardando abertura dos portões



Fonte: Otávio Augusto Frederico

Figura 4: Ambulantes



Fonte: Otávio Augusto Frederico

Figura 5: Produtos



Fonte: Otávio Augusto Frederico

Figura 6: Pousadas



Fonte: Otávio Augusto Frederico

Ao observarmos todas essas características e tendo em mente essa errância dos internos, dos visitantes e as discussões das entrevistas foi percebido que seria fundamental encarar o tema em uma escala maior. É impossível analisarmos a realidade local sem levar em consideração o aspecto estadual. Assim, intrigado com o resultado do mapa 3 que apontava como as unidades do estado estão interligadas pelo sistema rodoviário, decidiu-se realizar o seguinte teste: Esses municípios se relacionam de forma direta?

Com auxílio de um *software* de geoprocessamento foi realizada a produção de um raio de cinco quilômetros em torno de todas as unidades do estado. Esse processo foi realizado com a utilização da ferramenta *buffer* e o resultado pode ser observado no mapa 8.

Isso nos fez perceber o quão próxima as unidades se encontram, logo a errância entre as unidades não era algo impensado pelo Estado, na verdade se trata de uma estratégia de governo.

A partir disso começou a busca pelo ponto que traria o encontro das unidades, qual seria a distância que os raios entre as unidades começaram a se juntar? Com base na tentativa e erro o resultado obtido foi o mapa 9, que aponta

que uma extrapolação de apenas quinze quilômetros já é suficiente para agrupar grande parte das unidades.

Após isso houve a criação do mapa 10, que apresenta 4 buffers. Composto pela extrapolação de dez, quinze, vinte e cinco e trinta quilômetros se percebe o quanto as unidades estão interligadas.

Esse mapa foi responsável por demonstrar a interrelação entre as unidades e a formação do que Santos (1996) denomina de “sistemas de engenharia”.

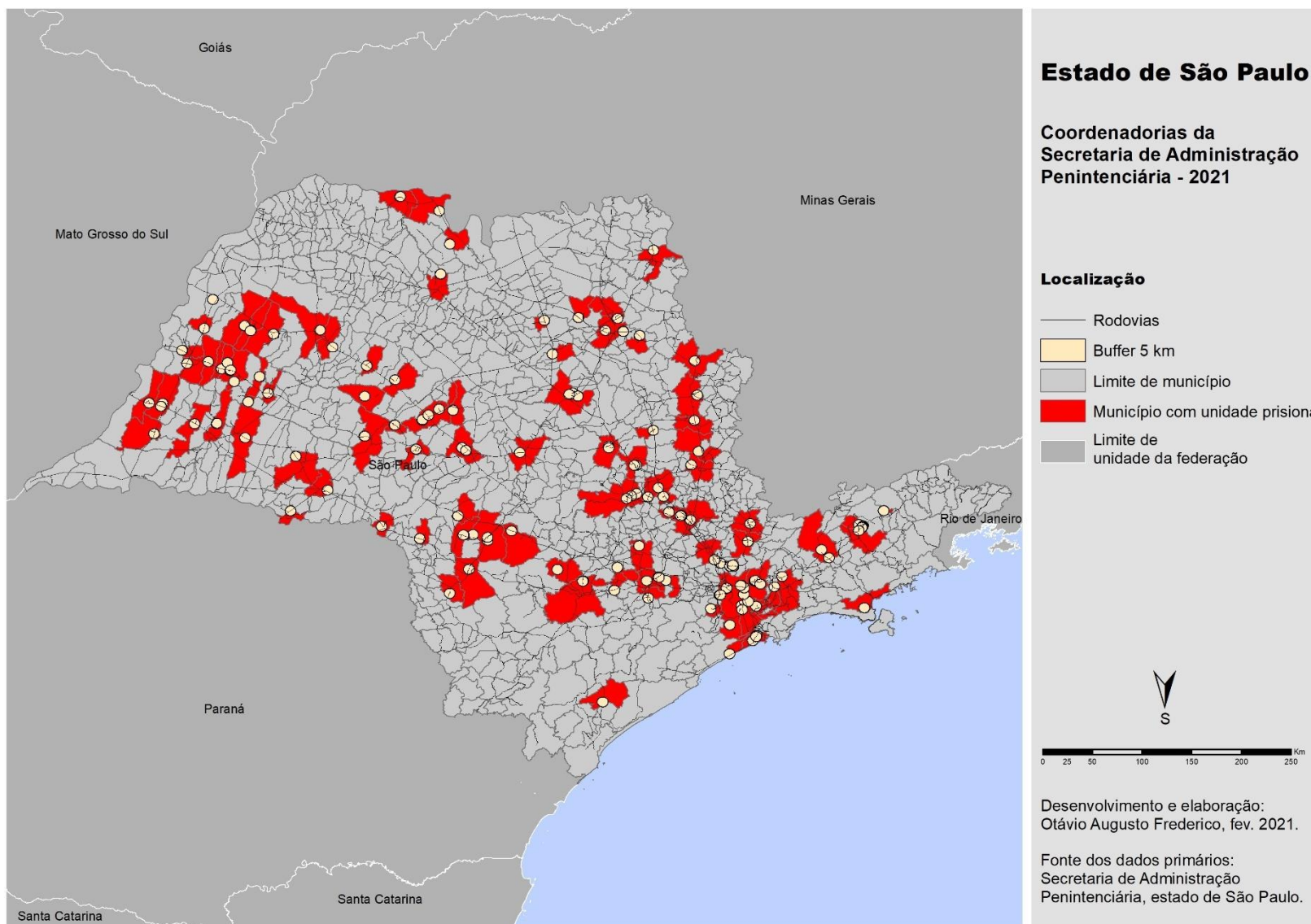
O autor aponta que a configuração espacial se dá através de objetos naturais e objetos artificiais, porém, o artificial em muitos casos se torna natural. Dessa forma temos que as unidades prisionais são tão comuns no território que acabam por se naturalizar dentro deste e acabam incorporadas na natureza.

A paisagem se desenvolve a partir do nosso contato com ela, acontece a partir das experiências que temos “A paisagem é nosso horizonte estejamos onde estivermos” (SANTOS, 1996).

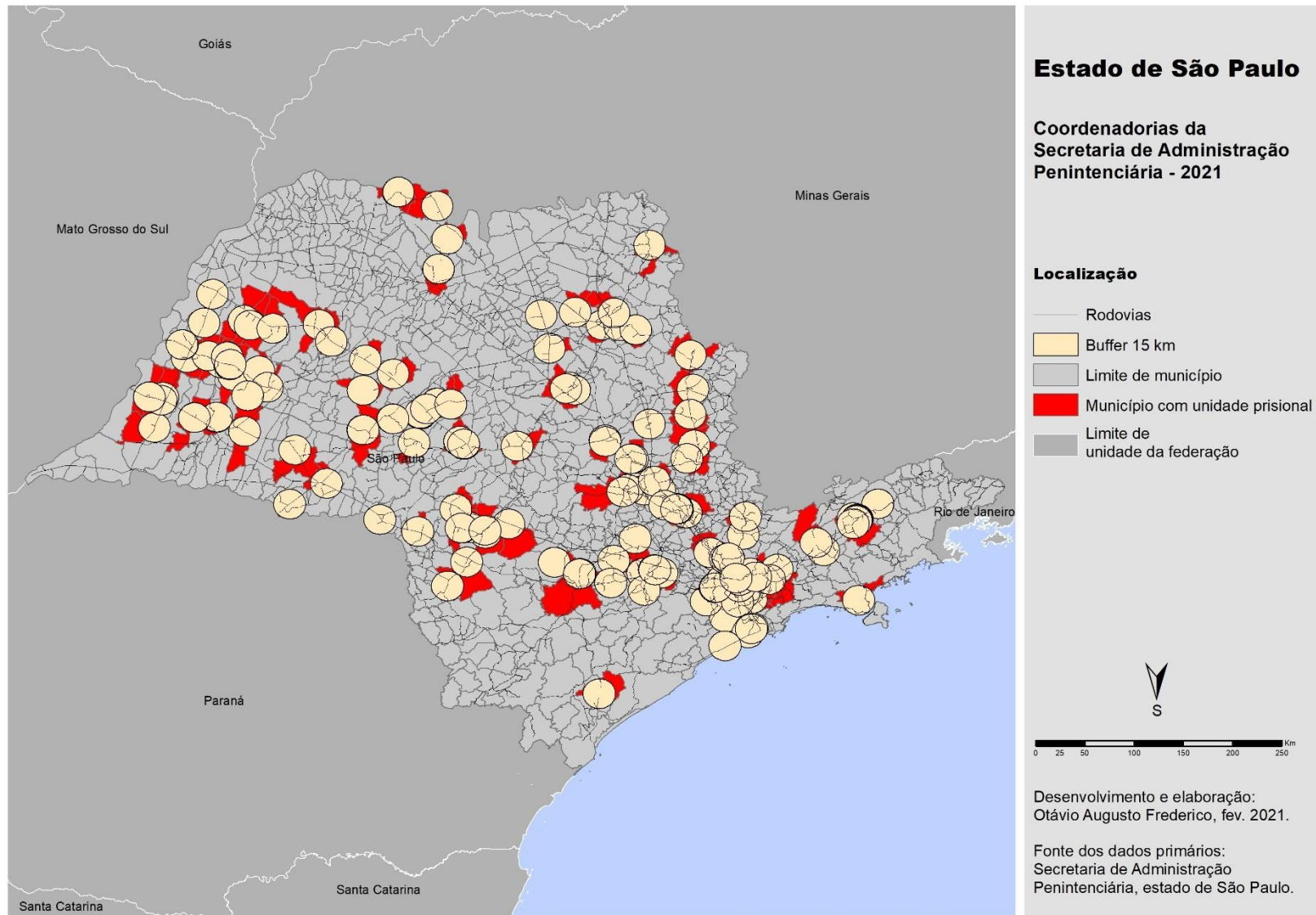
O autor aponta também que as configurações espaciais são sempre um sistema, visto que não existem dependências entre as partes que o integram. Os espaços são resultado da junção entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade. E a partir disso temos o surgimento dos fixos e fluxos.

Santos (1996) coloca que esses sistemas contam com a existência de fixos e fluxos. Onde os fixos são os próprios instrumentos de trabalho, as forças produtivas e os fluxos são a circulação e por conta disso nos dão a explicação sobre os fenômenos da distribuição e consumo.

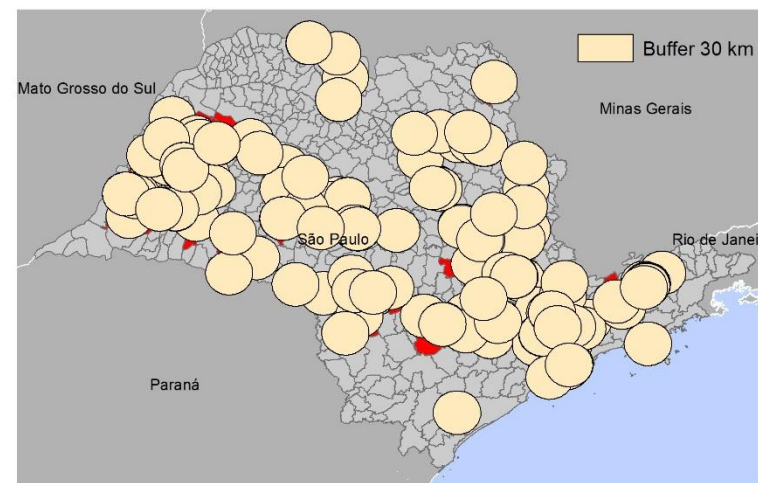
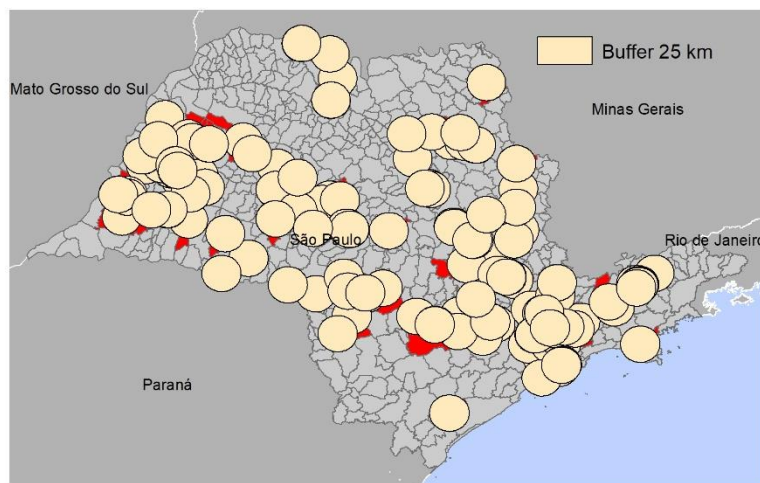
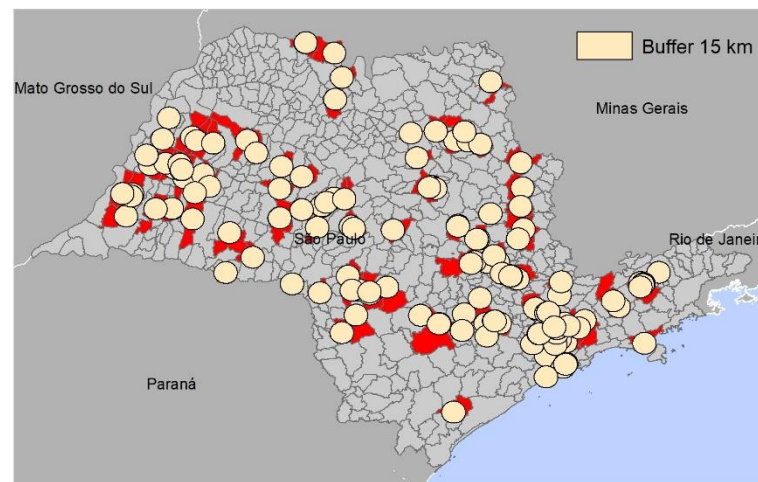
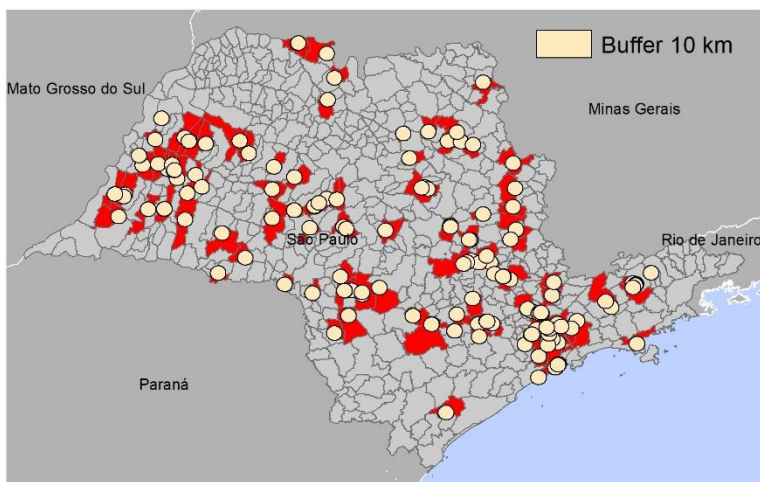
Mapa 8: Extrapolação das áreas em 5 quilômetros



Mapa 9: Extrapolação das áreas em 15 quilômetros

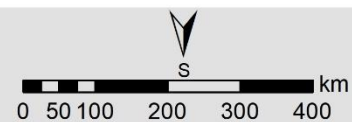


Mapa 10: Mosaico de buffers



Estado de São Paulo

Extrapolção das unidades prisionais - 2021



Desenvolvimento e elaboração:
Otávio Augusto Frederico, fev. 2021.
Fonte dos dados primários:
Secretaria de Administração
Penitenciária, estado de São Paulo.

Podemos definir os fixos como um objeto geográfico, técnico/social que criam massas e impõem a existência de movimento. Os fluxos acontecem e são responsáveis pela formação dos sistemas de engenharia. Esses sistemas são resultado desse acúmulo de fixos e em decorrência dos fluxos tiveram uma especialização muito grande do território e essa especificidade é tão grande que aqueles não adaptados são obrigados a abandonarem o local.

Dessa forma podemos definir que o sistema prisional se trata de um sistema de engenharia, construído com base no sistema rodoviário é responsável por promover um funcionamento especializado em seu entorno. Onde os fixos são as unidades prisionais e os fluxos o sistema de transporte.

Observando as relações e a distribuição penal do sistema prisional brasileiro foi fundamental invocar e compreender a localização das unidades prisionais federais, visto que em uma série de casos elas agem de forma conjunta às estaduais.

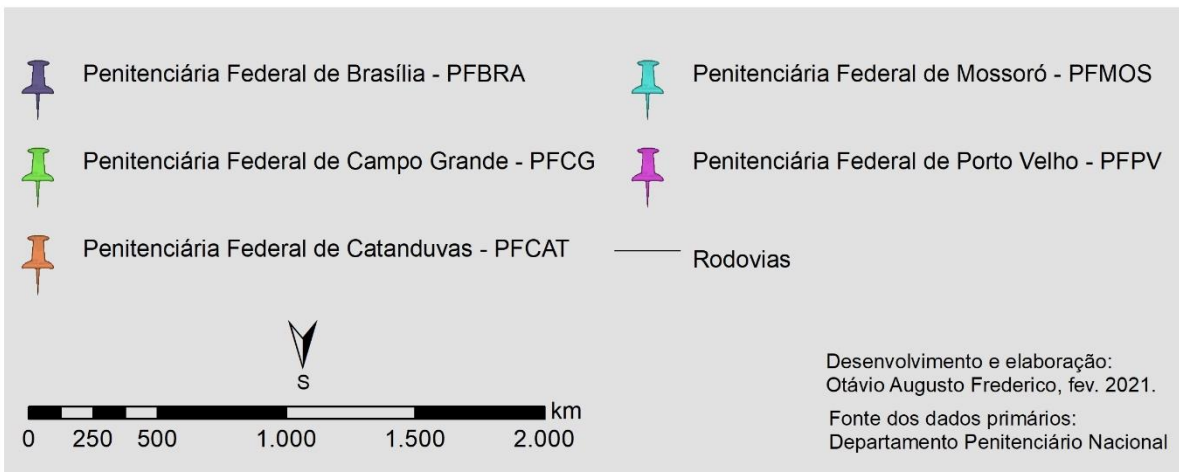
O sistema penitenciário federal foi anunciado em 2003, e teve a sua primeira unidade inaugurada em 2006 em Catanduvas /PR. As unidades federais foram construídas para abrigarem presos que sejam considerados de alta periculosidade. Todas as unidades são de segurança máxima e operam no regime de total confinamento por 24 horas diárias, sendo 2 horas destinadas ao banho de sol, conforme previsto na Lei de Execução Penal (artigo 52, inciso IV).

O sistema conta atualmente com 668 apenas distribuídos em cinco unidades:

- Penitenciária Federal de Brasília - PFBRA
- Penitenciária Federal de Campo Grande - PFCG
- Penitenciária Federal de Catanduvas - PFCAT
- Penitenciária Federal de Mossoró - PFMOS
- Penitenciária Federal de Porto Velho – PFPV

Ao especializar essas unidades o resultado obtido foi exatamente o mesmo que o encontrado em São Paulo, as penitenciárias federais também se encontram instaladas junto ao sistema rodoviário (vide mapa 11). O sistema de engenharia penal.

Mapa 11: Penitenciárias federais



4.2 Conclusões

Após esses dois anos de pesquisa podemos afirmar a importância que a metodologia teve. Graças à escolha metodológica foi possível trazer a percepção dos reais habitantes do espaço, além de evocar as experiências práticas e características do sistema prisional, as quais não seriam atingidas apenas com atividades de observação.

Ter o contato direto com essa parcela da população marginalizada, tanto no sentido de ocupar as regiões periféricas da malha urbana, como no sentido de viverem excluídos pelo Estado. Essa vivência foi responsável inclusive pela construção do título “Ouve-se e escreve-se histórias: o lugar e o contexto dos errantes do Complexo Penitenciário Campinas-Hortolândia/SP”.

Claramente se pode observar que a estrutura do sistema prisional evoluiu muito pouco ao longo da história. É óbvio que tivemos grandes avanços como a abolição das penas físicas e a institucionalização dos sistemas de punição, fatores que deixaram mais claro os critérios da pena e a violência deixou de ser uma ferramenta justificável para punição e até mesmo como prevenção criminal.

Por outro lado, é nítido que todo esse sistema se pauta como uma forma de vingança social, pois uma vez que a autotutela é proibida, o Estado assume a responsabilidade de retaliação dos crimes, isolando o criminoso para que ele possa refletir sobre os seus atos, alheio a influências externas. Através da prisão, o infrator é privado da sua liberdade, deixando de ser um “risco” para a sociedade.

Temos a compreensão que o ser humano é em sua essência um ser coletivo, onde a sua construção social se dá a partir do convívio e como reaprender algo isolando alguém dessa condição?

Como exemplo, imagine um lugar onde o Estado decretou que mais de 700 mil pessoas vão ser proibidas de circular e que vão viver confinadas em condomínios de punição. Dentro desse espaço os indivíduos só terão acesso ao mínimo possível, sejam nas condições de saúde, alimentação e até mesmo a localização desse local será definido pelo Estado.

Imaginar esse cenário dentro de um regime democrático é bastante impensável, visto que o ideal da democracia é de que o Estado seja construído para e por todos.

Essa privação de direitos básicos para uma parcela tão grande da população é inadmissível, ainda mais quando vemos que o encarceramento não é entendido como exceção, ele acontece de forma massiva e pelo padrão que observamos acima é muito claro contra quem ela age.

Temos a criação de um perfil do apenado, perfil que é muito bem definido e se repete no país como um todo. É composto pelo homem, jovem, pardo e condenado por tráfico de drogas. Mais de 50% da população carcerária se enquadra nessas condições. E qual a resposta para esse problema que é bastante pontual? Prender mais.

A constituição de um estado carcerário transforma esse espaço que deveria ser de reabilitação em um problema. As unidades prisionais foram criadas para que os problemas penais fossem resolvidos, porém acabaram criando um problema ainda maior.

As práticas de gestão impedem que haja uma visão completa sobre toda a realidade e por isso sequer buscam alguma solução possível para esse quadro, o que se busca na verdade é aumentar esse número.

Se criou o ideal de que o encarceramento massivo é uma resposta para a segurança pública. Caso isso fosse realmente efetivo, qual seria a justificativa para o índice crescente do volume prisional?

Como foi muito bem apontado durante as entrevistas, a população que vivencia esses espaços sequer recebe algum auxílio ou amparo. Mesmo que pela constituição federal essas pessoas apenadas estejam sob tutela do estado ele não chega para elas.

É sabido também que não existe vacância de poder, onde o Estado opta por não agir, alguém vai ocupar esse espaço. Como apontado pelo entrevistado 2, dentro da experiência dele, havia a composição de alguns poderes muito bem definidos: (i) grupos religiosos; (ii) popular; (iii) facções. As igrejas entram nesse espaço com intuito de trazer esse conforto através da fé e requerer um pouco desse papel de penitência e de transformar esse sofrimento temporário em algo engrandecedor espiritualmente. Os outros dois poderes se desenvolvem no intuito de garantir o bem-estar coletivo e suprir o Estado.

É sabido por todos a importância que esse poder paralelo cria em todo o sistema carcerário nacional e inclusive na segurança pública. Como foi relatado por

todos os entrevistados essa prática de poder se materializa desde a ajuda para organização das filas, distribuição de alimentos durante os dias de visita e até mesmo no acesso de bens de higiene dentro das unidades.

Como sair do sistema ressocializado? Vimos durante as coletas das entrevistas que a quantidade de oportunidades dentro das unidades não é muito grande e em muitos casos até mesmo o contato com a família é bastante difícil.

Enquanto continuarmos a reproduzir as mesmas práticas vai ser impossível a colheita de resultados diferentes. Se a população que está apenada e seus familiares não forem ouvidos a revolta dos que saem do sistema nunca vai mudar.

Por fim, com a existência de um sistema de engenharias, onde as unidades prisionais fazem parte traz à tona um novo problema, o qual tende a começar se desenvolver em um futuro bem próximo. Com a existência de uma massa ociosa tão grande o regime do capital deve assumir o controle e as unidades prisionais se transformam em algo lucrativo, esse cenário já acontece nos Estados Unidos, onde as unidades já foram privatizadas. Assim, quanto mais gente presa maior é o lucro das empresas que geram esses espaços.

Qual o caminho escolhido pelo Brasil? Repensar o sistema de punição e transformar o cumprimento de pena em exceção ou prender cada vez mais e tornar o preso em produto?

5. Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. Tradução: Alfredo Bosi, 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1990.

_____. Manual da história oral. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 2013.

ARISTÓTELES. Tópicos. Os Pensadores. São Paulo. Abril Cultural. 1973.

ASSMANN, Aleida. Ricordare: forme e mutamenti della memoria culturale. Bologna: Il Mulino, 2007, p. 115

BARBIÉRI, Luiz Felipe. CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não têm condenação. G1. Brasília. 17 jul. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml>. Acesso em: 25 set. 2020.

BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 11ªed. São Paulo: Hemus, 1998

BITENCOURT, César Roberto. Falência da pena de prisão: Causas e alternativas. São Paulo: Saraiva. 2001.

BOURDIEU, Pierre. Science of science and reflexivity. London: Polity Press, 2004.

BRASIL. Ministério da Justiça. Diretrizes básicas para arquitetura penal. Brasília. 2011.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 24ª ed. Rio de Janeiro: LUMEN JURIS, 2002.

CIPRIANI, Mario Luis Lirio. Das penas: Suas teorias e funções no moderno direito penal. Porto Alegre: Ulbra. 2005.

DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? Tradução: Marina Vargas, 2. ed. Rio de Janeiro, Difel, 2019.

D'ELIA, Fábio Suardi; SANTIS, Bruno Moraes Di Santis; ENGBRUCH, Werner. A evolução histórica do sistema prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo. Revista Liberdades, n. 11, 2012, p. 143.

DA SILVA, José de Ribamar. Prisão: ressocializar para não reincidir. Monografia (Especialização Modalidade de Tratamento Penal em Gestão Prisional) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 60. 2003.

DOTTI, René Ariel. Bases alternativas para o sistema de penas. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1998.

ERRANTE In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=prisao>. Acesso em: 05 jan. 2021.

FOUCAULT, Michael. Vigiar e punir: História da violência nas prisões (R. Ramallete, Trad.). Petrópolis: Vozes. 1998.

GILLIS, John R. "Memory and identity: the history of a relationship", in John R. Gillis (ed.), Commemorations: the politics of national identity, New Jersey, Princeton University Press. 1994.

GONDAR, Jô & DODEBEI, Vera (orgs.). O que é memória social? Rio de Janeiro: Contra-capa, 2005, p. 17.

JACQUES, Paola. Elogio aos Errantes. Salvador. Editora UFBA, 2012

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004, p. 58.

MARINI, W. Superlotação de presídios preocupa muito. Jornal Cidade de Bauru, Bauru, 10 abr. 2011.

MARQUES, Oswaldo Henrique Duek. Fundamentos da pena. 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARRE, Jacques Leon. História de vida e método biográfico. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, UFRGS, v. 3, n. 3, p. 89-141, 1991.

MELOSSI, Dario. PAVARINI, Massimo. Cárcere e fábrica: As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Revan/ICC. 2006.

PIERANGELI, José Henrique. Processo penal: Evolução histórica e fontes legislativas. São Paulo: IOB Thomson. 2004.

PLATÃO. As Leis. São Paulo: Edipro, 1999.

PRISÃO. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=prisao>. Acesso em: 29 nov. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. Cadernos IPPUR. v. 15, n. 2 e Ano XVI, N.1, 2001-02.

_____. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A; BRANDÃO, J. A; ARRUZZO, R. C; RIBEIRO, A. C. T. Formas em crise: utopias necessárias. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005. p.93-111.

SALLA, Fernando. As prisões em São Paulo: 1822-1940. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. [S.l: s.n.], 1996.

_____. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 1979.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo, Nobel, 1987.

_____. Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico-informacional. 4. ed., São Paulo, SP. Hucitec. 1998. 190 p.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ. Record, 2011.

SÃO PAULO. Observatório de Segurança. Breve histórico sobre as prisões em São Paulo. Disponível em: <www.observatoriodeseguranca.org/dados/penitenciario>. Acesso em: 1 ago. 2020.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA. História SAP. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2020

_____. Unidades prisionais. Disponível em: <http://www.sap.sp.gov.br/uni-prisionais-reg/crc.html#>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. & GRIPPA, Giulia. Limites e Contribuições da História Oral: a memória e a história nas interseções entre o individual e o coletivo. In: Revista de História [23]; João Pessoa, jul-dez. 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum23_dos06_souza-crippa.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2021.

WORLD PRISON BRIEF. World Prison Brief data. Disponível em: <https://www.prisonstudies.org/country/brazil>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. A filosofia do sistema penitenciário (J. O. Fagherazzi, Trad.). Buenos Aires: Cuadernos de La Cárcel. 1991.

ZOMIGHANI JUNIOR, James Humberto. Território ativo e esquizofrênico: prisão e pena privada de liberdade no estado de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

6. Apêndice

6.1 Lista de unidades prisionais do estado

MUNICÍPIO	TIPO DE UNIDADE	GÊNERO	CAPA CIDADE	POPU LAÇÃO	ANEXO	CAPA CIDADE	POPU LAÇÃO
Aguai - CDP	Centro de Detenção Provisória	Masculino	823				
Álvaro de Carvalho	Penitenciária	Masculino	873	1581	Ala de Progressão Penitenciária	222	173
Álvaro de Carvalho	Centro de Detenção Provisória	Masculino	821	435			
Americana	Centro de Detenção Provisória	Masculino	640	811			
Andradina	Penitenciária	Masculino	1297	1711			
Araçatuba	Centro de Ressocialização	Masculino	142	121	Anexo de regime semiaberto	72	109
Araraquara	Penitenciária	Masculino	1061	1454	Anexo de Detenção Provisória	496	568
Araraquara	Centro de Ressocialização	Masculino	146	52	Anexo de regime semiaberto	70	102
Araraquara - Feminino	Centro de Ressocialização	Feminino	64	55	Anexo de regime semiaberto	32	34
Assis	Penitenciária	Masculino	829	876	Anexo de Detenção Provisória	288	251
Atibaia	Centro de Ressocialização	Masculino	204	179			
Avanhandava	Penitenciária	Masculino	844	1117			
Avaré - I	Penitenciária	Masculino	844	537			
Avaré - II	Penitenciária	Masculino	918	712			
Avaré	Centro de Ressocialização	Masculino	179	114	Anexo de regime semiaberto	35	87
Bauru	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	1094			
Bauru - I	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1710	2490			
Bauru - II	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1706	2478			

Bauru - III	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1124	419			
Balbinos - I	Penitenciária	Masculino	844	1049			
Balbinos - II	Penitenciária	Masculino	844	1435			
Bernardino de Campos	Penitenciária	Masculino	847	1340			
Birigui	Centro de Ressocialização	Masculino	214	150			
Bragança Paulista	Centro de Ressocialização	Masculino	187	141	Anexo de regime semiaberto	72	89
Caiuá	Penitenciária	Masculino	823	933			
Caiuá	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	415			
Campinas	Penitenciária	Feminina	556	343			
Campinas	Centro de Detenção Provisória	Masculino	822	1336			
Campinas	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	2058	2289			
Capela do Alto	Penitenciária	Masculino	847	1690			
Capela do Alto	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	1474			
Caraguatatuba	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	1292			
Casa Branca	Penitenciária	Masculino	926	1809			
Cerqueira César	Penitenciária	Masculino	847	1573			
Cerqueira César	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	1063			
Diadema	Centro de Detenção Provisória	Masculino	613	1342			
Dracena	Penitenciária	Masculino	844	1259			
Flórida Paulista	Penitenciária	Masculino	844	1742			
Florínea	Penitenciária	Masculino	847	1595			
Franca	Penitenciária	Masculino	847	1657			

Franco da Rocha	Centro de Detenção Provisória	Feminino	1008	841			
Franco da Rocha - I	Penitenciária	Masculino	914	1736	Ala de Progressão Penitenciária	108	272
Franco da Rocha - II	Penitenciária	Masculino	921	1785			
Franco da Rocha - III	Penitenciária	Masculino	1018	1554			
Franco da Rocha	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1738	2319			
Franco da Rocha - HCTP 1	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Masculino	400	395	Ala Desinternação Masculina	112	104
Franco da Rocha - HCTP 1	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Feminino	80	73			
Franco da Rocha - HCTP 2	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	Feminino	222	15	Ala Desinternação Masculina	188	186
Gália - I e II	Centro de Detenção Provisória	Masculino	823				
Getulina	Penitenciária	Masculino	857	1583			
Guareí - I	Penitenciária	Masculino	844	1725			
Guareí - II	Penitenciária	Masculino	844	1947			
Guariba - Feminina	Penitenciária	Feminino	744	609	Ala de Progressão Penitenciária	108	132
Guarulhos - I	Penitenciária	Masculino	881	1815	Anexo de regime semiaberto	254	432
Guarulhos - II	Penitenciária	Masculino	1268	2149			
Guarulhos - I	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	1552			
Guarulhos - II	Centro de Detenção Provisória	Masculino	841	1518			
Hortolândia	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	1524			
Hortolândia - II	Penitenciária	Masculino	855	1646			
Hortolândia - III	Penitenciária	Masculino	700	1402			
Hortolândia	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1125	1895			

Iaras	Penitenciária	Masculino	1269	1903	Ala de Progressão Penitenciária	342	638
Icém	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	295			
Iperó	Penitenciária	Masculino	1286	2204	Anexo de Detenção Provisória	344	289
Irapuru	Penitenciária	Masculino	844	1601			
Itaí	Penitenciária	Masculino	1294	1191	Ala de Progressão Penitenciária	324	458
Itapecerica da Serra	Centro de Detenção Provisória	Masculino	845	1386	Ala de Progressão Penitenciária	6	5
Itapetininga - I	Penitenciária	Masculino	839	1239	Ala de Progressão Penitenciária	204	205
Itapetininga - II	Penitenciária	Masculino	834	1062	Ala de Progressão Penitenciária	204	181
Itapetininga	Centro de Ressocialização	Masculino	214	194			
Itatinga	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	870			
Itirapina - I	Penitenciária	Masculino	316	622	Anexo de regime semiaberto	222	265
Itirapina - II	Penitenciária	Masculino	1280	1859	Ala de Progressão Penitenciária	108	261
Jardinópolis	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1080	1796			
Jaú	Centro de Ressocialização	Masculino	179	139	Anexo de regime semiaberto	35	69
Jundiá	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	1011			
Junqueirópolis	Penitenciária	Masculino	873	1795			
Lavínia	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	1073			
Lavínia - I	Penitenciária	Masculino	844	1528			
Lavínia - II	Penitenciária	Masculino	844	1777			
Lavínia - III	Penitenciária	Masculino	844	1815			
Limeira	Centro de Detenção Provisória	Masculino	823	1584			

Limeira	Centro de Ressocialização	Masculino	144	165	Anexo de regime semiaberto	70	85
Lins	Centro de Ressocialização	Masculino	179	127	Anexo de regime semiaberto	35	60
Lucélia	Penitenciária	Masculino	1440	2247	Ala de Progressão Penitenciária	110	306
Mairinque	Penitenciária	Masculino	847	1646			
Marabá Paulista	Penitenciária	Masculino	844	1124			
Marília	Penitenciária	Masculino	622	950	Anexo de regime semiaberto	570	560
Marília	Centro de Ressocialização	Masculino	214	222			
Martinópolis	Penitenciária	Masculino	872	1440			
Mauá	Centro de Detenção Provisória	Masculino	626	1344			
Mirandópolis - I	Penitenciária	Masculino	1244	2113	Anexo de regime semiaberto	516	391
Mirandópolis - II	Penitenciária	Masculino	1247	2051			
Mococa	Centro de Ressocialização	Masculino	214	232			
Mogi das Cruzes	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	1483			
Mogi Guaçu	Penitenciária	Feminino	741	412	Ala de Progressão Penitenciária	108	131
Mogi Mirim	Centro de Ressocialização	Masculino	0	0	Anexo de regime semiaberto	215	222
Mongaguá	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1640	2188			
Nova Independência	Centro de Detenção Provisória	Masculino	823	685			
Osasco - I	Centro de Detenção Provisória	Masculino	833	1502			
Osasco - II	Centro de Detenção Provisória	Masculino	833	1616			
Oswaldo Cruz	Penitenciária	Masculino	844	923			
Ourinhos	Centro de Ressocialização	Masculino	83	78	Anexo de regime semiaberto	40	38
Pacaembu	Penitenciária	Masculino	873	1395			

Pacaembu - I	Centro de Detenção Provisória	Masculino	823	726			
Pacaembu - II	Centro de Detenção Provisória	Masculino	823	723			
Pacaembu	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	686	1598			
Paulo de Faria	Centro de Detenção Provisória	Masculino	823	957			
Paraguaçu Paulista	Penitenciária	Masculino	844	1441			
Piracicaba	Penitenciária	Masculino	847	1722			
Piracicaba	Centro de Detenção Provisória	Masculino	514	1028	Ala de Progressão Penitenciária	60	
Piracicaba - Feminino	Centro de Ressocialização	Feminino	129	55			
Pirajuí - I	Penitenciária	Masculino	550	593			
Pirajuí - II	Penitenciária	Masculino	1310	1613			
Pirajuí	Penitenciária	Feminino	718	588	Ala de Progressão Penitenciária	108	102
Pontal	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	780			
Porto Feliz	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1080	993			
Potim - I	Penitenciária	Masculino	844	1903			
Potim - II	Penitenciária	Masculino	844	1853	Ala de Progressão Penitenciária	204	213
Praia Grande	Centro de Detenção Provisória	Masculino	564	1046			
Pracinha	Penitenciária	Masculino	844	1287			
Presidente Bernardes	Penitenciária	Masculino	1247	1914	Ala de Progressão Penitenciária	204	393

Presidente Bernardes Masculino	Regime Disciplinar Diferenciado	Masculino	145	58			
Presidente Bernardes Feminino	Regime Disciplinar Diferenciado	Feminino	40	4			
Presidente Prudente	Penitenciária	Masculino	696	1059	Anexo de regime semiaberto	247	497
Presidente Prudente	Centro de Ressocialização	Masculino	142	157	Anexo de regime semiaberto	72	87
Presidente Venceslau - I	Penitenciária	Masculino	781	335	Ala de Progressão Penitenciária	112	129
Presidente Venceslau - II	Penitenciária	Masculino	1280	676			
Reginópolis - I	Penitenciária	Masculino	844	1019			
Registro	Penitenciária	Masculino	825	58			
Ribeirão Preto	Penitenciária	Masculino	865	1558	Ala de Progressão Penitenciária	108	252
Ribeirão Preto	Centro de Detenção Provisória	Masculino	586	495			
Ribeirão Preto	Penitenciária	Feminino	303	50	Ala de Progressão Penitenciária	102	32
Rio Claro	Centro de Ressocialização	Masculino	146	24	Anexo de regime semiaberto	70	33
Rio Claro - Feminino	Centro de Ressocialização	Feminino	80	69	Anexo de regime semiaberto	40	42
Riolândia	Penitenciária	Masculino	865	1339			
Riolândia	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	846			
Santa Cruz da Conceição	Centro de Detenção Provisória	Masculino	823				
Santo André	Centro de Detenção Provisória	Masculino	534	1367			
São Bernardo do Campo	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	1453			

São José do Rio Preto	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	881			
São José do Rio Preto	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	1079	1562			
São José do Rio Preto - Feminino	Centro de Ressocialização	Feminino	142	100	Anexo de regime semiaberto	54	57
São José dos Campos	Centro de Detenção Provisória	Masculino	525	941			
São José dos Campos - Feminino	Centro de Ressocialização	Feminino	108	6	Anexo de regime semiaberto	75	51
São Paulo	Centro Hospitalar	Masculino/Feminino					
São Paulo - Chácara Belém - I	Centro de Detenção Provisória	Masculino	853	1295	Ala de Progressão Penitenciária	110	200
São Paulo - Chácara Belém - II	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	1387	Ala de Progressão Penitenciária	110	186
São Paulo - Pinheiros - I	Centro de Detenção Provisória	Masculino	521	1179			
São Paulo - Pinheiros - II	Centro de Detenção Provisória	Masculino	793	1831			
São Paulo - Pinheiros - III	Centro de Detenção Provisória	Masculino	572	1542			
São Paulo - Pinheiros - IV	Centro de Detenção Provisória	Masculino	566	542			
São Paulo - Vila Independência	Centro de Detenção Provisória	Masculino	822	1602			
São Paulo - Feminina da Capital	Penitenciária	Feminino	606	480			
São Paulo - Parelheiros	Penitenciária	Masculino	938	1582			
São Paulo - Feminina SantAna	Penitenciária	Feminino	2696	1895			
São Paulo - Butantan - Feminino	Centro de Progressão Penitenciária	Feminino	1028	871			

São Paulo - São Miguel Paulista Fem.	Centro de Progressão Penitenciária	Feminino	1521	152			
São Vicente	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	1866			
São Vicente	Penitenciária	Feminino	834				
São Vicente - I	Penitenciária	Masculino	1048	1366	Ala de Progressão Penitenciária	209	216
São Vicente - II	Penitenciária	Masculino	862	1367	Ala de Progressão Penitenciária	204	225
Serra Azul	Centro de Detenção Provisória	Masculino	856	976			
Serra Azul - I	Penitenciária	Masculino	853	1482			
Serra Azul - II	Penitenciária	Masculino	856	1761			
Sorocaba	Centro de Detenção Provisória	Masculino	707	1129			
Sorocaba - I	Penitenciária	Masculino	281	531	Anexo de regime semiaberto	291	446
Sorocaba - II	Penitenciária	Masculino	757	1669	Anexo de regime semiaberto	178	296
Sumaré	Centro de Ressocialização	Masculino	0	0	Anexo de regime semiaberto	223	220
Suzano	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	1646			
Taquarituba	Penitenciária	Masculino	847	1377			
Taiúva	Centro de Detenção Provisória	Masculino	847	888			
Taubaté	Centro de Detenção Provisória	Masculino	844	1537			
Taubaté	Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico		404	391			
Tremembé - I	Penitenciária	Masculino	1258	1909	Ala de Progressão Penitenciária	204	217
Tremembé - II	Penitenciária	Masculino	408	375	Ala de Progressão Penitenciária	200	125

Tremembé	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	2672	2999			
Tremembé - Feminina I	Penitenciária	Feminino	373	323	Ala de Progressão Penitenciária	89	83
Tremembé - Feminina II	Penitenciária	Feminino	796	561	Ala de Progressão Penitenciária	112	112
Tupi Paulista	Penitenciária	Masculino	844	1561			
Tupi Paulista - Feminina	Penitenciária	Feminino	718	632	Ala de Progressão Penitenciária	72	127
Valparaíso	Penitenciária	Masculino	873	1861			
Valparaíso	Centro de Progressão Penitenciária	Masculino	691	1648			
Votorantim - Feminina	Penitenciária	Feminino	734	576	Ala de Progressão Penitenciária	108	153
		Total	144433	199574	Total	9076	11197
		Total de vagas	153509	População	210771		

6.2 Glossário de gírias e expressões carcerárias

- **Barraqueiro:** Interno responsável por manter a cela organizada, sendo assim é quem cobra todos os moradores dessa unidade para que mantenham a ordem
- **Bonde:** Transferência de uma unidade prisional para outra, também pode servir para expressar fuga.
- **Careta:** Cigarro comum, de tabaco.
- **Carteirinha:** Credencial de visitas ou carteirinha de visitas é o documento de registro/identidade na unidade, identificação utilizada para que seja possível a realização da visita e a entrega de produtos aos internos. Esse documento é emitido pelas próprias unidades prisionais de forma gratuita.
- **Casa Branca:** Penitenciária "Joaquim de Sylos Cintra" de Casa Branca/SP
- **Cascuda:** Vasilha utilizada para as refeições
- **Castigo:** Área de punição por descumprir determinada regra. Sendo que no período que fica nessa área o interno fica afastado de visitas, cartas e qualquer outro benefício. Conhecido também como cela de castigo.
- **Comando:** Faz referência à facção criminosa que controla informalmente a unidade prisional, variando de acordo com a localização da unidade. Esse poder interno paralelo acontece com participação de diversas facções, porém no estado de São Paulo o poder se encontra concentrado entre PCC (Primeiro Comando da Capital) e o CV (Comando Vermelho).
- **Cursinho PET:** Programa de Educação para o Trabalho, programa do governo do estado de São Paulo, que visa contribuir para a inclusão social das pessoas em privação de liberdade, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades que ampliem as possibilidades de inserção no mundo do trabalho.
- **Em cana:** Cumprir pena
- **Falta:** Desrespeito de alguma regra interna da unidade
- **Falta grave:** É caracterizado como falta grave: fuga, desacato, posse de celular, posse de substância entorpecente, etc. Provoca a regressão de regime, a perda dos dias remidos, podendo ainda ensejar a interrupção da contagem do prazo para novos benefícios
- **Gaiola:** Cela

- **Guia:** Pessoa responsável por organizar a fila durante os dias de visita, possui papel fundamental e de grande respeito pelos familiares. Não se trata de um cargo oficial, se trata de uma pessoa que é indicada por membros da facção criminosa que comanda a unidade. Isso ocorre para garantir a ordem e que o atendimento aos familiares seja de qualidade
- **Inclusão:** Local de recepção dos internos e onde são confiscados e guardados os pertences que não são permitidos dentro da unidade e se encontravam em posse do interno
- **Jumbo:** Conjunto de mantimentos que são levados para serem entregues aos internos durante os dias de visita. É composto por produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza, alimentos e vestuário. Seu conteúdo, quantidade e até mesmo os tipo de embalagem que são permitidas variam de acordo com a unidade
- **Lista:** Lista de produtos que podem entrar em cada uma das unidades, esse conteúdo varia de acordo com a unidade e/ou época do ano
- **Olheiro:** Vigia, exercem um papel importante dentro das atividades da cela e ficam atentos às atividades da equipe de vigilância
- **P2:** Penitenciária II "Odete Leite de Campos Critter" - Hortolândia/SP
- **P5:** Centro de Detenção Provisória de Hortolândia/SP
- **PAT:** Posto de Amparo ao Trabalhador
- **Pausa:** Período de intervalo durante os dias de visita, separando o horário de visita entre manhã e tarde
- **Pote:** Área onde os recém chegados na unidade ficam durante alguns dias, servindo como espaço para que os novos internos sejam apresentados às regras e normas, além de receberem os cuidados iniciais da unidade antes de serem distribuídos para suas celas definitivas. Essas celas são individuais e são as mesmas utilizadas para aplicação do castigo.
- **Oitiva:** É o procedimento onde são ouvidas as testemunhas ou as partes envolvidas em um processo judicial.
- **R.A.:** Regime Aberto, modalidade de pena no qual o sentenciado pode trabalhar durante o dia e retornar à noite para a unidade

- **Raio:** Forma de divisão de uma unidade prisional. Utilizado para dividir a distribuição dos internos e a realização das visitas, onde os raios pares e ímpares se alternam entre quem recebe visita no sábado ou no domingo.
- **SAP:** Secretaria da Administração Penitenciária
- **Saidinha:** A saída temporária no estado de São Paulo acontece nas seguintes datas: natal, ano Novo, páscoa, dia das mães, dia dos pais e finados. Os internos que têm direito a esse benefício são os que já cumprem pena em regime semi-aberto, que até a data da saída tenha cumprido um sexto da pena total se for primário, ou um quarto se for reincidente.
- **Scanner:** Processo de revista que substituiu a antiga revista corporal, na qual as pessoas precisavam se despirm diante de servidores penitenciários. Opera nos mesmos moldes de equipamentos presentes em aeroportos e postos de controle alfandegário.
- **Sedex:** Serviço de entrega dos Correios, onde os familiares se utilizam desse meio para que os internos recebam objetos dentro da unidade antes dos dias de visita ou até mesmo por famílias que não conseguem visitar. Esse tipo de entrega pode ser feito indo diretamente na unidade dos Correios ou por sites como <https://www.jumbocdp.com.br/>
- **Tirar os meus dias:** Cumprir a pena
- **Tranca:** Área de castigo do interno, cela de isolamento
- **Trânsito:** Designa as transferências de unidades de um interno. Essas mudanças ocorrem antes que o interno chegue a unidade definitiva que vai cumprir sua pena
- **Voltar pra trás:** Regressão de regime
- **W1:** Penitenciária 1 "Zwinglio Ferreira" - Presidente Venceslau/SP